



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 35

SEXTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2, DE 1992

Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O plebiscito de que trata o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias realizar-se-á no dia 21 de abril de 1993.

§ 1º A forma e o sistema de governo definidos pelo plebiscito terão vigência em 1º de janeiro de 1995.

§ 2º A lei poderá dispor sobre a realização do plebiscito, inclusive sobre a gratuidade da livre divulgação das formas e sistemas de governo, através dos meios de comunicação de massa concessionários ou permissionários de serviço público, assegurada igualdade de tempo e paridade de horários.

§ 3º A norma constante do parágrafo anterior não exclui a competência do Tribunal Superior Eleitoral para expedir instruções necessárias à realização da consulta plebiscitária.

Brasília, 25 de agosto de 1992.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — Deputado **Ibsen Pinheiro**, Presidente — Deputado **Genésio Bernardino**, 1º Vice-Presidente — Deputado **Waldir Pires**, 2º Vice-Presidente — Deputado **Inocêncio Oliveira**, 1º Secretário — Deputado **Etevaldo Nogueira**, 2º Secretário — Deputado **Cunha Bueno**, 3º Secretário — Deputado **Max Rosemmann**, 4º Secretário.

A MESA DO SENADO FEDERAL — Senador **Mauro Benevides**, Presidente — Senador **Alexandre Costa**, 1º Vice-Presidente — Senador **Carlos De'Carli**, 2º Vice-Presidente — Senador **Dirceu Carneiro**, 1º Secretário — Senador **Márcio Lacerda**, 2º Secretário — Senador **Rachid Saldanha Derzi**, 3º Secretário — Senador **Iram Saraiva**, 4º Secretário.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SUMÁRIO

1 — ATA DA 32ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE AGOSTO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADA RAQUEL CÂNDIDO — Posicionando-se contrariamente aos vetos presidenciais aos projetos de lei do Ministério Público da União, da Magistratura Federal e do TCU.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA — Risco da manutenção de vetos em face do reduzido número de parlamentares presentes no plenário.

DEPUTADOS ADYLSO MOTA, HÉLIO ROSAS e HERALDO TRINDADE — Falta de quorum para apreciação de vetos programados para a presente sessão.

DEPUTADO GÉRSO PERES — Baixo quorum para votação de vetos presidenciais na presente sessão. Solicitando da Presidência a liberação para divulgação de cópias de cheques em poder da CPI do caso PC.

1.2.2. — Comunicação da Presidência

— Transferência da matéria da Ordem do Dia da presente sessão, constituída de vetos presidenciais, para a próxima 3ª-feira.

1.2.3 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 70/92-CN (nº 492/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 22, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$324.479.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 71/92-CN (nº 493/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 23, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$400.000.000.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 72/92-CN (nº 495/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 24/92-CN, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.408, de 28 de fevereiro de 1992 e dá outras providências.

— Nº 73/92-CN (nº 509/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 25/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica.

— Nº 74/92-CN (nº 510/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 26/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$132.906.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 75/92-CN (nº 511/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 27/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 76/92-CN (nº 512/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 28/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$122.077.661.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 77/92-CN (nº 513/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 29/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 78/92-CN (nº 514/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 30/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 79/92-CN (nº 515/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 31/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 80/92-CN (nº 516/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 32/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$25.000.000.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 81/92-CN (nº 517/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 33/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$13.513.160.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 82/92-CN (nº 519/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 34/92-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$2.550.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica.

— Nº 83/92-CN (nº 520/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 35/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 84/92-CN (nº 528/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 36/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$40.539.671.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 85/92-CN (nº 529/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 37/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 86/92-CN (nº 530/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 38/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 87/92-CN (nº 531/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 39/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$3.298.419.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 88/92-CN (nº 533/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 40/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$326.630.684.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 89/92-CN (nº 534/92, na origem), submetendo a deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 41/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de Cr\$133.599.000.000,00, para os fins que especifica.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 22 a 41/92-CN, lidos anteriormente, e abertura de prazo para tramitação das matérias e oferecimento de emendas aos mesmos.

1.2.5 — Discursos do Expediente (continuação)

DEPUTADA SOCORRO GOMES — Conclusões do Relatório da CPI do Caso PC.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Dia Mundial do Combate às Drogas.

DEPUTADO JOSÉ FORTUNATI — Editorial do jornal *Zero Hora* de hoje, intitulado “Renúncia pelo bem do Brasil.”

DEPUTADO EDÉSIO FRIAS — Aniversário do Município de Paracambi—RJ.

DEPUTADO JUNOT ABI-RAMIA — Passeata de estudantes da Faculdade Fluminense de Medicina e de funcionários do Hospital Universitário Antônio Pedro de protesto contra o fechamento deste Hospital.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Extinção, por decurso de prazo, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 1992-CN, destinada a examinar a situação do setor farmacêutico.

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se na próxima terça-feira, dia 1º de setembro, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2 — ENCERRAMENTO

3 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 28ª Sessão Conjunta, realizada em 5-8-92

SUMÁRIO DA ATA DA 28ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 5-8-92

(Publicado no DCN, de 6 de agosto de 1992)

RETIFICAÇÃO

Na página 1461, 1ª coluna, no item 1.2.4 — *Leitura de Mensagens Presidenciais*

Onde se lê:

— Nº 63/92-CN (nº 182, na origem)...

— Nº 64/92-CN (nº 183, na origem)...

— Nº 65/92-CN (nº 191, na origem)...

— Nº 66/92-CN (nº 215, na origem)...

— Nº 67/92-CN (nº 216, na origem)...

Leia-se:

— Nº 63/92-CN (nº 182/92, na origem)...

— Nº 64/92-CN (nº 183/92, na origem)...

— Nº 65/92-CN (nº 191/92, na origem)...

— Nº 66/92-CN (nº 215/92, na origem)...

— Nº 67/92-CN (nº 216/92, na origem)...

Ata da 32ª Sessão Conjunta, em 27 de agosto de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Inocêncio Oliveira

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco – Alexandre Costa – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Coutinho Jorge – Dirceu Carneiro – Elcio Álvares – Enéas Faria – Eptácio Cafeteira – Fernando Henrique Cardoso – Flaviano Melo – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Hydekél Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Mário Covas – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ronan Tito.

E OS SENHORES DEPUTADOS

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	PTB
AVENIR ROSA	PDC
FRANCISCO RODRIGUES	PTB
JOAO FAGUNDES	PMDB
JULIO CABRAL	BLOCO
MARCELO LUZ	PTR
RUBEN BENTO	BLOCO

AMAPA

AROLD GOES	PDT
ERALDO TRINDADE	BLOCO
LOURIVAL FREITAS	PT
VALDENOR GUEDES	PTR

PARA

CARLOS KAYATH	PTB
DOMINGOS JUVENIL	PMDB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	PDS
GIOVANNI QUEIROZ	PDT
HERMINIO CALVINHO	PMDB
HILARIO COIMBRA	PTB

MARIO CHERMONT	PTR
MARIO MARTINS	PMDB
NICIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PDS
PAULO ROCHA	PT
SOCORRO GOMES	PCdoB
VALDIR GANZER	PT

AMAZONAS

ATILA LINS	BLOCO
EULER RIBEIRO	PMDB
EZIO FERREIRA	BLOCO
JOSE DUTRA	PMDB
PAUDERNEY AVELINO	PDC

RONDONIA

CARLOS CAMURCA	PTR
MAURICIO CALIXTO	BLOCO
PASCOAL NOVAES	BLOCO
RAQUEL CANDIDO	PTB
REDITARIO CASSOL	PTR

ACRE

ADELAIDE NERI	PMDB
CELIA MENDES	PDS
JOAO MAIA	BLOCO
ZILA BEZERRA	PMDB

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA	PMDB
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	PDC
FREIRE JUNIOR	BLOCO
HAGAHUS ARAUJO	PMDB
LEOMAR QUINTANILHA	PDC
OSVALDO REIS	PTR
PAULO MOURAO	PDS

MARANHÃO

CESAR BANDEIRA	BLOCO
CID CARVALHO	PMDB

COSTA FERREIRA	PTR
DANIEL SILVA	PDS
EDUARDO MATIAS	PDC
FRANCISCO COELHO	PDC
JOAO RODOLFO	PDS
JOSE BURNETT	BLOCO
JOSE CARLOS SABOTA	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO
NAN SOUZA	PST
PEDRO NOVAIS	PDC
ROSEANA SARNEY	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO

CEARA

AECIO DE BORBA	PDS
ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO
ARIOSTO HOLANDA	PSB
CARLOS BENEVIDES	PMDB
ERNANI VIANA	PSDB
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO
GONZAGA MOTA	PMDB
JACKSON PEREIRA	PSDB
LUIZ GIRAO	PDT
LUIZ PONTES	PSDB
MARCO PENAFORTE	PSDB
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
MAURO SAMPAIO	PSDB
MORONI TORGAN	PSDB
ORLANDO BEZERRA	BLOCO
PINHEIRO LANDIM	PMDB
SERGIO MACHADO	PSDB
UBIRATAN AGUIAR	PMDB
VICENTE FIALHO	BLOCO

PIAUI

B. SA	PTR
CIRO NOGUEIRA	BLOCO
FELIPE MENDES	PDS
JESUS TAJRA	BLOCO
JOAO HENRIQUE	PMDB
JOSE LUIZ MAIA	PDS
MURILO REZENDE	PMDB
MUSSA DEMES	BLOCO
PAES LANDIM	BLOCO
PAULO SILVA	PSDB

RIO GRANDE DO NORTE

IBERE FERREIRA	BLOCO
JOAO FAUSTINO	PSDB

PARAIBA

IVAN BURITY	BLOCO
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
JOSE MARANHÃO	PMDB
RIVALDO MEDEIROS	BLOCO
ZUCA MOREIRA	PMDB

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO	PSB
FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
JOAO COLACO	PTR
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	BLOCO
JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO
JOSE MOURA	BLOCO
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
LUIZ PIAUHYLINO	PSB
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
MIGUEL ARRAES	PSB
NILSON GIBSON	PMDB
OSVALDO COELHO	BLOCO
PEDRO CORREA	BLOCO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB
RICARDO HERACLIO	BLOCO
ROBERTO FRANCA	PSB
ROBERTO FREIRE	PCB
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
SALATIEL CARVALHO	PTR
WILSON CAMPOS	PMDB

ALAGOAS

CLETO FALCAO	BLOCO
JOSE THOMAZ NONO	PMDB
LUIZ DANTAS	BLOCO
MENDONCA NETO	PDT
OLAVO CALHEIROS	PMDB
ROBERTO TORRES	PTB
VITORIO MALTA	PDS

SERGIPE

CLEONANCIO FONSECA	BLOCO
DJENAL GONCALVES	PDS
EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO
JERONIMO REIS	BLOCO
JOSE TELES	PDS
MESSIAS GOIS	BLOCO
PEDRO VALADARES	PST

BAHIA

ALCIDES MODESTO	PT
ANGELO MAGALHAES	BLOCO
AROLDO CEDRAZ	BLOCO
BENITO GAMA	BLOCO
BERALDO BOAVENTURA	PDT
CARLOS ALBUQUERQUE	PDC
CLOVIS ASSIS	PDT
FELIX MENDONCA	PTB
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
GENERALDO CORREIA	PMDB
HAROLDO LIMA	PCdoB
JABES RIBEIRO	PSDB
JAIRO AZI	PDC
JAIRO CARNEIRO	BLOCO
JAQUES WAGNER	PT
JOAO ALMEIDA	PMDB
JOAO ALVES	PDS
JOAO CARLOS BACELAR	PMDB
JONIVAL LUCAS	PDC
JORGE KHOURY	BLOCO
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
JOSE LOURENCO	PDS
JUTAHY JUNIOR	PSDB
LEUR LOMANTO	BLOCO
LUIS EDUARDO	BLOCO
LUIZ MOREIRA	PTB
MILTON BARBOSA	BLOCO
NESTOR DUARTE	PMDB
RIBEIRO TAVARES	PL
SERGIO BRITO	PDC
SERGIO GAUDENZI	PDT
TOURINHO DANTAS	BLOCO
ULDURICO PINTO	PSB
WALDIR PIRES	PDT

MINAS GERAIS

AGOSTINHO VALENTE	PT
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB
ARACELY DE PAULA	BLOCO
ARMANDO COSTA	PMDB
AVELINO COSTA	PL
CAMILO MACHADO	BLOCO
CELIO DE CASTRO	PSB
ELIAS MURAD	PSDB
FELIPE NERI	PMDB
FERNANDO DINIZ	PMDB
GENESIO BERNARDINO	PMDB
HUMBERTO SOUTO	BLOCO
JOAO PAULO	PT
JOSE GERALDO	PMDB

JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA	PRS
LUIZ TADEU LEITE	PMDB
MARCOS LIMA	PMDB
ODELMO LEAO	BLOCO
OSMANIO PEREIRA	PSDB
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS	PSDB
PAULO ROMANO	BLOCO
PEDRO TASSIS	PMDB
RAUL BELEM	BLOCO
ROMEL ANISIO	BLOCO
SAMIR TANNUS	PDC
SAULO COELHO	PSDB
SERGIO NAYA	PMDB
TARCISIO DELGADO	PMDB
TILDEN SANTIAGO	PT
WILSON CUNHA	PTB
ZAIRE REZENDE	PMDB

ESPIRITO SANTO

JOAO BAPTISTA MOTTA	PSDB
JONES SANTOS NEVES	PL
JORIO DE BARROS	PMDB
NILTON BAIANO	PMDB
RITA CAMATA	PMDB
ROBERTO VALADAO	PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL	PTB
ALVARO VALLE	PL
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
ARTUR DA TAVOLA	PSDB
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
CARLOS LUPI	PDT
CARLOS SANTANA	PT
EDESIO FRIAS	PDT
JAIR BOLSONARO	PDC
JAMIL HADDAD	PSB
JANDIRA FEGHALI	PCdoB
JUNOT ABI-RAMIA	PDT
LAPROVITA VIEIRA	PMDB
MIRO TEIXEIRA	PDT
PAULO PORTUGAL	PDT
PAULO RAMOS	PDT
ROBERTO CAMPOS	PDS
SANDRA CAVALCANTI	BLOCO
SERGIO AROUCA	PCB
SERGIO CURY	PDT
SIDNEY DE MIGUEL	PV
SIMAO SESSIM	BLOCO
VIVALDO BARBOSA	PDT
WANDA REIS	BLOCO

SAO PAULO

ALBERTO GOLDMAN	PMDB
ALBERTO HADDAD	PTB
ALDO REBELO	PCdoB
ALOIZIO MERCADANTE	PT
ANDRE BENASSI	PSDB
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO
CARDOSO ALVES	PTB
DELFIN NETTO	PDS
DIOGO NOMURA	PL
EDUARDO JORGE	PT
ERNESTO GRADELLA	S/P
EUCLYDES MELLO	BLOCO
FABIO MEIRELLES	PDS
FLORESTAN FERNANDES	PT
GASTONE RIGHI	PTB
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
HEITOR FRANCO	BLOCO
HELIO BICUDO	PT
HELIO ROSAS	PMDB
IRMA PASSONI	PT
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
JOSE DIRCEU	PT
JOSE GENOINO	PT
JOSE SERRA	PSDB
LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB
LUIZ GUSHIKEN	PT
MANOEL MOREIRA	PMDB
MARCELO BARBIERI	PMDB
MENDES BOTELHO	PTB
OSWALDO STECCA	PMDB
PAULO LIMA	BLOCO
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB
ROBSON TUMA	PL
SOLON BORGES DOS REIS	PTB
TUGA ANGERAMI	PSDB
ULYSSES GUIMARAES	PMDB
VADAO GOMES	BLOCO
VALDEMAR COSTA	PL

MATO GROSSO

AUGUSTINHO FREITAS	PTB
JOAQUIM SUCENA	PTB
JONAS PINHEIRO	BLOCO
JOSE AUGUSTO CURVO	PL

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO	PCB
BENEDITO DOMINGOS	PTB

CHICO VIGILANTE
EURIDES BRITO
MARIA LAURA
OSORIO ADRIANO
PAULO OCTAVIO

PT
PTR
PT
BLOCO
BLOCO

GOIAS

ANTONIO DE JESUS
ANTONIO FALEIROS
DELIO BRAZ
JOAO NATAL
LAZARO BARBOSA
LUCIA VANIA
LUIZ SOYER
MARIA VALADAO
MAURO BORGES
PAULO MANDARINO
PEDRO ABRAO
ROBERTO BALESTRA
RONALDO CAIADO
VIRMONDES CRUVINEL
ZE GOMES DA ROCHA

PMDB
PSDB
BLOCO
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PDC
PDC
PTR
PDC
BLOCO
PMDB
BLOCO

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO
JOSE ELIAS
VALTER PEREIRA
WALDIR GUERRA

BLOCO
PTB
PMDB
BLOCO

PARANA

ABELARDO LUPION
ANTONIO BARBARA
BASILIO VILLANI
CARLOS SCARPELINI
DELCINO TAVARES
EDESIO PASSOS
EDI SILIPRANDI
ELIO DALLA-VECCHIA
FLAVIO ARNS
IVANIO GUERRA
JONI VARISCO
LUIZ CARLOS HAULY
MATHEUS IENSEN
MUNHOZ DA ROCHA
ONAIRES MOURA
OTTO CUNHA
PEDRO TONELLI
ROMERO FILHO
RUBENS BUENO

BLOCO
BLOCO
PDS
PST
PST
PT
PDT
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
PST
PTB
PSDB
PTB
BLOCO
PT
PST
PSDB

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PDS
CESAR SOUZA	BLOCO
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
EDUARDO MOREIRA	PMDB
HUGO BIEHL	PDS
JARVIS GAIDZINSKI	PL
LUCI CHOINACKI	PT
LUIZ HENRIQUE	PMDB
NELSON MORRO	BLOCO
NEUJO DE CONTO	PMDB
ORLANDO PACHECO	BLOCO
RENATO VIANNA	PMDB
VASCO FURLAN	PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADROALDO STRECK	PSDB
ADYLSO MOTA	PDS
ALDO PINTO	PDT
AMAURY MULLER	PDT
ARNO MAGARINOS	BLOCO
CARLOS AZAMBUJA	PDS
CELSO BERNARDI	PDS
EDEN PEDROSO	PDT
FERNANDO CARRION	PDS
FETTER JUNIOR	PDS
GERMANO RIGOTTO	PMDB
IBSEN PINHEIRO	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
JOSE FORTUNATI	PT
MENDES RIBEIRO	PMDB
NELSON JOBIM	PMDB
NELSON PROENÇA	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
OSVALDO BENDER	PDS
PAULO PAIM	PT
VICTOR FACCIONI	PDS
WILSON MULLER	PDT

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 353 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que se encontram em seus respectivos gabinetes que, logo após os três Parlamentares inscritos no período de Breves Comunicações usarem da palavra, iniciaremos a votação das matérias constantes da Ordem do Dia, que dizem respeito à apreciação de vetos apostos pelo Sr. Presidente da República a numerosos projetos de lei.

Há uma expectativa de que todos os Parlamentares venham ao plenário, no qual já se encontra até mesmo o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ibsen Pinheiro, recebendo os cumprimentos de seus pares e da própria Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra à nobre Deputada Raquel Cândido.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PTB — RO. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quis o destino que chegasse às minhas mãos, por intermédio da Liderança do meu partido, a tarefa de encaminhar a votação dos vetos apostos pelo Senhor Presidente da República aos projetos que dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da Magistratura Federal, do Ministério Público e o Tribunal de Contas da União. Durante o período Constituinte, propugnamos pela autonomia do judiciário, e toda a sociedade brasileira se viu beneficiada com a ainda tímida independência administrativa e econômica daquele Poder, principalmente a do Ministério Público.

Mais do que nunca, o momento exige que nós, Congressistas, façamos justiça e derrubemos esse veto aos projetos que tratam da equiparação salarial dos servidores do Ministério Público, da Magistratura Federal e do Tribunal de Contas.

Em nome do PTB, encaminho no sentido de derrubada do veto. Que esta Casa faça justiça, para que a sociedade brasileira, a cada dia, consiga aprimorar o equilíbrio entre os Poderes, que surge, sem dúvida, com a liberdade econômica.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (MA) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta sessão tem a finalidade de apreciar uma série de vetos importantes a projetos que atingem várias camadas sociais, e preocupa-me ver que não há quorum na Casa que possibilite a sua derrubada. Votarmos hoje essa quantidade de vetos será o mesmo que aprovar todos eles, pois dificilmente atingiremos o quorum que permita a derrubada de qualquer um.

Faço, portanto, um apelo a V. Exª para que, como Chefe do Poder Legislativo, não deixe que se frustrem as esperanças depositadas no Congresso Nacional, esperanças de que possam os Congressistas reafirmar o seu voto, derrubando alguns desses vetos.

Sr. Presidente, este o meu apelo, pedindo a V. Exª que examine a frequência nas duas Casas do Congresso Nacional. Talvez a luta ontem na CPI caso PC Farias tenha produzido um efeito desgastante para a votação no dia de hoje. Na verdade, não vejo quorum que nos permita uma votação tranquila e a análise profunda dessas matérias. Mesmo que os Congressistas já tenham examinado cada caso, não há número para derrubar os vetos.

Peço, então, a V. Exª que examine a possibilidade de deixarmos a votação para a próxima semana, que contará com uma frequência intensa, e, em nome e em defesa daquilo que o povo espera do Congresso Nacional, suspenda a sessão, e não apreciemos os vetos no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O nobre Senador Epitácio Cafeteira, ocupando a tribuna como fez

agora, pondera à Mesa que a apreciação de vetos presidenciais com **quorum** reduzido não permite o aprofundamento do exame da matéria e até mesmo a conclusão da apreciação dos vetos. Aliás, no início da manhã de hoje, o próprio Presidente da Câmara me pediu para fazer uma avaliação no âmbito do Senado Federal, já que S. Ex^a se dispunha a fazê-lo também entre os colegas da Câmara dos Deputados, para que, neste momento, tivéssemos condições de decidir a respeito do cumprimento da Ordem do Dia.

Sobre o mesmo assunto focalizado pelo nobre Senador Epitácio Cafeteira, o nobre Deputado Adylson Motta deseja fazer uma avaliação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adylson Motta.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é visível a dificuldade que temos em atingir um **quorum** acima de 350 Deputados, que nos daria tranquilidade para apreciarmos matéria dessa natureza.

Então, se a votação for realizada hoje, peço que antes pelo menos seja feita uma verificação, uma chamada, para termos idéia de quantos votos teremos neste momento. Se a chamada apresentar um **quorum** elevado, acredito que dê para votar. Caso contrário, Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^a que transfira a votação para a próxima semana.

Darei mais uma idéia a V. Ex^a, Sr. Presidente: que a votação seja marcada para terça-feira, porque, se naquele dia, houver dificuldade para obter número, ainda teremos a quarta-feira para apreciar os vetos. Se marcarmos direto para quarta-feira, corremos o risco de chegarmos aqui e não alcançarmos **quorum**. Se for feita hoje, que se chegue o painel, para verificação. Se não houver possibilidade de votar hoje, então vamos transferir a apreciação para a semana que vem, marcando inicialmente para terça-feira, para termos uma margem de segurança, pois ainda se poderá convocar outra sessão para quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Rosas.

O SR. HÉLIO ROSAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queremos lamentar a inexistência de **quorum**. Indiscutivelmente não alcançaremos os 348 votos necessários à derrubada dos vetos, de fundamental importância. Até é explicável e justificável a inexistência de **quorum**. Portanto, também me incluo entre aqueles que advogam o encerramento da sessão e a transferência da votação para terça ou quarta-feira da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Aí estão, portanto, as manifestações de vários Srs. Congressistas no sentido de que se garanta, com um **quorum** expressivo, a apreciação da matéria na próxima terça-feira. É uma proposta que os Srs. Congressistas fazem à Mesa neste momento, quando nos aprestamos para iniciar, após o pronunciamento de mais três Parlamentares, a apreciação da Ordem do Dia.

O Sr. Eraldo Trindade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ERALDO TRINDADE (Bloco — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sabemos que V. Ex^a tem uma preocupação muito grande com o cumprimento das pautas

previamente elaboradas para votação no Congresso Nacional. No entanto, existem matérias importantes, e é do interesse desta Casa derrubar os vetos presidenciais. Um deles está relacionado a projeto referente a assunto que diz respeito aos juízes dos Tribunais Regionais Federais. Por vários dias, esses juízes estiveram conversando com as Lideranças partidárias e assumindo com as mesmas, de forma recíproca, a vontade de que o veto seja derrubado no Congresso Nacional.

Por outro lado, como V. Ex^a já se pronunciou e outros Congressistas também, não existe número qualificado na Casa para a derrubada dos vetos. É prudente deixarmos a votação para a semana que vem, a fim de que, com **quorum** qualificado, possamos tentar a derrubada dos vetos, que interessa não só aos juízes classistas regionais, como a outros segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recolhe a manifestação do Deputado Eraldo Trindade, aconselhando que transfiramos para a próxima terça-feira a votação desta matéria, ou seja, os vetos presidenciais que estão incluídos na Ordem do Dia.

Para falar sobre o mesmo assunto, concedo a palavra ao Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer duas observações. Estamos de pleno acordo com o adiamento da sessão, porque não há **quorum**. Até mesmo integrantes do partido de V. Ex^a estão querendo reunir-se agora, mas não há número. Seria prudente, dada a relevância da matéria — e também há matérias do interesse do Norte e do Nordeste na pauta — que a votação fosse transferida para a próxima semana ou para outra oportunidade.

A outra observação que desejo fazer é em relação à CPI do caso PC. Estou dando entrada num documento — estou vendo uma maneira jurídica para fazê-lo — para que, ao lado do relatório da CPI aprovado nesta Casa ontem sejam divulgados todos os cheques que estão guardados no cofre da Comissão. Queremos uma medida formal, administrativa da Casa, para que sejam postos a descoberto todos os nomes das pessoas, políticos ou não, relacionadas com os cheques que ficaram guardados sob o sigilo da CPI, para que não se cometa uma grande injustiça no País.

Estou formalmente dando entrada a esse documento, para que V. Ex^a, como Presidente do Congresso, desejoso de moralizar o País, com o que estamos de pleno acordo, faça com que os cheques que estão guardados no cofre da CPI sejam revelados à Nação. De outra forma, estaremos pecando mortalmente contra o sentimento nacional que está nas ruas. Desejamos que V. Ex^a tome estas providências, para que, no futuro, não sejamos chamados à responsabilidade perante o povo brasileiro. Vamos passar a limpo isso tudo, mostrando quem é quem no processo de moralização do País.

Era isso que queria dizer a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em relação ao primeiro item do pronunciamento do nobre Deputado Gerson Peres, a Mesa entende que S. Ex^a se incorpora às manifestações anteriores, no sentido de que não se efetive hoje a apreciação da Ordem do Dia, tendo em vista a relevância dos vetos presidenciais a serem submetidos à apreciação da Casa. No que tange ao material coligido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, do qual o nobre representante do Pará deseja que, quanto aos cheques, haja divulgação para pleno conhecimento dos Srs. Parlamentares e da opinião pública

brasileira, levaremos a sua sugestão para exame posterior e anúncio subsequente, a fim de que toda a Casa se inteire da decisão que vier a ser adotada pela Mesa do Congresso Nacional.

A Presidência entende, portanto — e o próprio Presidente da Câmara se encontra no plenário, neste momento — que todas as manifestações conduzem a uma decisão da Mesa no sentido de transferir a Ordem do Dia para terça-feira à noite ou, se inexistir **quorum**, nessa data, para quarta-feira, já com o assentimento do Presidente da Câmara, no que diz respeito à sessão, deste magnífico Plenário.

Em razão disso, a Mesa se dispensa de iniciar a apreciação da Ordem do Dia. Garante, porém, a continuação do período de Breves Comunicações. Antes, porém, passaremos à leitura de mensagens presidenciais.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 70, DE 1992-CN
(nº 492/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 324.479.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 11 de agosto de 1992. — **Fernando Collor**.

E.M. Nº 248/MEFP

Brasília, 3 de agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$ 324.479.000,00 (trezentos e vinte e quatro milhões e quatrocentos e setenta e nove mil cruzeiros), em favor do Ministério da economia, Fazenda e Planejamento, destinado a atender gastos classificados como outras despesas correntes da Superintendência Nacional do Abastecimento — Sunab.

2. Tendo em vista que o pleito em questão ultrapassa o limite de 20% de que trata o art. 6º, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, faz-se necessário que o crédito seja submetido à deliberação do Congresso Nacional, através de Projeto de Lei.

3. Os recursos necessários ao atendimento do referido crédito suplementar decorrerão da anulação parcial de dotações consignadas no orçamento da própria Entidade.

4. Cumpre informar que o crédito encontra-se de acordo com o art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 248, DE 3-8-92.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Pagamento de despesas com auxílio-refeição aos funcionários da Sunab.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar para atender àquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: Sem registro de qualquer dos casos acima.

4. Custos:

A despesa deverá ser atendida com dotações da própria Sunab, consignadas na Lei Orçamentária, mediante o remanejamento de recursos entre subatividades, justificando dessa forma a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 324.479.000,00.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 22, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 324.479.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 324.479.000,00 (trezentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e setenta e nove mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotações indicadas no Anexo II desta Lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I À LEI Nº , DE DE DE 1992

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS.
25209 - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		324.470			324.470				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		324.470			324.470				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		324.470			324.470				
18.078.0486.4009		324.470			324.470				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		324.470			324.470				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.		324.470			324.470				
18.078.0486.4009.0004	FISCAL	324.470			324.470				
AUXÍLIO-REFEIÇÃO		324.470			324.470				
TOTAL FISCAL		324.470			324.470				

ANEXO II À LEI Nº , DE DE DE 1992

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
25209 - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		144.470			144.470				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		144.470			144.470				
ORDENAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO		144.470			144.470				
03.008.0042.3015		144.470			144.470				
COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS		144.470			144.470				
COORDENAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS QUE VISAM Atingir OS OBJETIVOS DE GOVERNO EM SUAS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO.		144.470			144.470				
03.008.0042.3015.0001	FISCAL	144.470			144.470				
POLÍTICA NACIONAL DO ABASTECIMENTO E PREÇOS		144.470			144.470				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		180.000			180.000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		180.000			180.000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		180.000			180.000				
18.078.0486.4009		180.000			180.000				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		180.000			180.000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.		180.000			180.000				
18.078.0486.4009.0002	FISCAL	180.000			180.000				
AUXÍLIO-CRECHE		180.000			180.000				
TOTAL FISCAL		324.470			324.470				

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 71, DE 1992-CN
(nº 493/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$400.000.000.000,00, para os fins que especifico".

Brasília, 11 de agosto de 1992. — Fernando Collor.

EM nº 265/MEFP

Brasília, 10 de agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária solicita abertura de crédito especial no valor de Cr\$400.000.000.000,00 (quatrocentos bilhões de cruzeiros), em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

2. O referido crédito tem por finalidade assegurar os meios necessários à implementação das ações do Programa da Terra, apresentado à Nação brasileira em 24 de janeiro do corrente ano, quando situou a Reforma Agrária como uma das prioridades do Governo Federal. Este Programa tem por objetivo proporcionar o acesso à terra a famílias de trabalhadores rurais, de forma a assegurar-lhes capacidade de produzir e de incrementar a produção de alimentos e matérias-primas, resgatar a cidadania e dignidade do homem que habita no meio rural e na periferia das cidades.

3. Os recursos oriundos do presente crédito serão destinados à implantação de novos projetos de assentamento; à consolidação dos projetos já existentes; ao crédito rural; à assistência técnica; ao cadastramento de imóveis rurais e à regularização fundiária, permitindo assentar 39.800 novas famílias; promover à regularização fundiária de 7.884 propriedades rurais e recadastrar 2,3 milhões de imóveis rurais. O detalhamento da programação compõe o Anexo II da presente exposição de motivos, elaborado pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

4. Este Ministério manifesta-se favoravelmente à solicitação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e propõe seja submetido à deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite do valor mencionado.

5. Os recursos necessários para a efetivação do presente crédito decorrerão do excesso de arrecadação de recursos do Programa de Integração Nacional — PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra, no valor de Cr\$ 400.000.000.000,00 (quatrocentos bilhões de cruzeiros), estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado de Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO I À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, Nº 265, DE 10-8-92.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

O País não pode mais conviver com terras agricultáveis inexploradas, desperdício inadmissível nestes tempos de inflação e de crise econômica, sinais evidentes de contradição, quando existem trabalhadores aptos a torná-las produtivas.

É necessário dar função realmente produtiva à terra, utilizando-a para a produção de alimentos, de forma a suprir as necessidades da população brasileira e a gerar excedentes exportáveis, que contribuirão para melhorar as divisas do País.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Implementar a Reforma Agrária de modo a realizar racionalmente a distribuição da terra, possibilitar a criação de empregos e elevar a renda do homem do campo.

Nesse sentido, foi criado o Programa da Terra para vigorar no período de 1992/94, com o objetivo de realizar o assentamento de 400.000 novas famílias, além de consolidação e emancipação dos atuais projetos existentes.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:
O reforço das dotações orçamentárias para implementação das atividades previstas no Programa da Terra para as regiões Norte e Nordeste, com os recursos do PIN/Proterra, se apresenta como a alternativa que propiciará maiores retornos sociais e econômicos.

4. Custos:
Os custos previstos para a efetivação das ações de organização espacial e construção de infra-estrutura física para os assentamentos no Norte e Nordeste importam em Cr\$ 400.000.000.000,00 (quatrocentos bilhões de cruzeiros), decorrentes de excesso de arrecadação do Programa de Integração Nacional — PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

As áreas de trabalho da Reforma Agrária são eleitas de forma integrada entre o Incra e o Ibama. O componente de impacto no meio ambiente é contemplado quando da elaboração do projeto executivo do assentamento, e a integração entre o Incra e o Ibama indica a vigilância nesse componente.

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 23, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 400.000.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito especial até o limite de Cr\$ 400.000.000.000,00 (quatrocentos bilhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de recursos do Programa de Integração Nacional — PIN e do Programa de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - Proterra em Anexo II desta lei.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília,

22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
22192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CDS 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

ANEXO I

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		400 000 000	12 480 542		128 407 047	184 949 097	74 183 314		
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		400 000 000	12 480 542		128 407 047	184 949 097	74 183 314		
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		56 807 314					56 807 314		
04.013.0031.2800		56 807 314					56 807 314		
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
04.013.0031.2800.0120	FISCAL	56 807 314							
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					112 145 841	121 660 380	15 358 000		
REFORMA AGRÁRIA		282 393 600	12 191 379		80 145 841	121 660 380	15 358 000		
04.013.0068.1800		208 393 600	12 191 379		80 145 841	121 660 380	15 358 000		
PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
04.013.0068.1800.0120	FISCAL	208 393 600	12 191 379						
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					53 000 000				
04.013.0068.2800		53 000 000			53 000 000				
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
04.013.0068.2800.0120	FISCAL	53 000 000							
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA					18 261 206	63 288 717			
COLONIZAÇÃO		78 839 086	289 183		18 261 206	63 288 717			
04.013.0067.1800		78 839 086	289 183						
PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
04.013.0067.1800.0120	FISCAL	78 839 086	289 183		18 261 206	63 288 717			
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA									
TOTAL FISCAL		400 000 000	12 480 542		128 407 047	184 949 097	74 183 314		

CDS 1.000,00

22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
22201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

CREDITO ESPECIAL

ANEXO I

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		400 000 000	12 480 542		128 407 047	184 949 097	74 183 314		
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		400 000 000	12 480 542		128 407 047	184 949 097	74 183 314		
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		56 807 314					56 807 314		
04.013.0031.2498		56 807 314					56 807 314		
CREDITO PARA REFORMA AGRÁRIA									
PROMOVER A FIXAÇÃO, SUBSISTÊNCIA INICIAL E A ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DAS FAMÍLIAS ADSESTADAS.									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 48 346	FISCAL	378 174					378 174		
04.013.0031.2498.0004									
CREDITO IMPLANTAÇÃO EM ALAGOAS									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 348	FISCAL	3 478 182					3 478 182		
04.013.0031.2498.0008									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NA BAHIA									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 2 545	FISCAL	2 545 456					2 545 456		
04.013.0031.2498.0009									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NO CEARÁ									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 1 954	FISCAL	10 214 391					10 214 391		
04.013.0031.2498.0007									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NO MARANHÃO									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 7 841	FISCAL	2 674 417					2 674 417		
04.013.0031.2498.0008									
CREDITO IMPLANTAÇÃO EM PERNAMBUCO									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 2 118	FISCAL	1 788 591					1 788 591		
04.013.0031.2498.0009									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NO PIAUÍ									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 1 069	FISCAL	666 976					666 976		
04.013.0031.2498.0010									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 912	FISCAL	4 888 191					4 888 191		
04.013.0031.2498.0011									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NA PARAIBA									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 3 737	FISCAL	1 302 890					1 302 890		
04.013.0031.2498.0012									
CREDITO IMPLANTAÇÃO EM SERGIPE									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 1 000	FISCAL	1 178 934					1 178 934		
04.013.0031.2498.0013									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NO ACRE									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 905	FISCAL	5 746 184					5 746 184		
04.013.0031.2498.0014									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NO AMAPÁ									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 4 621	FISCAL	10 890 427					10 890 427		
04.013.0031.2498.0015									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NO PARÁ									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 6 360	FISCAL	3 204 617					3 204 617		
04.013.0031.2498.0016									
CREDITO IMPLANTAÇÃO EM RORAIMA									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 2 480	FISCAL	1 392 878					1 392 878		
04.013.0031.2498.0017									
CREDITO IMPLANTAÇÃO EM TOCANTINS									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 1 099	FISCAL	7 826 943					7 826 943		
04.013.0031.2498.0018									
CREDITO IMPLANTAÇÃO EM RONDÔNIA									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 8 818	FISCAL	716 479					716 479		
04.013.0031.2498.0019									
CREDITO IMPLANTAÇÃO NO MATO GROSSO									
- FAMÍLIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 800	FISCAL								

CREDITO ESPECIAL

RECEIVED BY TODAY AS FOLLOWS 5 TRANSFERRED

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
04.013.0001 2400.0000 CREDITO IMPLANTACAO NO MUNICIPIO DE MINAS GERAIS FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 100	FISCAL	237.067					237.067		
04.013.0001 2400.0000 CREDITO IMPLANTACAO NO MUNICIPIO DE MINAS GERAIS FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 100	FISCAL	202.767.600	10.101.378		112.149.841	121.660.300	18.356.000		
04.013.0001 2400.0000 CREDITO IMPLANTACAO NO MUNICIPIO DE MINAS GERAIS FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE) = 100	FISCAL	19.808.767	3.784.920		16.023.847				
04.013.0008.1227.0000 REGULARIZACAO FUNDIARIA	FISCAL	3.969.830	187.008		3.402.820				
04.013.0008.1227.0003 ADMINISTRACAO DOS IMOVEIS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA	FISCAL	340.508	292.900		48.608				
04.013.0008.1227.0009 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS NO ACRE	FISCAL	428.000	390.000		38.000				
04.013.0008.1227.0080 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS NO AMOZONAS	FISCAL	1.071.200	700.000		291.200				
04.013.0008.1227.0081 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS NO PARA	FISCAL	638.250	808.000		51.750				
04.013.0008.1227.0082 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS EM GOVORNIA	FISCAL	437.700	282.800		149.200				
04.013.0008.1227.0083 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS EM TOCANTINS	FISCAL	130.000	97.800		32.200				
04.013.0008.1227.0084 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS EM RORAIMA	FISCAL	821.000	292.900		228.500				
04.013.0008.1227.0085 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS NO MARAHO	FISCAL	121.904	97.500		24.404				
04.013.0008.1227.0086 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS NO AMAPA	FISCAL	121.904	97.500		24.404				
04.013.0008.1227.0087 DISCRIMINACAO, AMPLACACAO E DESTINACAO DE TERRAS EM RORAIMA	FISCAL	627.808	16.862		811.042				
04.013.0008.1227.0088 DENARACAO TOPOGRAFICA NO ACRE	FISCAL	313.801	8.281		305.520				
04.013.0008.1227.0088 DENARACAO TOPOGRAFICA NO AMAPA	FISCAL	1.369.011	81.407		1.327.604				
04.013.0008.1227.0070 DENARACAO TOPOGRAFICA NO AMOZONAS	FISCAL	3.005.100	205.678		2.899.222				
04.013.0008.1227.0071 DENARACAO TOPOGRAFICA NO PARA	FISCAL	1.369.011	81.407		1.327.604				
04.013.0008.1227.0072 DENARACAO TOPOGRAFICA EM RORAIMA	FISCAL	827.808	16.862		811.042				
04.013.0008.1227.0073 DENARACAO TOPOGRAFICA EM RORAIMA	FISCAL	3.074.480	224.886		3.649.794				
04.013.0008.1227.0074 DENARACAO TOPOGRAFICA EM TOCANTINS	FISCAL	1.163.557	98.135		1.065.422				
04.013.0008.1227.0075 DENARACAO TOPOGRAFICA NO MARAHO	FISCAL	189.944.833	8.426.458		46.101.996	121.660.300	18.356.000		
04.013.0008.1228 ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS	FISCAL	14.007.081			14.007.081				
04.013.0008.1228.0003 COOPERACAO INTERINSTITUCIONAL	FISCAL	2.161.104			2.161.104				
04.013.0008.1228.0131 IMPLANTACAO E CONSOLIDACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO PARA	FISCAL	1.047.871			32.233	1.015.638			
04.013.0008.1228.0132 IMPLANTACAO E CONSOLIDACAO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO PARA	FISCAL	1.047.871			32.233	1.015.638			

CHE 1 000,00

CREDITO ESPECIAL

RECLAMOS DE TODAS AS FOMAS E TRANSFERENCIAS

[illegible]

CREDITO ESPECIAL

NAME NO 1

ANEXO I	PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
	ESPECIFICAÇÃO									
04.013.0006	1228.0194 IMPLEMENTAÇÃO DE IMOVEIS EM ASSENTAMENTO NO PARA - OBRA CIVIL (HA) = 3.840 - FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 7.931 - ESTRADA CONSTRUTIVA (HA) = 24 - PERIMETRO IMPLANTADO (HA) = 3.752 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 34	FISCAL	16.237.218	269.868		6.304.475	6.867.061			
04.013.0006	1228.0195 IMPLEMENTAÇÃO DE IMOVEIS EM ASSENTAMENTO EM BOMMEIRA - OBRA CIVIL (HA) = 1.000 - FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 2.840 - ESTRADA CONSTRUTIVA (HA) = 71 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 3	FISCAL	6.018.383	82.410		82.410	4.671.983			
04.013.0006	1228.0196 IMPLEMENTAÇÃO DE IMOVEIS EM ASSENTAMENTO EM VOCANTEINS - OBRA CIVIL (HA) = 1.000 - FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 2.840 - ESTRADA CONSTRUTIVA (HA) = 71 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 3	FISCAL	1.168.841	22.411		375.878	671.382			
04.013.0006	1228.0198 IMPLEMENTAÇÃO DE IMOVEIS EM ASSENTAMENTO EM BOMMEIRA - OBRA CIVIL (HA) = 1.000 - FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 2.840 - ESTRADA CONSTRUTIVA (HA) = 71 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 3	FISCAL	10.216.590	187.500		4.256.081	9.810.957			
04.013.0006	1228.0199 IMPLEMENTAÇÃO DE IMOVEIS EM ASSENTAMENTO EM BOMMEIRA - OBRA CIVIL (HA) = 2.000 - FAMILIA ASSENTADA (FAMILIA) = 5.000 - ESTRADA CONSTRUTIVA (HA) = 48 - PERIMETRO IMPLANTADO (HA) = 2.413 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 7	FISCAL	2.840.548	1.413.251		1.127.281				
04.013.0006	1228.0190 ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS EM ASSENTAMENTO DE TERRELAÇOS RURAIS	FISCAL	594.000	160.000		37.000			387.000	
04.013.0006	1228.0181 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO ACRE - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 48.200	FISCAL	388.000	104.000		30.000			257.000	
04.013.0006	1228.0182 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO AMAPÁ - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 32.500	FISCAL	4.323.000	1.315.000		208.300			3.000.000	
04.013.0006	1228.0183 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO PARA - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 268.780	FISCAL	956.500	177.000		38.500			340.000	
04.013.0006	1228.0184 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO RORAIMA - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 91.795	FISCAL	3.918.500	1.135.000		181.500			2.800.000	
04.013.0006	1228.0185 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS EM TOCANTINS - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 335.225	FISCAL	282.500	42.000		9.500			211.000	
04.013.0006	1228.0186 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAP - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO RIO GRANDE DO NORTE - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 5.405	FISCAL	496.500	130.000		32.800			334.000	
04.013.0006	1228.0187 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS EM PERNAMBUCO - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 9.285	FISCAL	1.273.500	331.000		82.500			860.000	
04.013.0006	1228.0188 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO PIAUÍ - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 26.435	FISCAL	803.800	187.000		36.500			410.000	
04.013.0006	1228.0189 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NA PARAIBA - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 11.400	FISCAL	127.000	32.000		16.000			77.000	
04.013.0006	1228.0190 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS EM SERGIPE - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 2.115	FISCAL	482.000	128.000		32.000			325.000	
04.013.0006	1228.0191 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS EM ALAGOAS - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 9.830	FISCAL	2.421.500	875.000		106.500			1.660.000	
04.013.0006	1228.0192 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NA BAHIA - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 48.830	FISCAL	6.273.500	459.000		228.500			3.890.000	
04.013.0006	1228.0193 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO MARANHÃO - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 107.460	FISCAL	471.885	120.485		31.800			320.000	
04.013.0006	1228.0194 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO PIAUÍ - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 8.840	FISCAL	840.000	140.000		34.000			670.000	
04.013.0006	1228.0195 INCRUZAMENTO DE BENEFICÍCIAS UTEIS DE CORRENTES DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMOVEIS RURAIS NO RIO GRANDE DO NORTE - DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE TERRE (HA) = 10.108		53.000.000			53.000.000				
04.013.0006	2499 MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE DA - APLICAÇÃO DE IMPOSTOS E CARACTERIZAÇÃO E - LOCALIZAÇÃO DOS IMOVEIS PASSÍVEIS DE DESAPROPRIAÇÃO, - ATRAVÉS DO APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA NACIONAL - DE CADASTRO RURAL - IMÓVEL RURAL RECADASTRADO (IMÓVEL) = 2.266.000	FISCAL	990.000			990.000				
04.013.0006	2498.0002 RECADASTRAMENTO DE IMOVEIS RURAIS NO ACRE - IMÓVEL RURAL RECADASTRADO (IMÓVEL) = 26.000	FISCAL	1.096.000			1.096.000				
04.013.0006	2498.0003 RECADASTRAMENTO DE IMOVEIS RURAIS NO AMAPÁ - IMÓVEL RURAL RECADASTRADO (IMÓVEL) = 72.000	FISCAL	212.000			212.000				
04.013.0006	2498.0004 RECADASTRAMENTO DE IMOVEIS RURAIS NO PARA - IMÓVEL RURAL RECADASTRADO (IMÓVEL) = 9.000	FISCAL	3.964.000			3.964.000				
04.013.0006	2498.0005 RECADASTRAMENTO DE IMOVEIS RURAIS NO RIO GRANDE DO NORTE - IMÓVEL RURAL RECADASTRADO (IMÓVEL) = 190.000	FISCAL	1.910.000			1.910.000				
04.013.0006	2498.0006 RECADASTRAMENTO DE IMOVEIS RURAIS EM RORAIMA - IMÓVEL RURAL RECADASTRADO (IMÓVEL) = 81.000									

CNB 1 000 00

22900 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
22301 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSTOS FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
04.013.0000 2499 0000 - BOM DE IMOVEIS RURAIS EM ROZARIAS - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 14 000	FISCAL	330 000			330 000				
04.013.0000 2499 0000 - BOM DE IMOVEIS RURAIS EM ROZARIAS - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 14 000	FISCAL	1 200 000			1 200 000				
04.013.0000 2499 0000 - BOM DE IMOVEIS RURAIS EM ROZARIAS - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 83 000	FISCAL	1 000 000			1 000 000				
04.013.0000 2499 0000 - BOM DE IMOVEIS RURAIS EM ALGODÃO - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 60 000	FISCAL	16 000 000			16 000 000				
04.013.0000 2499 0011 - BOM DE IMOVEIS RURAIS NA BANHA - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 700 000	FISCAL	4 870 000			4 870 000				
04.013.0000 2499 0012 - BOM DE IMOVEIS RURAIS NO CIMA - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 200 000	FISCAL	8 000 000			8 000 000				
04.013.0000 2499 0013 - BOM DE IMOVEIS RURAIS NO MARANHÃO - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 114 000	FISCAL	3 000 000			3 000 000				
04.013.0000 2499 0014 - BOM DE IMOVEIS RURAIS NA PARAIBA - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 100 000	FISCAL	8 000 000			8 000 000				
04.013.0000 2499 0015 - BOM DE IMOVEIS RURAIS EM PERNAMBUCO - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 200 000	FISCAL	3 000 000			3 000 000				
04.013.0000 2499 0016 - BOM DE IMOVEIS RURAIS NO PIAUÍ - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 100 000	FISCAL	1 700 000			1 700 000				
04.013.0000 2499 0017 - BOM DE IMOVEIS RURAIS NO RIO GRANDE DO NORTE - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 77 000	FISCAL	2 100 000			2 100 000				
04.013.0000 2499 0018 - BOM DE IMOVEIS RURAIS EM SERGIPE - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 60 000	FISCAL	70 000 000	200 163		10 261 208	63 268 717			
04.013.0000 2499 0018 - BOM DE IMOVEIS RURAIS EM SERGIPE - IMV. RURAL RECADASTRADO (IMV) = 60 000	FISCAL	70 000 000	200 163		10 261 208	63 268 717			
COLONIZAÇÃO									
04.013.0007 1229 0000 - PROJETO DE COLONIZAÇÃO IMPLEMENTAR A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO OFICIAIS E PARTICULARES DE IMPLANTAR, AMPLIAR A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA. - FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) = 2 320 - OBRA CIVIL (M²) = 12 800 - ESTRADA CONSTRUIDA (KM) = 1 000 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FAMÍLIA) = 20 300 - PERÍMETRO DEMARCADO (KM) = 10 000 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 04	FISCAL	8 703 000			8 703 000				
04.013.0007 1229 0001 - ASSENTAMENTO DE PARCELEIROS - FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADES) = 3 320 - OBRA CIVIL (M²) = 200 - ESTRADA CONSTRUIDA (KM) = 27 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FAMÍLIA) = 30 300	FISCAL	6 407 010			710 740	4 756 067			
04.013.0007 1229 0010 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NA BANHA - OBRA CIVIL (M²) = 830 - ESTRADA CONSTRUIDA (KM) = 170 - PERÍMETRO DEMARCADO (KM) = 1 025 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 27	FISCAL	4 000 517				4 000 517			
04.013.0007 1229 0018 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO MARANHÃO - OBRA CIVIL (M²) = 134 - ESTRADA CONSTRUIDA (KM) = 08 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 08	FISCAL	1 220 000				1 220 000			
04.013.0007 1229 0019 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO PIAUÍ - OBRA CIVIL (M²) = 843 - ESTRADA CONSTRUIDA (KM) = 81 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 1	FISCAL	127 704				127 704			
04.013.0007 1229 0020 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM SERGIPE - OBRA CIVIL (M²) = 218 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 3	FISCAL	5 124 001			2 420 401	3 600 170			
04.013.0007 1229 0021 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE - OBRA CIVIL (M²) = 3 000 - ESTRADA CONSTRUIDA (KM) = 57 - PERÍMETRO DEMARCADO (KM) = 2 833	FISCAL	6 141 407				1 631 930	6 619 932		
04.013.0007 1229 0022 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO PARAÍBÁ - OBRA CIVIL (M²) = 74 - PERÍMETRO DEMARCADO (KM) = 0 817	FISCAL	8 306 420				818 510	7 600 910		
04.013.0007 1229 0023 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM ROZARIAS - OBRA CIVIL (M²) = 1 957 - ESTRADA CONSTRUIDA (KM) = 577 - PERÍMETRO DEMARCADO (KM) = 2 830 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 2	FISCAL	24 001 000				41 000	24 040 001		
04.013.0007 1229 0025 - CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO ACRE - OBRA CIVIL (M²) = 6 430 - ESTRADA CONSTRUIDA (KM) = 630 - PERÍMETRO DEMARCADO (KM) = 48 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO D'ÁGUA (UNID) = 0	FISCAL	1 410 003	200 163		1 187 740				
04.013.0007 1229 0026 -									
ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO									
TOTAL FISCAL		600 000 000	12 400 542		128 407 047	104 848 067	74 163 314		

20 QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
22201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTES	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			140.887.589
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		140.887.589	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		140.887.589	
1711.01.04 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	FIS	140.887.589		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			259.112.411
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		259.112.411	
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		259.112.411	
2411.01.04 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	FIS	259.112.411		
TOTAL FISCAL				400.000.000

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As mensagens que acabam de ser lidas encaminham os Projetos de Lei nºs 22 e 23, de 1992-CN, que tratam de abertura de crédito.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, os referidos projetos serão remetidos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sendo o seguinte o calendário para sua tramitação.

Dia 31/8 — Distribuição de avulsos;

Até 8/9 — Prazo para apresentação de emendas;

Dia 14/9 — Distribuição de avulso das emendas;

Até 23/9 — Prazo para encaminhamento dos pareceres à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 72, DE 1992-CN
(Nº 495/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências”.

Brasília, 12 de agosto de 1992. — **Fernando Collor.**

E.M. nº 266 Brasília, 11 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa minuta de projeto de lei que acrescenta dispositivos ao art. 6º e ao art. 11 da Lei nº 8.409,

de 28 de fevereiro de 1992, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992”.

2. O projeto de lei originalmente encaminhado ao Congresso Nacional mediante a Mensagem nº 445, de 31 de agosto de 1991, continha, no art. 6º, inciso com redação idêntica à que ora propomos seja acrescentada à vigente lei orçamentária, o qual, entretanto, por força de emenda apresentada à Comissão Mista de Orçamento, foi suprimido na redação final do projeto de lei em comento.

3. A lei orçamentária anual, em seu art. 5º, demonstra, na distribuição da despesa por órgãos, as fontes das receitas que lhes garantem sustentação, quais sejam, as do “Tesouro Nacional” e as de “Outras Fontes”.

4. Historicamente, tem figurado em todas as leis de orçamento dispositivo que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação das mencionadas receitas, princípio salutar à fluidez da administração orçamentário-financeira da União, o que vale dizer que a sua inexistência ensejará o encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, toda vez que ocorrer excesso de arrecadação em cada uma das diversas rubricas de receita.

5. Por seu turno, tanto o art. 6º, I, quanto o art. 11 da Lei nº 8.409, de 1992, autorizam o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, até o limite de 20% de cada subprojeto ou subatividade, aos orçamentos fiscal e da seguridade social e ao orçamento de investimento, respectivamente.

6. Ocorre que o subprojeto ou a subatividade constante do orçamento de investimento apresenta, exclusivamente, o valor da despesa no grupo “investimentos” que figura nos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no momento de fazer incidir sobre cada um deles o percentual de 20%, para efeito de abertura de crédito, dá-se que os valores se apresen-

tam diferentes, gerando a dúvida sobre qual deles deverá ser atendido no pleito.

7. Buscando equacionar essa questão, propõe-se que, na hipótese de ser, determinado subprojeto ou subatividade, comum aos orçamentos de investimento e ao fiscal ou da seguridade social, será considerado como base de cálculo, para abertura do crédito suplementar, o valor constante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social.

8. Ademais, propõe-se a inclusão de inciso no art. 6º, com redação idêntica à que constou do projeto inicialmente submetido ao Congresso Nacional, a qual visa agilizar a implementação do programa de trabalho aprovado pelo Poder Legislativo. A inexistência desse dispositivo ensejará a elaboração de inúmeros projetos de lei para a incorporação de recursos derivados de convênios, o que, além de sobrecarregar o Congresso Nacional, se caracteriza como dupla autorização para executar programa de trabalho do Governo já constante da Lei Orçamentária.

Respeitosamente, **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 266 DE 11-8-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

1) Ausência de dispositivo na vigente lei orçamentária que autorize o Poder Executivo a abrir crédito adicional por excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320/67.

2) Ausência de dispositivo na vigente lei orçamentária que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar para efeito de incorporação da receita de convênios.

3) A apuração dos limites a que se referem os arts. 6º e 11, da mesma lei, suscita dúvidas quanto à base de cálculo quando o projeto/atividade é comum aos orçamentos de Investimento e ao Fiscal ou da Seguridade Social.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Acrescentar incisos ao art. 6º e parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992 (lei orçamentária para 1992):

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4. Custos:

Fls. 2 do Anexo à EM 266 no MEFP, de 11 de agosto de 1992.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 1992-CN

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 6º e 11 da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, passam a vigorar acrescidos dos seguintes dispositivos:

“Art. 6º

VII — abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o limite de vinte por cento do valor da dotação, nesta Lei, de cada subprojeto ou subatividade;

VIII — remanejar dotações orçamentárias, entre órgãos e entidades federais, nos casos de convênios e respectivos saldos, mantidos os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.”

“Art. 11.

Parágrafo único. Quando o subprojeto ou subatividade, objeto da suplementação constar, igualmente, dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, a base de cálculo, para efeito de incidência do percentual a que se refere este artigo, será o valor total do subprojeto ou subatividade naqueles orçamentos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a:

I — abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, para cada subprojeto ou subatividade, até o limite de 20% (vinte por cento) de seu valor, mediante a utilização de recursos:

a) da Reserva de Contingência; e

b) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que não ultrapasse o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do subprojeto ou da subatividade objeto da anulação.

II — proceder, na programação de cada subprojeto ou subatividade, ao remanejamento de dotações entre grupos de despesa, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor do subprojeto ou da subatividade referido nesta Lei.

III — abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de operações de crédito, como fonte específica de recursos, para cada subprojeto ou subatividade, até o limite de 20% (vinte por cento) das respectivas dotações indicadas nesta Lei, nos casos de:

a) operações realizadas no 2º semestre de 1991 com cronograma de recebimento que contemple o exercício de 1992;

b) operações realizadas durante o exercício de 1992; ou

c) antecipação de cronogramas de recebimento.

IV — abrir créditos suplementares, utilizando como fonte a definida no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, para dotações referentes a:

a) transferências constitucionais aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, nos casos em que a lei determina a entrega dos recursos de forma automática;

b) transferências aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e

c) transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, bem como as demais aplicações com recursos de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

V — abrir créditos suplementares, mediante a utilização:

a) dos recursos decorrentes de variação monetária e cambial das operações de crédito contratadas na forma desta lei; e

b) do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, dos fundos e das Entidades Supervisionadas, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 1964, respeitada a programação originalmente aprovada no exercício a que se refere.

VI — abrir créditos suplementares até o limite necessário ao atendimento do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mediante a utilização, dentre outros, dos recursos da Reserva de Continuidade.

§ 1º A abertura de créditos de que trata o inciso VI deste artigo deverá ser precedida de comprovação da viabilidade técnica dos projetos a serem contemplados, bem como do atendimento ao efetivo interesse econômico e social para o desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

§ 2º Aplica-se aos créditos especiais a serem autorizados com a mesma finalidade do inciso VI deste artigo o disposto no parágrafo anterior.

Art. 11. É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares para cada subprojeto ou subatividade, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, mediante:

I — a anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa; e

II — a utilização de recursos excedentes que cada empresa gerar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mensagem que acaba de ser lida encaminha o Projeto de Lei nº 24, de 1992-CN.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, o referido projeto será remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sendo o seguinte o calendário para sua tramitação.

Dia 31/8 — Distribuição de avulsos.

Até 15/9 — Prazo para apresentação de emendas,

Dia 21/9 — Distribuição de avulso das emendas,

Até 30/9 — Prazo para encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 73, DE 1992-CN (nº 509/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Agricultura e Reforma Agrária e da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 507.900.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica".

Brasília, 19 de agosto de 1992. — **Fernando Collor**.

E.M. Interministerial nº 254

Brasília, 10 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, dispõe sobre a concessão de subvenções econômicas nas operações de crédito rural, sob a forma de equalização de preços e de taxas de juros.

2. Essa iniciativa visa a permitir aos produtores rurais liquidarem suas dívidas bancárias e remirem o produto vinculado em depósito, sem que o Governo se veja na contingência de efetuar aquisições fortuitas, que resultariam em elevados estoques e conseqüentes custos de manutenção.

3. A mencionada lei estabelece ainda, em seu art. 8º, que o Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, contados da data da sua publicação, encaminhará ao Congresso Nacional o pedido de abertura de crédito especial necessário à cobertura, no exercício de 1992, das despesas decorrentes daquelas subvenções.

4. Dessa forma, temos a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência Projeto de Lei destinado ao atendimento da equalização de preços autorizada no art. 1º daquele Diploma Legal.

5. O referido Projeto de Lei autoriza a abertura de crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000.000,00 (quinhentos e sete bilhões e novecentos milhões de cruzeiros) em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

6. O crédito especial ora proposto destina-se ao pagamento de despesas com a referida equalização, equivalente à parcela do saldo devedor de financiamento que excede o valor de mercado do produto financiado, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos, através de leilões em bolsas de mercadorias.

Por oportuno, esclarecemos que, de acordo com o disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os recursos necessários ao atendimento desse crédito decorrerão do cancelamento parcial de dotação consignada, nesse caso, ao mesmo órgão orçamentário.

Respeitosamente, **Antonio Cabrera Mano Filho**, Ministro de Estado da Agricultura e Reforma Agrária — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 264, DE 10-8-92.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Pagamento de equalização de preços nos termos da Lei nº 8.427, de 27-5-92.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito especial até o limite de Cr\$507,9 bilhões, para pagamento de despesas com equalização de preços.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: Não há.

4. Custos:

Recursos decorrentes de remanejamento de dotação de subatividade integrante do mesmo órgão orçamentário.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente: Prejudicado.

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais

de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000.000,00 (quinhentos e sete bilhões e novecentos milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento parcial de dotação indicado no Anexo II desta lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº

DE DE

DE 1992

CRÉDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		907.900.000			907.900.000				
ABASTECIMENTO		907.900.000			907.900.000				
EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS		907.900.000			907.900.000				
04.016.0000.2100		907.900.000			907.900.000				
FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS									
CARANTIM PREÇOS MÍNIMOS DE COMPRA PARA OS PRODUTOS AGRÍCOLAS, VISANDO MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE PREÇOS DOS PRODUTORES RURAIS (DL Nº 19/56)									
CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE SAFRA (1) - 4.774.000									
04.016.0000.2100.0002	FISCAL	907.900.000			907.900.000				
EMPRESTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - FOF									
CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE SAFRA (1) - 4.774.000									
TOTAL FISCAL		907.900.000			907.900.000				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		907.900.000			907.900.000				
ABASTECIMENTO		907.900.000			907.900.000				
EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS		907.900.000			907.900.000				
04.016.0000.2100		907.900.000			907.900.000				
FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS									
CARANTIM PREÇOS MÍNIMOS DE COMPRA PARA OS PRODUTOS AGRÍCOLAS, VISANDO MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE PREÇOS DOS PRODUTORES RURAIS (DL Nº 19/56)									
CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE SAFRA (1) - 4.774.000									
04.016.0000.2100.0002	FISCAL	907.900.000			907.900.000				
EMPRESTIMOS DO GOVERNO FEDERAL - FOF									
CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO DE SAFRA (1) - 4.774.000									
TOTAL FISCAL		907.900.000			907.900.000				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		907.900.000					907.900.000		
ABASTECIMENTO		907.900.000					907.900.000		
EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS		907.900.000					907.900.000		
04.016.0000.2100		907.900.000					907.900.000		
FINANCIAMENTO DE "AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL"									
FINANCIAR AQUISIÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E CONFERIR SUBVENÇÃO ECONÔMICA À COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB									
04.016.0000.2100.0001	FISCAL	907.900.000					907.900.000		
AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL - AAF									
TOTAL FISCAL		907.900.000					907.900.000		

74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CRÉDITO ESPECIAL

ANEXO II:

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		997.900.000					997.900.000		
ABASTECIMENTO		997.900.000					997.900.000		
SEÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS		997.900.000					997.900.000		
04.010.0000 2000 FINANCIAMENTO DE "AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL"		997.900.000					997.900.000		
FINANCIAR AQUISIÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E CONDIÇÃO SUBVENÇÃO ECONÔMICA A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB									
04.010.0000 2000 0001 AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL-ABP	FISCAL	997.900.000					997.900.000		
TOTAL FISCAL		997.900.000					997.900.000		

LEGISLAÇÃO CITADA

MENSAGEM Nº 509

LEI Nº 8.409,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 74, DE 1992-CN

(nº 510/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 132.906.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 19 de agosto de 1992.

E.M. Nº 280/MEFP

Brasília, 14 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República solicita a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 132.906.000,00 (cento e trinta e dois milhões, novecentos e seis mil cruzeiros), para reforço da dotação consignada no vigente orçamento.

2. A presente solicitação decorre da necessidade de atender despesas com pessoal e encargos sociais, em razão do aproveitamento dos servidores que se encontravam em disponibilidade.

3. Considerando que o seu valor excede ao limite de 20% (vinte por cento) estabelecido pelo art. 6º, inciso I, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, necessita, portanto, de aprovação legislativa que autorize o Poder Executivo a abrir o referido crédito suplementar.

4. Este Ministério é favorável à concessão do crédito solicitado, informando que as despesas resultantes serão cobertas sob a forma de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Nestas condições tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que autoriza a abertura do crédito.

Respeitosamente, **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Atender despesas com pessoal e encargos sociais, devido ao aproveitamento dos servidores que se encontravam em disponibilidade.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar para atender aquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Crédito suplementar no valor de Cr\$ 132.906.000,00.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta passa a vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 26, De 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 132.906.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Secretaria de Assuntos Estratégicos, crédito suplementar no valor de Cr\$ 132.906.000,00 (cento e trinta e dois milhões, novecentos e seis mil cruzeiros) para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária no montante especificado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20104 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEPESA NACIONAL - SEGURANÇA PÚBLICA		132 000	132 000						
ADMINISTRAÇÃO		132 000	132 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		132 000	132 000						
00.007.0001.0000 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		132 000	132 000						
PROVIDER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DO PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIN									
00.007.0001.0000.0000 PAGAMENTO DE PESSOAL	FINCAI	132 000	132 000						
TOTAL FINCAI		132 000	132 000						

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20104 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEPESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		132 000	132 000						
ADMINISTRAÇÃO		132 000	132 000						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		132 000	132 000						
00.007.0001.0000 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		132 000	132 000						
PROVIDER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DO PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIN									
00.007.0001.0000.0000 ENCARGOS COM PESSOAL EM DISPONIBILIDADE	FINCAI	132 000	132 000						
TOTAL FINCAI		132 000	132 000						

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 75, DE 1992-CN
(nº 511/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 19 de agosto de 1992. — F. Collor.

E.M. nº 281

Brasília, 14 de agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Educação solicita abertura de crédito especial, no valor de Cr\$2.444.816.000,00 (dois bilhões quatro-

centos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e dezesseis mil cruzeiros), em favor de diversas unidades da Administração Indireta.

2. A solicitação em causa visa incorporar ao orçamento vigente recursos originários de superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial daquelas unidades, no exercício de 1991.

3. Ressalte-se, que o referido superávit foi atestado pela Secretaria de Controle Interno-CISET, do Ministério da Educação e destina-se à programação de despesas sem dotações específicas no orçamento em curso, estando, portanto, sujeito à apreciação do Congresso Nacional.

4. Cumpre informar que o crédito está de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União o referido crédito especial, até o limite de Cr\$ 2.444.816.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e dezesseis mil cruzeiros).

Respeitosamente, **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO
DA ECONOMIA, FAZENDA PLANEJAMENTO
Nº 281 DE 14 DE AGOSTO DE 1992.**

1 — Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Encerrado o exercício de 1991, constatou-se, no Balanço Patrimonial das unidades da Administração Indireta do Ministério da Educação, um superávit financeiro. Sua reprogramação, objeto deste crédito, destina-se a despesas sem dotações específicas no orçamento vigente.

2 — Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

A reprogramação do superávit financeiro verificado em 1991 viabilizar-se-á através de crédito especial pendente de autorização legislativa do Congresso Nacional.

Sua aprovação proporcionará àquelas entidades os meios de realização das ações propostas.

3 — Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4 — Custos:

Cr\$2.444.816.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e dezesseis mil cruzeiros), provenientes de superávit financeiro aprovado em Balanço Patrimonial referente ao exercício de 1991.

5 — Razões que Justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e dezesseis mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de Saldos de Exercícios Anteriores, na forma do Anexo II desta lei nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26202 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ALAGOAS**

CR\$ 1.000.000

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRIENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		00				00			
BÁSICO MÉDIO		00				00			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		00				00			
00.043.0187.2000		00				00			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
00.043.0187.3708.0002	FISCAL	00				00			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		23.007	23.007						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		23.007	23.007						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		23.007	23.007						
10.070.0466.4000		23.007	23.007						
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALÉ-TRANSPORTE E VALÉ-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 22									
10.070.0466.4069.0002	FISCAL	23.007	23.007						
AUXÍLIO-CRECHE									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 22									
TOTAL FISCAL		23.007	23.007			00			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

**26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26203 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAZONAS**

CRÉDITO ESPECIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRIENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		10.000	10.000						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		10.000	10.000						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		10.000	10.000						
10.070.0466.4000		10.000	10.000						
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALÉ-TRANSPORTE E VALÉ-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 200									
10.070.0466.4069.0002	FISCAL	10.000	10.000						
AUXÍLIO-CRECHE									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 200									
TOTAL FISCAL		10.000	10.000						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26204 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA BAHIA

R\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		7.808	7.808						
18.078.0488.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		7.808	7.808						
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O NECESSÁRIO PARA O ACESSO AOS BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA E VALE-ALUGUEIRO, A EDUCAÇÃO E O ACESSO AOS BENEFÍCIOS DE CRIANÇA PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PROPRIA.		7.808	7.808						
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 80		7.808	7.808						
18.078.0488.4089.0002 AUXÍLIO-CRÉCHE	FISCAL	7.808	7.808						
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 80		7.808	7.808						
TOTAL FISCAL		7.808	7.808						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26205 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CAMPOS

R\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		8.981	8.981						
18.078.0488.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		8.981	8.981						
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O NECESSÁRIO PARA O ACESSO AOS BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA E VALE-ALUGUEIRO, A EDUCAÇÃO E O ACESSO AOS BENEFÍCIOS DE CRIANÇA PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PROPRIA.		8.981	8.981						
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 35		8.981	8.981						
18.078.0488.4089.0002 AUXÍLIO-CRÉCHE	FISCAL	8.981	8.981						
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 35		8.981	8.981						
TOTAL FISCAL		8.981	8.981						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

— THE END —

Specificación

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E DIC. SOCIAIS	IMOS E DIC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSTOS FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA										
ENSINO MEDIO										
	FORMAÇÃO PARA O SETOR DECOMERCIO									
	06.043.0197.1048 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		21.403				21.392			
	PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES PERS.		21.392				21.392			
	- EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS (UNIDADE) = 10		21.392				20.000			
	06.043.0197.1048.0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	20.000				20.000			
	- EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS (UNIDADE) = 10		1.392				1.392			
	06.043.0197.1047 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO									
	DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS.									
	- LABORATORIO CONSTRUÍDO (M2) = 40		1.392				1.392			
	06.043.0197.1047.0001 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL								
	- LABORATORIO CONSTRUÍDO (M2) = 40									
	ASSISTENCIA A EDUCANDOS									
	BOLSA DE ESTUDO									
	06.047.0229.2196 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO									
	PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CAPENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS									
	- BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) = 130									
	06.047.0229.2196.0002 ESTUDO	FISCAL								
	- BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) = 130		21.403				21.392			
	TOTAL FISCAL		21.403				21.392			

21.403		ALTA MONTANIA TRIP POSICAO ATUAL
--------	--	----------------------------------

CR\$ 1.000,00

31000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
31011 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA								
ENSINO MEDIO								
Formação para o setor secundário								
04.013.0197.1037 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESSOAL E APOIO	3.418				3.418			
DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICAS, ADMINISTRATIVAS E SOCIAIS	3.418				3.418			
- LABORATÓRIO CONSTRUTIVO (UNIDADES) - 1								
04.042.0197.1037.0001 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	3.418				3.418			
- LABORATÓRIO CONSTRUTIVO (UNIDADE) - 1								
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA								
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR								
ADMINISTRACAO SOCIAL GERAL								
18.078.0466.4059 PRESTACAO DE SERVICIOS AO SERVIDOR PUBLICO								
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PUBLICOS O RECEBIMENTO DOS VALORES REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEICAO, A EDUCACAO E O ALUGUELO, EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, E OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS NA LEGISLACAO PROPRIA								
- CRIANCA ATENDIDA (UNIDADE) - 80								
18.078.0466.4068.0002 AUXILIO-CRECHE								
- CRIANCA ATENDIDA (UNIDADE) - 80								
FISCAL								
	8.418	8.418						
TOTAL FISCAL	8.418	8.418						
TOTAL	11.830	11.830						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

CP# 1.000,00

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26214 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PELOTAS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		8.794	8.794						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		8.794	8.794						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		8.794	8.794						
15.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		8.794	8.794						
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O AUXÍLIO-REPRESENTAÇÃO A EDUCAÇÃO RECEBIMENTO DE CHEQUE PARA SEUS FILHOS, VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.		8.794	8.794						
15.078.0486.4089.0002 AUXÍLIO-CRONE	FISCAL	8.794	8.794						
TOTAL FISCAL		8.794	8.794						

CP# 1.000,00

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26215 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PERNAMBUCO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		3.136	3.136						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		3.136	3.136						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		3.136	3.136						
15.078.0486.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		3.136	3.136						
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O AUXÍLIO-REPRESENTAÇÃO A EDUCAÇÃO RECEBIMENTO DE CHEQUE PARA SEUS FILHOS, VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.		3.136	3.136						
15.078.0486.4089.0002 AUXÍLIO-CRONE	FISCAL	3.136	3.136						
TOTAL FISCAL		3.136	3.136						

1,000,000

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS				CREDITO ESPECIAL						
26216 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO PIAUI				RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS						
ANEXO 1										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)										
ESPECIFICACAO		ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERFERES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA			9.029				9.029			
ENSINO MEDIO			9.029				9.029			
FORMACAO PARA O SETOR SEGURADORIO			9.029				9.029			
06.043 0187.2005			9.029				9.029			
COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO										
06.043 0187.2005										
MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS										
AÇOES DO ENSINO.										
06.043 0187.2005 0002			9.029				9.029			
MANUTENCAO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA										
		FISCAL	9.029				9.029			
			9.029				9.029			
		TOTAL FISCAL	9.029				9.029			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CREDITO ESPECIAL										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS										
26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS										
26217 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE QUIMICA - RJ										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)										
ESPECIFICACAO		ESFERA	TOTAL	PESSOAL E INC. SOCIAIS	JUROS E INC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA										
ENSINO MEDIO										
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO										
- 0.043.0197.1007			119.003				119.003			
CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE ENSINO.			119.003				119.003			
- PRECATORIO E AMOIO			119.003				119.003			
OUTRA A INSTITUICAO DE INSTALACOES, ADEQUACAO AO										
ADMINISTRATIVAS E OIACAO-CIENTIFICAS.										
- PRECIO CONSTRUICAO (R\$) = 9.000										
06.043.0197.1047.0001		FISCAL	119.003				119.003			
CONSTRUICAO DE UNIDADES DE ENSINO										
- PRECIO CONSTRUICAO (R\$) = 9.000			6.878	6.878						
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			6.878	6.878						
SAUDE			6.878	6.878						
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			6.878	6.878						
16.078.0486.4099										
PRESTACAO DE SERVICIOS AO SERVIDOR PUBLICO										
PROPORCIONACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS										
AUXILIOS - REFERENTES A										
VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEICAO										
PRE-ESCOLA EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS.										
ALEM DE OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										
EM OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS										

CR\$ 1.000,00

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26219 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			1.200	1.200						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR			1.200	1.200						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			1.200	1.200						
18.078.0486.4009			1.200	1.200						
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO										
PROPOSIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS O										
INSTITUTO DE APOIO À EDUCAÇÃO										
VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO										
PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA OS FILHOS										
ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS										
EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.										
EM CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) * 7										
18.078.0486.4009.0002			1.200	1.200						
AUXÍLIO-DOENÇA										
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) * 7										
TOTAL FISCAL			1.200	1.200						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26220 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

CR\$ 1.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			9.983	9.983						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR			9.983	9.983						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			9.983	9.983						
18.078.0486.4009			9.983	9.983						
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO										
PROPOSIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS O										
INSTITUTO DE APOIO À EDUCAÇÃO										
VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO										
PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA OS FILHOS										
ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS										
EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.										
18.078.0486.4009.0002			9.983	9.983						
AUXÍLIO-DOENÇA										
TOTAL FISCAL			9.983	9.983						

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

R\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		874.906			16.818	953.836	4.183		
ENSINO SUPERIOR		874.906			16.818	953.836	4.183		
PESQUISA FUNDAMENTAL		870.793			16.818	953.836			
06.044.0084.2308		870.793			16.818	953.836			
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSEMBLEIA A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE.									
- PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 1									
06.044.0084.2305.0001	FISCAL	866.284			13.923	981.331			
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA									
06.044.0084.2305.0002	FISCAL	8.498			2.892	2.807			
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS									
- PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 1									
06.044.0306.2005		4.183					4.183		
ENSINO DE GRADUAÇÃO									
06.044.0306.2005		4.183					4.183		
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEMBLEIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.									
06.044.0306.2006.0002	FISCAL	4.183					4.183		
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
TOTAL FISCAL		874.906			16.818	953.836	4.183		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

R\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		1.822				1.822			
ENSINO SUPERIOR		1.822				1.822			
PESQUISA FUNDAMENTAL		1.822				1.822			
06.044.0084.2305		1.822				1.822			
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSEMBLEIA A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE.									
- PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 106									
06.044.0084.2305.0001	FISCAL	1.821				1.821			
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA									
06.044.0084.2305.0003	FISCAL	1							
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS									
- PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 106									
TOTAL FISCAL		1.822				1.822			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

R\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA									
Ensino Superior									
PESQUISA APLICADA		119	79			44			
06.044.0005.2305		119	79			44			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		119	79			44			
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE COMPREENDE A MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA, DA PESQUISA DESENVOLVIMENTO (PESQUISA) • 399									
06.044.0005.2305.0001	FISCAL	119	79			44			
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA									
PESQUISA DE DESENVOLVIMENTO (PESQUISA) • 399									
TOTAL FISCAL		119	79			44			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

R\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA									
Ensino Superior									
PESQUISA APLICADA		1.182	884			278			
06.044.0005.2305		1.182	884			278			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		247	247						
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE COMPREENDE A MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA, DA PESQUISA DESENVOLVIMENTO (PESQUISA) • 104									
06.044.0005.2305.0001	FISCAL	247	247						
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA									
PESQUISA DE DESENVOLVIMENTO (PESQUISA) • 104									
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA									
06.044.0207.2305		837	837						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
PROVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DOCENTES, DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE.									
ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) • 270									
CURSO OFERECIDO (CURSO) • 270									
06.044.0207.2305.0001	FISCAL	837	837						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) • 270									
CURSO OFERECIDO (CURSO) • 270									
DIFUSÃO CULTURAL									
06.044.0247.2304		278				278			
PRODUÇÃO DE PROGRAMAS E MATERIAIS EDUCATIVOS									
PROVER A MELHORIA DO ENSINO MEDIANTE O APERFEIÇOAMENTO DA QUALIDADE DE PROGRAMAS E MATERIAL DIDÁTICO EDITADO/CO-EDITADO (EXEMPLAR) • 1.400									
06.044.0247.2304.0003	FISCAL	278				278			
LIVRO EDITADO/CO-EDITADO (EXEMPLAR) • 1.400									
TOTAL FISCAL		1.182	884			278			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

R\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA									
ENSINO SUPERIOR		35.486			22.486	13.000			
ENSINO DE GRADUACAO		35.486			22.486	13.000			
06.044.0200.1000		13.000				13.000			
RECUPERACAO DAS INSTALACOES FISICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		13.000				13.000			
06.044.0200.1090.0001									
RECUPERACAO DAS INSTALACOES FISICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	13.000				13.000			
LABORATORIO RECUPERADO (UNIDADE) = 2									
06.044.0200.2278		22.486			22.486				
CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NIVEL DE POS-GRADUACAO		22.486			22.486				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO.									
06.044.0200.2278.0002									
ESPECIALIZACAO	FISCAL	22.486			22.486				
TOTAL FISCAL		35.486			22.486	13.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26258 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		130.310							
ENSINO MÉDIO		129.110			1.180	129.130			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		2				2			
06.043.0006.1087		2				2			
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO									
DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS.									
06.043.0006.1087.0001	FISCAL	2				2			
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO									
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO									
06.043.0197.1088		129.108				129.108			
INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA									
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS.									
06.043.0197.1088.0001	FISCAL	129.108				129.108			
INSTRUMENTAL PARA ENSINO									
ENSINO SUPERIOR		1.200			1.180	20			
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		1.180			1.180				
06.044.0206.2275		1.180			1.180				
CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.									
06.044.0206.2275.0004	FISCAL	1.180			1.180				
DOCTORADO									
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA									
06.044.0207.2306		20				20			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DISCENTE, DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS DE INTERESSE COMUNITÁRIO E DE EXTENSÃO, POR MEIO DE:									
- CURSO OFERTADO (CURSO) - 80									
- PESSOA BENEFICIADA (PESSOA) - 2.900									
06.044.0207.2306.0001	FISCAL	20				20			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
- CURSO OFERTADO (CURSO) - 85									
- PESSOA BENEFICIADA (PESSOA) - 2.900									
TOTAL FISCAL		130.310			1.180	129.130			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26259 - CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		43.376				43.376			
ENSINO SUPERIOR		43.376				43.376			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		43.376				43.376			
04.044.0204.1005		43.376				43.376			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
04.044.0205.1002	FISCAL	43.376				43.376			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
TOTAL FISCAL		43.376				43.376			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26262 - ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		16.046				16.046			
ENSINO SUPERIOR		16.046				16.046			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		16.046				16.046			
04.044.0205.1005		16.046				16.046			
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
MANUTENÇÃO A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
- SALA DE AULA RECUPERAÇÃO (UNIDADE) = 12									
04.044.0206.1000	FISCAL	16.046				16.046			
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO									
- SALA DE AULA RECUPERAÇÃO (UNIDADE) = 12									
TOTAL FISCAL		16.046				16.046			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06.044.0206.2043.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 1.096	FISCAL	1.096					1.096		
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA									
06.044.0207.2004 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		4.367			4.367				
PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM O MEIO AMBIENTE E TECNOLÓGICO, COMO A ORGANIZAÇÃO DE CURSOS E TÉCNICO ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE.		4.367			4.367				
- CURSO OFERECIDO (CURSO) - 1									
06.044.0207.2204.0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO	SEGURIDADE	4.367			4.367				
- CURSO OFERECIDO (CURSO) - 1									
TOTAL	FISCAL SEGURIDADE	120.000 111.916 8.084	246 246		65.382 99.302 8.084	26.313 26.313 8.000	26.056 26.056		

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

CNS 1.000.00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA									
- ENSINO SUPERIOR									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO									
06.044.0206.2275 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO		931.982			27.251	904.731			
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.		931.982			27.251	904.731			
06.044.0206.2275.0003 RESTRADO		27.251			27.251				
06.044.0206.2275.0004 DOCTORAÇÃO	FISCAL	27.251			27.251				
CAMPUS UNIVERSITÁRIO									
06.044.0206.1045 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA	FISCAL	41			41				
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS.		904.731				904.731			
06.044.0206.1045.0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO		412.918				412.918			
06.044.0206.1045 URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA	FISCAL	412.918							
OUTRAS A INSTITUIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA NECESSÁRIA AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS.		146.452				146.452			
- SISTEMA VIÁRIO RECUPERADO (SISTEMA) - 1									
06.044.0206.1046.0001 URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA	FISCAL	146.452							
- SISTEMA VIÁRIO RECUPERADO (SISTEMA) - 1									
06.044.0206.1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		345.364							
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO.		345.364							
06.044.0206.1090.0003 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE APOIO	FISCAL	345.364				345.364			
TOTAL	FISCAL	931.982			27.251	904.731			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28273 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA									
Ensino Superior		1.397					1.397		
Ensino de Graduação		1.397					1.397		
08.044.0205.2005 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		1.397					1.397		
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
08.044.0205.2005.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	1.397					1.397		
TOTAL FISCAL		1.397					1.397		

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA									
Ensino Superior		1.362				1.362			
Pesquisa Fundamental		1.362				1.362			
08.044.0004.2305 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		304				304			
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORREM PARA O FOMENTO DA PESQUISA									
RECURSOS PARA O FOMENTO DA PESQUISA									
- PESQUISA DE MANUTENÇÃO DA VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQUISA DE MANUTENÇÃO DA VIDA DA COLETIVIDADE									
08.044.0004.2305.0001 PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	FISCAL	196				196			
- PESQUISA DE MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
08.044.0004.2305.0002 PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	FISCAL	146				146			
- PESQUISA DE MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
Ensino de Graduação									
08.044.0205.2005 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
08.044.0205.2005.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	1.058				1.058			
TOTAL FISCAL		1.362				1.362			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26292 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA									
ENSINO SUPERIOR									
ENSINO DE GRADUAÇÃO									
04.044.0205.1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
- GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) : 12									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) : 40									
04.044.0205.1090.0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	49.836				49.836			
- LABORATÓRIO RECUPERADO (UNIDADE) : 12									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) : 40									
04.044.0205.2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
- ASSESSORIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
04.044.0208.2003.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	21.904				21.904			
ENTRADA UNIVERSITÁRIA									
04.044.0207.2308 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
- PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM PROGRAMAS, CURSOS, OFICINAS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, ALMOÇOS, ENCONTROS, ENTRE OUTROS									
- ALMOÇO ENVOLVIDO (ALUNO) : 2.785									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) : 30									
- FESTIVAL APOIADO (UNIDADE) : 1									
04.044.0207.2308.0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO	FISCAL	863				863			
- ALMOÇO ENVOLVIDO (ALUNO) : 2.785									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) : 30									
- FESTIVAL APOIADO (UNIDADE) : 1									
TOTAL FISCAL		72.203				72.203			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA									
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR									
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL									
19.078.0446.4049 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
- PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O NECESSÁRIO PARA O ADEQUADO CUMPRIMENTO DAS OBRIGACIONES DE SEGURANÇA SOCIAL									
- PRESTAR APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
- ORÇANCA ATENÇÃO (ORÇANCA) : 120									
19.078.0446.4049.0002 AUXÍLIO-ORÇANCA	FISCAL	4.979	4.979						
- ORÇANCA ATENÇÃO (ORÇANCA) : 120									
TOTAL FISCAL		4.979	4.979						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28397 - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

R\$ 1.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS							CREDITO ESPECIAL
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA									
SAÚDE		96.782				96.782			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		96.782				96.782			
96.079.0425.2294		96.782				96.782			
SAÚDE DO ESCOLAR		96.782				96.782			
PROMOVER NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, AÇÕES EDUCATIVAS PREVENTIVAS E CURATIVAS, DE MEDICINA GERAL, ODONTOLÓGICA E OPTALMOLOGICA.									
- ALUNO BENEFICIÁRIO (ALUNO) - 6.000.000									
96.079.0428.2294.0001	SEGURIDADE	96.782				96.782			
ASSISTÊNCIA MÉDICA									
- ALUNO BENEFICIÁRIO (ALUNO) - 6.000.000									
TOTAL SEGURIDADE		96.782				96.782			
AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL									

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26202 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE ALAGOAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			23.097
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		23.097	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		23.097	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	23.097		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			99
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		99	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		99	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	99		
TOTAL FISCAL				23.196

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26203 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO AMAZONAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			10.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		10.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		10.000	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	10.000		
TOTAL FISCAL				10.000

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

CATEGORIA

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26204 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DA BAHIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			7.605
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		7.605	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		7.605	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	7.605		
TOTAL FISCAL				7.605

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26206 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE CAMPOS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			6.861
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		6.861	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		6.861	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	6.861		
TOTAL FISCAL				6.861

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26206 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO CEARA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			6.580
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		6.660	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		6.660	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	6.660		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			3.893
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		3.893	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		3.893	
2680.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	110		
2680.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	3.783		
TOTAL FISCAL				9.453

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26207 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			6.466
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		6.466	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		6.466	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	6.466		
TOTAL FISCAL				6.466

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26209 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.390
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.390	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.390	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	11		
1990.06.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.379		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			20.013
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		20.013	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		20.013	
2680.01.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	20.013		
TOTAL FISCAL				21.403

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26211 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE DURO PRETÓ

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			8.416
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		8.416	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		8.416	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	8.416		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			3.416
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		3.416	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		3.416	
2680.06.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	3.416		
TOTAL FISCAL				11.830

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
28214 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE PELOTAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			8.794
1000.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		8.794	
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS		8.794	
1990.05.99	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	8.794		
TOTAL FISCAL					8.794

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
28215 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE PERNAMBUCO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			3.138
1000.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		3.138	
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS		3.138	
1990.05.99	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	3.138		
TOTAL FISCAL					3.138

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26218 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO PIAUI

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.430
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.430	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.430	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.430		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			7.599
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		7.599	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		7.599	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	7.599		
TOTAL FISCAL				9.029

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26217 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE QUIMICA - RJ

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			6.878
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		6.878	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		6.878	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	6.878		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			115.003
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		115.003	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		115.003	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	115.003		
TOTAL FISCAL				121.881

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26219 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.200
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.200	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.200	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.200		
TOTAL FISCAL				1.200

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

28220 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			5.583
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		5.583	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		5.583	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	5.583		
TOTAL FISCAL				5.583

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
28232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			18.816
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		18.816	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		18.816	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	18.816		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			558.091
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		558.091	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		558.091	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	553.938		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	4.153		
TOTAL FISCAL				574.906

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
28238 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			1.822
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		1.822	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		1.822	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	1.822		
TOTAL FISCAL				1.822

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			75
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		75	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		75	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	75		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			44
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		44	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		44	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	44		
TOTAL FISCAL				119

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
28241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			884
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		884	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		884	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	884		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			278
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		278	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		278	
2580.69.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	278		
TOTAL FISCAL				1.162

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMOS

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26260 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			23.680
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		23.680	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		23.680	
2680.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	23.680		
TOTAL FISCAL				23.680

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMOS

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
28284 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			24.152
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		24.152	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		24.152	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	24.152		
TOTAL FISCAL				24.152

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26267 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			35.486
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		35.486	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		35.486	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	13.000		
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	22.486		
TOTAL FISCAL				35.486

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26268 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.180
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.180	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.180	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	1.180		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			129.130
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		129.130	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		129.130	
2680.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	129.130		
TOTAL FISCAL				130.310

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ALFRESCILLO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26269 - CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			43.376
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		43.376	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		43.376	
2680.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	43.376		
TOTAL FISCAL				43.376

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ALFRESCILLO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26262 - ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			16.046
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		16.046	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		16.046	
2680.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	16.046		
TOTAL FISCAL				16.046

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
28271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		65.629 59.548 6.081	65.629 59.548 6.081
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		65.629 59.548 6.081	65.629 59.548 6.081
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		65.629 59.548 6.081	65.629 59.548 6.081
1990.06.01 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS SEG	55.735 49.654 6.081		
1990.06.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	9.894		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS SEG			54.371 52.371 2.000
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS SEG		54.371 52.371 2.000	54.371 52.371 2.000
2590.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS SEG		54.371 52.371 2.000	54.371 52.371 2.000
2590.01.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS SEG	29.042 27.042 2.000		
2590.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	26.329		
TOTAL				120.000
TOTAL FISCAL				111.819
TOTAL SEGURIDADE				8.081

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			401.119
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		401.119	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		401.119	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	27.251		
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	373.868		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			530.863
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		530.863	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		530.863	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	280.073		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	270.790		
TOTAL FISCAL				931.982

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

28273 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			1.397
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		1.397	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		1.397	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.397		
TOTAL FISCAL				1.397

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

28278 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			1.382
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		1.362	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		1.382	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	1.362		
TOTAL FISCAL				1.382

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

28281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.544
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		3.544	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		3.544	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	3.544		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			155.503
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		155.503	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		155.503	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	92.283		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	63.240		
TOTAL FISCAL				159.047

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

28286 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			72.203
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		72.203	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		72.203	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	10.883		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	61.840		
TOTAL FISCAL				72.203

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

28297 - FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA AO ESTUDANTE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	SEG			56.752
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	SEG		56.752	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	SEG		56.752	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	SEG	20.000		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	SEG	36.752		
TOTAL SEGURIDADE				56.752

CREDITO ESPECIAL	ANEXO II	ANEXO	ACRESCIMO
------------------	----------	-------	-----------

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			4.975
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		4.975	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		4.975	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	4.975		
TOTAL FISCAL				4.975

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 76, DE 1992 — CN
(Nº 512/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$122.077.661.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 19 de agosto de 1992. — **Fernando Collor.**

E.M. nº 278

Brasília, 14 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Educação solicita abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$122.077.661.000,00 (cento e vinte e dois bilhões, setenta e sete milhões e seiscentos e sessenta e um mil cruzeiros), em favor de diversas unidades da Administração Indireta.

2. A presente solicitação decorre da necessidade de se incorporar ao orçamento vigente recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial daquelas unidades, no exercício de 1991.

3. Vale salientar que o referido superávit foi testado em demonstrativo da Secretaria de Controle Interno — CISET, do Ministério da Educação, sendo alocado, para 1992, em programação diferente da originalmente aprovada, havendo, portanto, necessidade de aprovação legislativa.

4. Ressalte-se, ainda, que para a concessão do pleito haverá transferência de dotações do Orçamento Fiscal para o da Seguridade Social.

5. Cumpre informar que o crédito está de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA PLANEJAMENTO Nº 278 DE 14-8-92.

1 — Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Encerrado o exercício de 1991, constatou-se, no Balanço Patrimonial das unidades da Administração Indireta do Ministério da Educação, um superávit financeiro. Sua reprogramação, objeto deste crédito, visa reforçar as dotações orçamentárias daquelas unidades para o exercício de 1992. Os recursos serão alocados em programas de trabalho diferentes dos originalmente aprovados.

2 — Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

A reprogramação do superávit financeiro verificado em 1991, viabilizar-se-á através de crédito suplementar pendente de autorização legislativa do Congresso Nacional. Sua aprovação proporcionará àquelas entidades os meios de realização das ações propostas.

3 — Alternativas existentes às medidas ou atos propostos.

4 — Custos:

Cr\$122.077.661.000,00 (cento e vinte e dois bilhões, setenta e sete milhões e seiscentos e sessenta e um mil cruzeiros), provenientes de superávit financeiro aprovado em Balanço Patrimonial referente ao exercício de 1991.

5. — Razões que justificam a urgência.

6. — Impacto sobre o meio ambiente.

7. — Síntese do parecer do órgão jurídico.

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$122.077.661.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992); em favor do Ministério da Educação, crédito suple-

mentar no valor de Cr\$122.077.661.000,00 (cento e vinte e dois bilhões, setenta e sete milhões e seiscentos e sessenta e um mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de Saldos de Exercícios Anteriores, na forma do Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28203 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO AMAZONAS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA		50 357			50 349	8			
ENSINO MEDIO		50 357			50 349	8			
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO		50 357			50 349	8			
08 043 0197 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		8							
PROVER A INSTITUICAO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 3 000									
08 043 0197 1085 0003 ACERVO BIBLIOGRAFICO	FISCAL	8							
ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 3 000									
08 043 0197 2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO		50 349			50 349				
ASSEGURAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 3 200									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) + 600									
08 043 0197 2085 0002 MANUTENCAO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	48 862			48 862				
08 043 0197 2085 0003 MANUTENCAO DA ATIVIDADE DIDATICA	FISCAL	1 487			1 487				
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 3 200									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) + 600									
TOTAL FISCAL		50 357			50 349	8			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28204 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DA BAHIA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA		232 018	9 519		84 819	177 680			
ENSINO MEDIO		227 725	9 519		90 522	177 680			
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO		227 868	9 519		95 886	177 680			
08 043 0197 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		84 337				84 337			
PROVER A INSTITUICAO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 3 500									
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 120									
MOBILIARIO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 480									
08 043 0197 1085 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	84 392				84 392			
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 120									
MOBILIARIO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 480									
08 043 0197 1085 0003 ACERVO BIBLIOGRAFICO	FISCAL	3 945				3 945			
ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 3 500									
08 043 0197 1087 CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E ARQUIVO		40 006				40 006			
DOTAR A INSTITUICAO DE INSTALACOES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDATICAS-CIENTIFICAS									
MEIO CONSTRUIDO (M2) + 500									
08 043 0197 1087 0001 CONSTRUCAO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	40 006				40 006			
MEIO CONSTRUIDO (M2) + 500									
08 043 0197 2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO		95 326	9 519		75 886	9 519			
ASSEGURAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 3 800									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) + 700									
08 043 0197 2085 0002 MANUTENCAO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	91 991	9 519		91 131	9 341			

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06 043 0197 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 3 800 - PROFISSIONAL FORMADO (PES30A) - 700 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	FISCAL	23 339			23 339				
06 043 0217 2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHAM MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE - DOCENTE TREINADO (DOCENTE) - 180 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PES30A) - 90	FISCAL	4 096			4 096				
06 043 0217 2007 0001 ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO - DOCENTE TREINADO (DOCENTE) - 150 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PES30A) - 90 ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS BOLSAS DE ESTUDO	FISCAL	4 096			4 096				
06 047 0225 2156 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS - BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) - 150	FISCAL	4 293			4 293				
06 047 0225 2156 0002 BOLSAS DE ESTUDO - BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) - 150 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	FISCAL	4 293			4 293				
16 078 0486 6089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO - PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA - VALE-TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) - 28 000	FISCAL	5 600	5 600						
16 078 0486 6089 0001 AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	16 276			16 276				
16 078 0486 6089 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - VALE-TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) - 28 000 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGUROS	FISCAL	29 840			29 840				
16 084 0492 2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ARRODO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	FISCAL	29 840			29 840				
16 084 0492 2012 0001 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	29 840			29 840				
TOTAL FISCAL		263 737	16 116		130 814	137 664			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

CPA 1 000 00

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TONAS AS TONIES E TRANSFERENCIAS

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

508 : 000 00

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

[illegible]

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
08.043.0197.1067.0001 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	28 912				28 912			
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		17 371			17 371				
BOLSAS DE ESTUDO		17 371			17 371				
08.047.0235.2186 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		17 371			17 371				
PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS									
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 70									
08.047.0235.2186.0002 BOLSAS DE ESTUDO	FISCAL	17 371			17 371				
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 70									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		1 088			1 088				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		1 088			1 088				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		1 088			1 088				
19.004.0492.2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		1 088			1 088				
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O APOIO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.									
19.004.0492.2012.0001 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	1 088			1 088				
TOTAL FISCAL		167 371			16 459	148 912			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26208 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE GOIÁS

1991 1 000 00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		198 069			32 917	165 152			
ENSINO MÉDIO		198 069			32 917	165 152			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		198 069			32 917	165 152			
08.043.0197.1068 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		70 012				70 012			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS.									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 150									
08.043.0197.1069.0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	70 012				70 012			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 150									
08.043.0197.1067 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO		95 140				95 140			
DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS									
- LABORATÓRIO AMPLIADO (HQ) = 800									
- PRÉDIO AMPLIADO (HQ) = 960									
08.043.0197.1067.0004 AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	95 140				95 140			
- LABORATÓRIO AMPLIADO (HQ) = 800									
- PRÉDIO AMPLIADO (HQ) = 960									
08.043.0197.2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		32 917			32 917				
ASSISTÊNCIA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
08.043.0197.2008.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	12 000			12 000				
08.043.0197.2008.0008 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	20 917			20 917				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		370	370						

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
PREVIDENCIA		378	378						
PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		378	378						
18.062.0495.2013		378	378						
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS									
ASSSEGURAR A SUBSISTENCIA PECUNIARIA A QUE FAZEM JUZ OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
18.062.0495.2013.0001	SEGURIDADE	378	378						
ENCARGOS COM INATIVOS									
TOTAL FISCAL		198.447	378		32.917	165.192			
SEGURIDADE		198.069	378		32.917	165.192			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26209 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

CPB 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		161.929			91.000	71.929			
ENSINO MEDIO		161.929			91.000	71.929			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO		161.929			91.000	71.929			
06.043.0197.2085		161.929			91.000	71.929			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 2.800									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) + 850									
06.043.0197.2049.0002	FISCAL	100.000			80.000	20.000			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
06.043.0197.2049.0003	FISCAL	61.929			10.000	51.929			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 2.800									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) + 850									
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		1.000			1.000				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		1.000			1.000				
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS		1.000			1.000				
19.064.0492.2012		1.000			1.000				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO									
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ADOJO DE QUE TRATA O PARAGRAFO 3 DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
19.064.0492.2012.0001	FISCAL	1.000			1.000				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO									
TOTAL FISCAL		162.929			91.000	71.929			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26211 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO

R\$ 1.000,00

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		74 360	74 360						
ENSINO MÉDIO		74 360	74 360						
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		74 360	74 360						
06.043.0197.2043 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		74 360	74 360						
ASSSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
06.043.0197.2085.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	74 360	74 360						
TOTAL FISCAL		74 360	74 360						

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26213 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAIBA

R\$ 1.000,00

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		241 619			561	241 036			
ENSINO MÉDIO		241 619			561	241 036			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		241 619			561	241 036			
06.043.0197.1008 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		6 041				6 041			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS:									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 20									
06.043.0197.1008.0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	6 041				6 041			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 20									
06.043.0197.1087 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO		234 997				234 997			
DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS									
06.043.0197.1087.0001 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	234 997				234 997			
06.043.0197.2048 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		561			561				
ASSSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 2.970									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) = 232									
06.043.0197.2085.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	42			42				
06.043.0197.2085.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	539			539				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 2.970									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) = 232									
TOTAL FISCAL		241 619			561	241 036			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26214 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PELOTAS

CPS 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		178.448	8.527		14.534	142.387			
ENSINO MÉDIO		172.096	8.527		11.182	142.387			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		170.338	8.527		9.474	142.387			
06.043.0197.1068 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		95				95			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS:									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 40									
- MOBILIÁRIO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 50									
06.043.0197.1068.0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	95				95			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 40									
- MOBILIÁRIO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 50									
06.043.0197.1067 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO		152.101				142.101			
DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS									
- LABORATÓRIO AMPLIADO (M2) = 40									
- SALA DE AULA AMPLIADA (M2) = 40									
06.043.0197.1067.0001 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	151.999				141.999			
06.043.0197.1067.0004 AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	142				142			
- LABORATÓRIO AMPLIADO (M2) = 40									
- SALA DE AULA AMPLIADA (M2) = 40									
06.043.0197.1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		231				231			
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
06.043.0197.1090.0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	231				231			
06.043.0197.2065 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		17.951	8.527		9.424				
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 4.980									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 600									
06.043.0197.2065.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	16.364	8.527		7.837				
06.043.0197.2065.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	1.587			1.567				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 4.980									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 600									
06.043.0217.2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		1.756			1.756				
PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE									
- DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 282									
- TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) = 190									
06.043.0217.2007.0001 ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	FISCAL	1.756			1.756				
- DOCENTE TREINADO (DOCENTE) = 282									
- TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) = 190									
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		4.352			4.352				
BOLSAS DE ESTUDO		4.352			4.352				
06.047.0236.2156 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		4.352			4.352				
PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CAPENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO BEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS									
- BOLSAS DE TRABALHO CONCEDIDAS (UNIDADE) = 100									
06.047.0236.2156.0002 BOLSAS DE ESTUDO	FISCAL	4.352			4.352				
- BOLSAS DE TRABALHO CONCEDIDAS (UNIDADE) = 100									
TOTAL FISCAL		178.448	8.527		14.534	142.387			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM 90% DA ATIVIDADE ANUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28216 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ

R\$ 1.000,00

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		106.975			25.000	81.975			
ENSINO MÉDIO		103.975			25.000	78.975			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		103.975			25.000	78.975			
06.043.0197.1090		83.975				83.975			
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO - LABORATÓRIO RECUPERADO (UNIDADES) = 9									
06.043.0197.1090.0001	FISCAL	83.975				83.975			
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO - LABORATÓRIO RECUPERADO (UNIDADES) = 9									
06.043.0197.2085		20.000			20.000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSESSORAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 3.200									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) = 300									
06.043.0197.2085.0003	FISCAL	20.000			20.000				
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 3.200									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) = 300									
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		5.000			5.000				
BOLSAS DE ESTUDO		5.000			5.000				
06.047.0236.2156		5.000			5.000				
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO									
PROPONICIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS									
BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 100									
06.047.0236.2156.0002	FISCAL	5.000			5.000				
BOLSAS DE ESTUDO									
BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 100									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		15.000			15.000				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		15.000			15.000				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		15.000			15.000				
19.084.0492.2012		15.000			15.000				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O APOIO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3. DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.									
19.084.0492.2012.0001	FISCAL	15.000			15.000				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
TOTAL FISCAL		123.975			40.000	83.975			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26218 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CDS 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA		966 848			109 968	874 880			
ENSINO MEDIO		966 848			109 968	874 880			
FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO		966 848			109 968	874 880			
06 043 0197 1005 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		860				860			
PROVER A INSTITUICAO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) * 100									
06 043 0197 1005 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	860				860			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) * 100									
06 043 0197 1007 CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO		856 000				874 880			
DOTAR A INSTITUICAO DE INSTALACOES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDACTICO-CIENTIFICAS									
- PRECIO AMPLIADO (M2) * 6,362									
06 043 0197 1007 0001 CONSTRUCAO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	856 000				874 880			
- PRECIO AMPLIADO (M2) * 6,362									
06 043 0197 2005 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO		109 968			109 968				
ORGANIZAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) * 3,200									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) * 400									
06 043 0197 2005 0003 MANUTENCAO DA ATIVIDADE DIDACTICA	FISCAL	109 968			109 968				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) * 3,200									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) * 400									
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		5 624			5 624				
PROTECCAO AO TRABALHADOR		5 624			5 624				
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL		5 624			5 624				
18 078 0406 4009 PRESTACAO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO		5 624			5 624				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PUBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXILIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEICAO, A EDUCACAO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALEM DE OUTROS BENEFICIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLACAO PROPRIA									
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) * 6 000									
18 078 0406 4009 0003 CONCESSAO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	5 624			5 624				
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) * 6 000									
TOTAL FISCAL		974 472			119 612	856 860			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26220 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		44 280				44 280			
ENSINO MÉDIO		44 280				44 280			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		44 280				44 280			
08 043 0197 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		42 471				42 471			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS - EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) * 10									
08 043 0197 1085 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO - EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) * 10	FISCAL	42 471				42 471			
08 043 0197 1090 RECURSOS DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		1 809				1 809			
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO - PRÉDIO RECUPERADO (UNIDADE) * 2									
08 043 0197 1090 0001 RECURSOS DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO - PRÉDIO RECUPERADO (UNIDADE) * 2	FISCAL	1 809				1 809			
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		115 159	15 000		100 159				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		112 542	15 000		97 542				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		112 542	15 000		97 542				
15 078 0486 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		112 542	15 000		97 542				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA - VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) * 12 700									
15 078 0486 4089 0001 AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	15 000	15 000						
15 078 0486 4089 0002 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) * 12 700	FISCAL	97 542			97 542				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		2 617			2 617				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SECURADOS		2 617			2 617				
15 084 0492 2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		2 617			2 617				
FINANCIAR NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ABOGO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
15 084 0492 2012 0001 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	2 617			2 617				
TOTAL FISCAL		159 438	15 000		100 159	44 280			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA PORÇÃO ATUAL

28000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28221 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SERGIPE

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		37.433			31.510	5.923			
ENSINO MÉDIO		28.602			22.678	5.923			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		26.902			20.979	5.923			
08 043 0197 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		5.020				5.020			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) : 15									
08 043 0197 1085 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	5.020				5.020			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) : 15									
08 043 0197 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		21.882			20.979	903			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
08 043 0197 2085 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	21.882			20.979	903			
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		1.700			1.700				
08 043 0217 2007 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		1.700			1.700				
PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE									
- DOCENTE TREINADO (DOCENTE) : 30									
- TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) : 40									
08 043 0217 2007 0001 ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	FISCAL	1.700			1.700				
- DOCENTE TREINADO (DOCENTE) : 30									
- TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) : 40									
ASSISTÊNCIA À EDUCANDOS		8.831			8.831				
BOLSA DE ESTUDO		8.831			8.831				
08 047 0235 2156 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		8.831			8.831				
PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS									
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) : 80									
- BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) : 20									
08 047 0235 2156 0002 BOLSAS DE ESTUDO	FISCAL	8.831			8.831				
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) : 80									
- BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) : 20									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		34.903			34.903				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		34.903			34.903				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		34.903			34.903				
18 078 0488 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		34.903			34.903				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O REEMBOLSO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS.									
ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) : 1.087									
18 078 0488 4089 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	34.903			34.903				
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) : 1.087									
TOTAL FISCAL		71.936			64.013	5.923			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS
CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		198 925			3 275	195 631			
ENSINO SUPERIOR		198 906			3 275	195 631			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		194 123				194 123			
06 044 0205 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		194 123				194 123			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIPAMENTO) - 10 900									
06 044 0205 1085 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	192 191				192 191			
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIPAMENTO) - 10 900									
06 044 0205 1085 0003 ACERVO BIBLIOGRÁFICO	FISCAL	11 932				11 932			
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		4 763			3 275	1 508			
06 044 0206 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		4 777			2 969	1 508			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 20									
06 044 0206 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	4 777			2 969	1 508			
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 20									
06 044 0206 2275 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO		306			306				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO									
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) - 32									
06 044 0206 2275 0001 ESPECIALIZAÇÃO / TREINAMENTO	FISCAL	306			306				
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) - 32									
TOTAL FISCAL		198 906			3 275	195 631			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		1 704 041			567 305	1 136 736			
ENSINO SUPERIOR		1 704 041			567 305	1 136 736			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		329 240			219 614	109 626			
06 044 0205 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		83 112				83 112			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) - 200									
06 044 0205 1085 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	83 112				83 112			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) - 200									
06 044 0205 1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		6 026			6 026				
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
06 044 0205 1090 0004 RECUPERAÇÃO DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO	FISCAL	6 026			6 026				
06 044 0205 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		279 922			221 412	58 510			

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO: - ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 3.300 - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 20.390 - PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) = 2.900									
08.044.0205.2005.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	176.276			176.276				
08.044.0205.2005.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA: - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 20.390 - PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) = 2.900	FISCAL	45.780			45.780				
08.044.0205.2005.0005 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	3.916			3.916				
08.044.0205.2005.0006 MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO: - ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 3.300	FISCAL	11.950				11.950			
ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		176.400			127.336	49.064			
08.044.0206.2005 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO: ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO: - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 810 - PROFESSORAL POS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) = 400 - PROFESSORAL POS-GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOA) = 3 - PROFESSORAL POS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) = 18	FISCAL	94.067			45.003	49.064			
08.044.0206.2005.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA: - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 810 - PROFESSORAL POS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) = 400 - PROFESSORAL POS-GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOA) = 3 - PROFESSORAL POS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) = 18	FISCAL	94.067			45.003	49.064			
08.044.0206.2275 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE POS-GRADUAÇÃO PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		82.333			82.333				
08.044.0206.2275.0010 POS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	FISCAL	82.333			82.333				
08.044.0207.2306 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO: PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DOCENTE, OCIDENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE: - CURSO OPERCÍDIO (CURSO) = 89 - CLIENTELA BENEFICIÁRIA (PESSOA) = 3.076	FISCAL	3.880			3.880				
08.044.0207.2306.0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO: - CURSO OPERCÍDIO (CURSO) = 89 - CLIENTELA BENEFICIÁRIA (PESSOA) = 3.076	FISCAL	3.880			3.880				
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		1.196.481			202.091	994.390			
08.044.0208.1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO: GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO	FISCAL	1.196.481			202.091	994.390			
08.044.0208.1090.0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	1.196.481			202.091	994.390			
Saúde e saneamento		24.000			17.500	6.500			
Saúde		24.000			17.500	6.500			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		24.000			17.500	6.500			
13.076.0426.2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITÁRIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE: - LEITO OPERCÍDIO (LEITO) = 261 - PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) = 82.586 - PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) = 8.262	SECRETARIA	24.000			17.500	6.500			
13.076.0426.2317.0018 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO: - LEITO OPERCÍDIO (LEITO) = 261 - PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) = 82.586 - PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) = 8.262	SECRETARIA	24.000			17.500	6.500			
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		249.916			249.916				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		249.137			249.137				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		249.137			249.137				
18.076.0146.4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		249.137			249.137				

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-ALIMENTAÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. - VALE-TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) = 78.000	FISCAL	248.137			248.137				
18.070.0000.0000.0000									
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - VALE-TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) = 78.000					45.621				
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		45.621			45.621				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	FISCAL	45.621			45.621				
18.084.0000.2012									
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		45.621			45.621				
FINANCIAR, NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-EMPREGO E O APOIO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL		45.621			45.621				
18.084.0000.2015.0001									
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		45.621			45.621				
TOTAL	FISCAL	2.020.999			675.783	1.145.238			
	DEBOLINDO	1.996.999			650.261	1.170.738			
		24.000			17.500	8.500			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CPB 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		410.227	12.233		266.076	111.026			
ENSINO SUPERIOR		410.227	12.233		266.076	111.026			
PESQUISA FUNDAMENTAL		4.378			4.378				
08.044.0004.2208		4.378			4.378				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA	FISCAL								
ASSEMBLEAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE.									
- PESQ. DESENVOLV. EM CIÊNCIA EXATA E DA TERRA (PESQ) = 900									
08.044.0004.2208.0001		4.378			4.378				
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	FISCAL								
- PESQ. DESENVOLV. EM CIÊNCIA EXATA E DA TERRA (PESQ) = 900									
08.044.0004.2208.0001		4.378			4.378				
ENSINO DE GRADUAÇÃO		336.824	12.233		277.718	47.873			
08.044.0006.1088		26.067				26.067			
INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA	FISCAL								
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS.									
- ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) = 6.300									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 80									
08.044.0006.1088.0001		23.067				23.067			
INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL								
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 80									
08.044.0006.1088.0003		3.000				3.000			
ACERVO BIBLIOGRÁFICO									
- ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) = 6.300									
- PERIÓDICO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) = 220									
08.044.0006.2000		318.757	12.233		277.718	21.008			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	FISCAL								
ASSEMBLEAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.									
- ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) = 106.000									
- ALUGU. MANTIDO (ALUGU) = 12.500									
08.044.0006.2000.0002		318.718	12.153		277.623	21.742			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL								
08.044.0006.2006.0003		373	80		293				
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- ALUGU. MANTIDO (ALUGU) = 12.500									
- PROPRIETARIAL. FORMADO (PESQ) = 1.500									
08.044.0006.2006.0005		86				86			
MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	FISCAL								
- ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) = 106.000									
08.044.0006.2006.0005		86				86			
MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO									

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		9 112			3 999	1 193			
06.044.0208.2008		9 112			3 999	1 193			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSESSORAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO:									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) = 222									
- PROFESSORAL POS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) = 200									
- PROFESSORAL POS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) = 691									
06.044.0208.2008.0003	FISCAL	9 112			3 999	1 193			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) = 222									
- PROFESSORAL POS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) = 200									
- PROFESSORAL POS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) = 691									
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA		23			23				
06.044.0207.2308		23			23				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DOCENTE, DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE:									
- ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) = 1.100									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) = 80									
- PESSOA BENEFICIADA (PESSOA) = 1.900									
06.044.0207.2308.0001	FISCAL	23			23				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
- ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) = 1.100									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) = 80									
- PESSOA BENEFICIADA (PESSOA) = 1.900									
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		62 000				62 000			
06.044.0208.1090		62 000				62 000			
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) = 10									
06.044.0208.1090.0001	FISCAL	62 000				62 000			
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) = 10									
SALUDE E SANEAMENTO		85 858			55 858	10 000			
SALUDE		85 858			55 858	10 000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		85 858			55 858	10 000			
13.078.0428.2317		85 858			55 858	10 000			
PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE									
PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITÁRIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE:									
- ALUNO EM PRÁTICA HOSPITALAR (ALUNO) = 1 900									
- LEITO OFERECIDO (LEITO) = 275									
- PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) = 177 179									
- PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) = 3.686									
13.078.0428.2317.0019	SEGURIDADE	85 858			55 858	10 000			
MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO									
- ALUNO EM PRÁTICA HOSPITALAR (ALUNO) = 1 900									
- LEITO OFERECIDO (LEITO) = 275									
- PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) = 177 179									
- PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) = 3.686									
TOTAL		478 995	19 233		341 734	121 028			
FISCAL		470 337	19 233		286 078	111 028			
SEGURIDADE		88 658			55 656	10 000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

280.0 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
282.4 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

R\$ 1.000,00

ANEXO

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE ORIGEM AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		917.226			1.913	515.313			
ENSINO SUPERIOR		917.226			1.913	515.313			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		16.043			1.801	12.242			
06.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		16.043			1.801	12.242			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) = 120.897									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 4.000									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 6.100									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 1.150									
06.044.0205.2085.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	7.883				7.883			
06.044.0205.2085.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	1.801			1.801				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 6.100									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 1.150									
06.044.0205.2085.0006 MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	FISCAL	4.569				4.569			
- ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) = 120.897									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 4.000									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		112			112				
06.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		112			112				
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 112									
- PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) = 7									
06.044.0205.2085.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	112			112				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 112									
- PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) = 7									
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		903.071				903.071			
06.044.0205.1067 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO		903.071				903.071			
DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS									
- PRÉDIO CONSTRUÍDO (M²) = 1.150									
06.044.0205.1067.0003 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE APOIO	FISCAL	903.071				903.071			
- PRÉDIO CONSTRUÍDO (M²) = 1.150									
TOTAL FISCAL		917.226			1.913	515.313			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CPB 1 000,00

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		311 487	878		209 167	109 642			
ENSINO SUPERIOR		311 487	878		209 167	109 642			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		121 905	878		120 827				
06 044 0205 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		121 905	878		120 827				
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
06 044 0205 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	121 905	878		120 827				
ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		84 340			84 340				
06 044 0206 2275 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE POS-GRADUAÇÃO		84 340			84 340				
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO									
06 044 0206 2275 0010 POS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	FISCAL	84 340			84 340				
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		109 642				109 642			
06 044 0206 1090 RECURSOS DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		109 642				109 642			
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO - PRÉDIO RECUPERADO (UNID) - 6									
06 044 0206 1090 0001 RECURSOS DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	109 642				109 642			
- PRÉDIO RECUPERADO (UNID) - 6									
Saúde e saneamento		4 869	4 864		25				
Saúde		4 869	4 864		25				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		4 869	4 864		25				
13 076 0426 2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		4 869	4 864		25				
PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITÁRIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE - LEITO OPERCIONADO (LEITO) - 220									
13 076 0426 2317 0019 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO	SECURIDADE	4 869	4 864		25				
- LEITO OPERCIONADO (LEITO) - 220									
TOTAL	FISCAL	311 487	878		209 167	109 642			
	SECURIDADE	4 869	4 864		25				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
08 047 0235 2156 0002 BOLSA DE ESTUDO BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) + 976	FISCAL	14							
SAÚDE E SANEAMENTO		3 096	3 096						
SAÚDE		3 096	3 096						
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		3 096	3 096						
13 075 0428 2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		3 096	3 096						
PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITARIAS OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE									
ALUNO EM PRÁTICA HOSPITALAR (ALUNO) + 700									
LEITO OFERECIDO (LEITO) + 449									
PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) + 396 000									
PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) + 10 000									
13 075 0428 2317 0019 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO	SEGURIDADE	3 096	3 096						
ALUNO EM PRÁTICA HOSPITALAR (ALUNO) + 700									
LEITO OFERECIDO (LEITO) + 449									
PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) + 396 000									
PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) + 10 000									
TOTAL	FISCAL	821 818	4 624		218 329	598 865			
	SEGURIDADE	818 720	1 526		218 329	598 865			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

CP# 1 000 00

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		220 000			440	219 560			
ENSINO SUPERIOR		220 000			440	219 560			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		208 778				208 778			
08 044 0205 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		208 778				208 778			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 1 400									
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 50									
08 044 0205 1085 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	193 260				193 260			
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 50									
08 044 0205 1085 0002 ACERVO BIBLIOGRÁFICO	FISCAL	15 498				15 498			
ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 1 400									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		655			440	215			
08 044 0206 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		655			440	215			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
08 044 0206 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	655			440	215			
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		10 567				10 567			
08 044 0206 1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		10 567				10 567			
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) + 50									
08 044 0206 1090 0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	10 567				10 567			
SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) + 50									
TOTAL	FISCAL	220 000			440	219 560			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

101 1 000 00

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE LINGUAGENS E TRANSFERÊNCIAS

RECURSOS DE LINGUAGENS E TRANSFERÊNCIAS

[illegible]

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
08 044 0208 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - PROFESSORAL FORMADO (PESSOAL) + 50 - PROFESSORAL POS GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOAL) + 30 - PROFESSORAL POS GRADUADO EM MESTRADO (PESSOAL) + 190	FISCAL	1 663			2 441	1 292			
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA		2 047			2 047				
08 044 0207 2308 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		2 047			2 047				
PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS FORMOS DISCENTE, DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE - ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) + 995 - CURSO DE PERÍCIO (CURSO) + 70 - CLIENTELA BENEFICIADA (PESSOA) + 75 000									
08 044 0207 2306 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO - ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) + 995 - CURSO DE PERÍCIO (CURSO) + 70 - CLIENTELA BENEFICIADA (PESSOA) + 75 000	FISCAL	2 047			2 047				
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		5				5			
08 044 0208 1090 REQUERIMENTO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		5				5			
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO - LABORATÓRIO AMPLIADO (M2) + 2 000 - SALA DE AULA REQUERIDA (M2) + 770									
08 044 0208 1090 0001 REQUERIMENTO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO - LABORATÓRIO AMPLIADO (M2) + 2 000 - SALA DE AULA REQUERIDA (M2) + 770	FISCAL	5				5			
SAÚDE E SANEAMENTO		7 889			4 441	1 446			
SAÚDE		7 889			4 441	1 446			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANEAMENTO		7 889			4 441	1 446			
13 075 0428 2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		7 889			4 441	1 446			
PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS, BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITARIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE									
13 075 0428 2317 0019 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO	NECESSIDADE	1 889			1 441	1 446			
TOTAL		965 742	627 931		111 528	275 987			
FISCAL		957 853	627 931		107 389	272 537			
SEGURIDADE		7 889			4 139	3 450			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM POR POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS EM TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		70 805	1 417		21 147	49 001			
ENSINO SUPERIOR		69 185	1 417		22 767	49 001			
PESQUISA APLICADA		5 356			4 380				
08 044 0055 2305 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		5 356			4 380				
ASSESSORAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE - PESQUISA DE DESENVOLVIMENTO (PESQUISA) + 396									
08 044 0055 2305 0001 PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - PESQUISA DE DESENVOLVIMENTO (PESQUISA) + 366	FISCAL	3 327			3 327				
08 044 0055 2305 0003 PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - PESQUISA DE DESENVOLVIMENTO (PESQUISA) + 30	FISCAL	2 036			2 036				
ENSINO DE GRADUAÇÃO		43 418	1 417			42 001			
08 044 0305 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		43 418	1 417			42 001			

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSIGLAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO - ACERVO MANITO (EXEMPLAR) + 315 329 - ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) + 15 809 - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 20 991 - PROF. ISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 2 113									
06 044 0205 2085 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	1 417	1 417						
06 044 0205 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 20 991 - PROF. ISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 2 263	FISCAL	10 001				10 001			
06 044 0205 2085 0006 MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO - ACERVO MANITO (EXEMPLAR) + 315 329 - ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) + 15 809	FISCAL	32 000				12 000			
ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		17 409			17 409				
06 044 0206 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		17 409			17 409				
ASSIGLAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO - PROF. ISSIONAL POS GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) + 200 - PROF. ISSIONAL POS GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOA) + 5 - PROF. ISSIONAL POS GRADUADO, EM MESTRADO (PESSOA) + 60									
06 044 0206 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - PROF. ISSIONAL POS GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) + 200 - PROF. ISSIONAL POS GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOA) + 5 - PROF. ISSIONAL POS GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) + 60	FISCAL	17 409			17 409				
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		3 000				3 000			
06 044 0208 1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		3 000				3 000			
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO - SALA DE AULA RECUPERADA (M2) + 84									
06 044 0208 1090 0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO - SALA DE AULA RECUPERADA (M2) + 84	FISCAL	3 000				3 000			
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		1 420			1 420				
BOLSAS DE ESTUDO		1 420			1 420				
06 047 0235 2156 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		1 420			1 420				
PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARIERES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECONOMIA DO PAÍS - BOLSA CONCESSÃO (BOLSA) + 380									
06 047 0235 2156 0002 BOLSAS DE EST. DO - BOLSA CONCESSÃO (BOLSA) + 380	FISCAL	1 420			1 420				
SAÚDE E BEM-ESTAR		1 659	6		1 653				
SAÚDE		1 659	6		1 653				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		1 659	6		1 653				
13 078 0428 2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE		1 659	6		1 653				
PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITARIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE - LEITO OPERACIONAL (LEITO) + 378 - PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) + 291 216 - PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) + 11 131									
13 078 0428 2317 0019 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO - LEITO OPERACIONAL (LEITO) + 378 - PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) + 291 216 - PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) + 11 131	SEGURIDADE	1 659	6		1 653				
TOTAL		72 264	1 423		25 840	45 001			
FISCAL		70 805	1 417		24 187	45 001			
SEGURIDADE		1 659	6		1 653				

AS QUANTIDADES DAS NOTAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE 100% AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO D. DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		2 342 779	369 223		434 714	1 470 300			
ENSINO MEDIO		5 870			5 870				
FORMAÇÃO PARA O SETOR TERCIÁRIO		5 870			5 870				
06 043 0198 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		5 870			5 870				
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 563									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 109									
06 043 0198 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	5 870			5 870				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 563									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 109									
ENSINO SUPERIOR		2 374 940	369 223		432 817	1 470 300			
RECURSOS APLICADOS		2 163			2 163				
06 044 0205 2305 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		2 163			2 163				
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORREM PARA O FOMENTO DA PESQUISA NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQ. DESENVOLV. EM CIÊNCIA EXATA E DA TERRA (PESQ.) - 108									
06 044 0205 2305 0001 PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	FISCAL	2 163			2 163				
- PESQ. DESENVOLV. EM CIÊNCIA EXATA E DA TERRA (PESQ.) - 108									
ENSINO DE GRADUAÇÃO		1 802 009	369 223		394 087	1 010 703			
06 044 0205 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		290 093				290 093			
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
- ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) - 9 200									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) - 120									
- PERIÓDICO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) - 1 000									
06 044 0205 1085 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	107 819				107 819			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) - 120									
06 044 0205 1085 0003 ACERVO BIBLIOGRÁFICO	FISCAL	182 274				182 274			
- ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) - 9 200									
- PERIÓDICO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) - 1 000									
06 044 0205 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		1 511 918	369 223		394 087	170 610			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 18 191									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 3 000									
06 044 0205 2085 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	1 115 833	369 223			750 610			
06 044 0205 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	396 083			396 083				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 18 191									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 3 000									
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA		105 170			60 252	70 927			
06 044 0207 2306 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		105 170			60 252	70 927			
PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DOCENTE, DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE									
- ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) - 5 000									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) - 270									
06 044 0207 2306 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO	FISCAL	105 170			60 252	70 927			
- ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) - 5 000									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) - 270									
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		85 919			44 818				
06 044 0208 1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		85 919			44 818				
SANTARIN A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
- PRÉDIO RECUPERADO (UNID.) - 41									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) - 44									
06 044 0208 1090 0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	85 919			44 818				
- PRÉDIO RECUPERADO (UNID.) - 41									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) - 44									
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		361 670				361 670			

AS QUANTIDADES DAS NOTAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

CP# 1 000 00

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

[illegible]

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06.044.0207.2308.0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO - ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) = 1.823 - CURSO ORIENTADO (CURSO) = 71 - ESTAGIÁRIO ATENDIDO (ESTAGIÁRIO) = 22 CAMPUS UNIVERSITÁRIO	FISCAL	100			100				
06.044.0208.1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO - LABORATÓRIO RECUPERADO (UNIDADE) = 57 - PRÉDIO RECUPERADO (UNID) = 7 - SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) = 16		652.117				652.117			
06.044.0208.1090.0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO - LABORATÓRIO RECUPERADO (UNIDADE) = 57 - PRÉDIO RECUPERADO (UNID) = 7 - SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) = 16	FISCAL	652.117				652.117			
TOTAL FISCAL		652.240			100	652.140			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISONADAS
28243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		1.043.260	833.136		262.926	127.198			
ENSINO SUPERIOR		1.043.260	833.136		262.926	127.198			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		1.043.260	833.136		262.926	127.198			
06.044.0205.1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS - EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 35		83.231				83.231			
06.044.0205.1085.0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 35	FISCAL	83.231				83.231			
06.044.0205.1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO		39.469				39.469			
06.044.0205.1090.0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	39.469				39.469			
06.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 17.908 - PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 1.550		920.560	833.136		262.926	4.498			
06.044.0205.2085.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	479.848	421.473		53.977	4.498			
06.044.0205.2085.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 17.908 - PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 1.550	FISCAL	440.712	211.663		229.049				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		496			496				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		496			496				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		496			496				
19.078.0486.4005 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. - CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 113		496			496				
19.078.0486.4005.0002 AUXÍLIO-CRECHE CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 113	FISCAL	496			496				
TOTAL FISCAL		1.043.796	833.136		263.422	127.198			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORT. PACOT. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA		1.845.176			202.724	642.452			
ENSINO SUPERIOR		1.845.176			202.724	642.452			
ENSINO DE GRADUACAO		1.845.176			202.724	642.452			
08.044.0209.1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		390.000				390.000			
PROVER A INSTITUICAO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINAS									
08.044.0205.1085.0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO	FISCAL	390.000				390.000			
08.044.0205.2085 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO		1.455.176			1.202.724	252.452			
ASSEGURAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO									
ACERVO MANITIDO (EXEMPLAR) = 606.481									
ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 3.120									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 16.231									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) = 1.775									
08.044.0205.2085.0003 MANUTENCAO DA ATIVIDADE DIDATICA	FISCAL	495.184			202.912	292.272			
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 16.231									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) = 1.775									
08.044.0205.2085.0008 MANUTENCAO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO	FISCAL	999.812			999.812				
ACERVO MANITIDO (EXEMPLAR) = 606.481									
ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 3.120									
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		253.736	253.736						
PREVIDENCIA		253.736	253.736						
PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		253.736	253.736						
18.082.0495.2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		253.736	253.736						
ASSEGURAR A SUBSISTENCIA PECUNIARIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
18.082.0495.2013.0001 ENCARGOS COM INATIVOS	SEGURIDADE	253.736	253.736						
TOTAL FISCAL		2.196.912	253.736		1.202.724	642.452			
SEGURIDADE		1.845.176	253.736		1.202.724	642.452			

AS QUANTIDADES DAS NFAS REPRESENTAM SUA POSICAO ATUAL

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

R\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCACAO E CULTURA		900.000				900.000			
ENSINO SUPERIOR		900.000				900.000			
ENSINO DE GRADUACAO		900.000				900.000			
08.044.0209.2008 COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO		900.000				900.000			
ASSEGURAR A MANUTENCAO E O DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DO ENSINO									
08.044.0209.2008.0002 MANUTENCAO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	900.000				900.000			
TOTAL FISCAL		900.000				900.000			

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

(R\$ 1.000.00)

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		469 936	13 507		201 574	254 855			
ENSINO SUPERIOR		469 936	13 507		201 574	254 855			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		153 215	13 507		137 803	1 905			
06.044.0205.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		153 215	13 507		137 803	1 905			
ASSEQUIAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 11 700									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) + 1 727									
06.044.0205.2085.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	137 803			137 803				
06.044.0205.2085.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	15 412	13 507			1 905			
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 11 700									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) + 1 727									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		62 599			62 599	10			
06.044.0206.2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		62 599			62 599	10			
ASSEQUIAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 1 727									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) + 534									
06.044.0206.2085.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	62 599			62 599	10			
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 1 727									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) + 534									
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA		1 212			1 212				
06.044.0207.2306 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		1 212			1 212				
PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DISCENTE, DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE									
- ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) + 200									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) + 37									
- CLIENTELA BENEFICIADA (PESSOA) + 1 070									
06.044.0207.2306.0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO	FISCAL	1 212			1 212				
- ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) + 200									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) + 37									
- CLIENTELA BENEFICIADA (PESSOA) + 1 070									
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		252 940				252 940			
06.044.0208.1083 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO		252 940				252 940			
DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) + 20									
06.044.0208.1083.0004 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	252 940				252 940			
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) + 20									
SAÚDE E SANEAMENTO		2 696			2 696				
SAÚDE		2 696			2 696				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		2 696			2 696				
13.075.0428.2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		2 696			2 696				
PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS E PSIQUIATRIA ONCOLÓGICA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITARIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE									
- ALUNO EM PRÁTICA HOSPITALAR (ALUNO) + 420									
- LEITO OFERECIDO (LEITO) + 148									
- PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) + 471 518									
- PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) + 2 876									
13.075.0428.2317.0019 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO	TERCEIROS	2 696			2 696				
- ALUNO EM PRÁTICA HOSPITALAR (ALUNO) + 420									
- LEITO OFERECIDO (LEITO) + 148									
- PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) + 471 518									
- PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) + 2 876									
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO		379 264			379 264				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		379 264			379 264				
ASSISTÊNCIA SOCIAL DEBEM		379 264			379 264				

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
19.078.0466.4009 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. VALE-TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) = 9.000	FISCAL	329.264			329.264				
19.078.0466.4009.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE VALE-TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) = 9.000		329.264			329.264				
TOTAL FISCAL		801.696	12.507		533.534	234.855			
SEGURIDADE		798.200	12.507		530.830	234.855			
		2.596			7.696				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		699.749			46.791	617.958			
ENSINO SUPERIOR		699.749			46.791	617.958			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		20.525				20.525			
06.044.0208.1005 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINEIS. EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 503 MOBILIÁRIO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 3.106	FISCAL	20.525				20.525			
06.044.0208.1005.0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 503 MOBILIÁRIO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 3.106		20.525				20.525			
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		46.791			46.791				
06.044.0208.2278 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO PROVIDER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.	FISCAL	46.791			46.791				
06.044.0208.2278.0016 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU CAMPUS UNIVERSITÁRIO		46.791			46.791				
06.044.0208.1090 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO	FISCAL	992.423				992.423			
06.044.0208.1090.0001 RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO		992.423				992.423			
SAÚDE E SANEAMENTO		22.737			12.293	10.444			
SAÚDE		22.737			12.293	10.444			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		22.737			12.293	10.444			
13.078.0428.2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR	SEGURIDADE	12.293			12.293				
13.078.0428.2004.0005 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		12.293			12.293				
13.078.0428.2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS BÁSICAS, PSIQUIATRIA, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E CENECAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITARIAS, OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE - PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) = 73.151 - PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) = 6.817 - PATRULHA RODVIÁRIA IMPLANTADA (UNIDADE) = 290	SEGURIDADE	10.444				10.444			
13.078.0428.2317.0018 MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO - PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE) = 73.151 - PACIENTE INTERNADO (PACIENTE) = 6.817		10.444				10.444			

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO									
06.044.0308.2089		19.851			10.000	7.655			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		18.651			10.000	7.655			
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 565									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 220									
06.044.0308.2089.0003	FISCAL	18.653			10.000	7.655			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 565									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 220									
ASSISTÊNCIA À EDUCACAO									
BOLSA DE ESTUDO		3.000			3.000				
06.047.0226.2186		3.000			3.000				
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		3.000			3.000				
PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS ALUNOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS									
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) - 10									
- BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) - 80									
06.047.0226.2186.0002	FISCAL	3.000			3.000				
BOLSA DE ESTUDO									
- BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) - 10									
- BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) - 80									
TOTAL FISCAL		107.617	77		87.177	26.423			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26250 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CRS 1.000.00

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
RECURSOS DE TÍTULOS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS
CREDITO SUPLEMENTAR

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		119.622			113.472	6.150			
ENSINO SUPERIOR		119.622			113.472	6.150			
PEQUISA APLICADA		513			513				
06.044.0059.2305		513			513				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) - 6									
06.044.0059.2305.0002	FISCAL	513			513				
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS									
- PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) - 6									
ENSINO DE GRADUAÇÃO		118.106			112.919	5.186			
06.044.0308.2089		119.106			112.919	6.186			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSISTÊNCIA À MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 790									
06.044.0308.2089.0002	FISCAL	107.616			107.616				
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
06.044.0308.2089.0003	FISCAL	18.180			10.000	8.180			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 790									
TOTAL FISCAL		119.622			113.432	6.180			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28253 - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARA

CPS 1 000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		129 280	16 861		95 193	17 214			
ENSINO SUPERIOR		129 280	16 861		95 193	17 214			
PESQUISA FUNDAMENTAL		63 075			63 075				
06 044 0054 2308		63 075			63 075				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSEMBLEAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQ DESENVOLV EM CIENCIA EXATA E DA TERRA (PESQ) - 48									
06 044 0054 2308 0001	FISCAL	63 075			63 075				
PESQUISA NA AREA DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA									
- PESQ DESENVOLV EM CIENCIA EXATA E DA TERRA (PESQ) - 48									
ENSINO DE GRADUAÇÃO		36 832	16 861		2 757	17 214			
06 044 0206 2008		36 832	16 861		2 757	17 214			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEMBLEAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 929									
- PROF. PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 180									
06 044 0206 2008 0002	FISCAL	16 861	16 861						
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
06 044 0206 2008 0003	FISCAL	19 971			2 757	17 214			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 929									
- PROF. PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 180									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		29 361			29 361				
06 044 0206 2275		29 361			29 361				
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO									
- PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO									
06 044 0206 2275 0010	FISCAL	29 361			29 361				
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU									
TOTAL FISCAL		129 280	16 861		95 193	17 214			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28254 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO

CPS 1 000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		4 853				4 853			
ENSINO SUPERIOR		4 853				4 853			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		4 853				4 853			
06 044 0206 1090		4 853				4 853			
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
06 044 0206 1090 0001	FISCAL	4 853				4 853			
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO									
TOTAL FISCAL		4 853				4 853			

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06.044.0206.2005.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	32.964			24.971	7.213			
06.044.0206.2005.0005 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SISTEMA ORGANIZADO (SISTEMA) - 6	FISCAL	6.529				6.529			
06.044.0206.2005.0006 MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO - ACERVO MANEJO (SISTEMA) - 20.000 - ACERVO REPOSTA (SISTEMA) - 120	FISCAL	9.096			7.072	5.026			
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA									
06.044.0207.2306 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		19.096			19.096				
PROVIDER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DISCENTE, DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETA DE DADOS - ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) - 8.040 - INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO APOIADA (UNID) - 23 - EVENTO, SEMINÁRIO E REUNIÃO TÉCNICA (UNID) - 40	FISCAL	19.096			19.096				
06.044.0207.2306.0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO - ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) - 8.040 - INSTITUIÇÃO DE ENSINO TECNOLÓGICO APOIADA (UNID) - 23 - EVENTO, SEMINÁRIO E REUNIÃO TÉCNICA (UNID) - 40	FISCAL	19.096			19.096				
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS									
BOLSA DE ESTUDO									
06.047.0235.2156 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO									
PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APRENDIZADO DE RECURSOS ALTERNOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS - BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) - 60	FISCAL	9.911			9.911				
06.047.0235.2156.0002 BOLSA DE ESTUDO - BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) - 60	FISCAL	9.911			9.911				
TOTAL FISCAL		179.540			94.880	119.568			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28258 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

CPB 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		95.521			55.516	5			
ENSINO MÉDIO		965			960	5			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		965			960	5			
06.043.0197.2089 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		965			960	5			
ASSIMILAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 9.946 - PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 580	FISCAL	965			960	5			
06.043.0197.2089.0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 9.946 - PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 580	FISCAL	965			960	5			
ENSINO SUPERIOR		54.956			54.956				
ENSINO DE GRADUAÇÃO		54.956			54.956				
06.044.0206.2088 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		54.956			54.956				
ASSIMILAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO	FISCAL	54.956			54.956				
06.044.0206.2088.0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	54.956			54.956				
TOTAL FISCAL		95.521			55.516	5			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28259 - CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		38 494			14 794	23 700			
ENSINO SUPERIOR		38 494			14 794	23 700			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		38 494			14 794	23 700			
08 044 0205 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		38 494			14 794	23 700			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 1 046									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 110									
08 044 0205 2085 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	14 794			14 794				
08 044 0205 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	23 700				23 700			
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 1 046									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 110									
TOTAL FISCAL		38 494			14 794	23 700			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28260 - ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		53 778			3 494	50 284			
ENSINO SUPERIOR		53 778			3 494	50 284			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		53 778			3 494	50 284			
08 044 0205 1087 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO		4 480				4 480			
DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS									
- LABORATÓRIO AMPLIADO (M2) + 75									
08 044 0205 1087 0004 AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	4 480				4 480			
- LABORATÓRIO AMPLIADO (M2) + 75									
08 044 0205 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		49 298			3 494	45 804			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 890									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 220									
08 044 0205 2085 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	45 804				45 804			
08 044 0205 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	3 494			3 494				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 890									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 220									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		560			560				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		560			560				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		560			560				
18 078 0486 4086 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		560			560				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE COFECA PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) + 18									
18 078 0486 4086 0002 AUXÍLIO-CRECHE	FISCAL	560			560				
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) + 18									
TOTAL FISCAL		94 338			4 054	50 284			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26261 - ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		8 704			2 000	4 704			
ENSINO SUPERIOR		8 704			2 000	4 704			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		8 704			2 000	4 704			
06.044.0206.2088		8 704			2 000	4 704			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
06.044.0206.2088.0002	FISCAL	8 704			2 000	4 704			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
TOTAL FISCAL		8 704			2 000	4 704			

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26263 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		96 966			25	96 941			
ENSINO SUPERIOR		96 966			25	96 941			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		96 966			25	96 941			
06.044.0206.2088		96 966			25	96 941			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 900									
ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) + 33.000									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 2.329									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) + 320									
06.044.0206.2088.0002	FISCAL	96 317				96 313			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
06.044.0206.2088.0003	FISCAL	2				2			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 2.329									
PROFSSIONAL FORMADO (PESSOA) + 320									
06.044.0206.2088.0005	FISCAL	647			25	626			
MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO									
ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 900									
ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) + 33.000									
TOTAL FISCAL		96 966			25	96 941			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28288 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		2 719				2 719			
ENSINO SUPERIOR		2 719				2 719			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		2 719				2 719			
06 044 0205 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		2 719				2 719			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ACERVO IMANTADO (EXEMPLAR) - 22 000									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) - 200									
06 044 0205 2085 0008 MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	FISCAL	2 719				2 719			
- ACERVO IMANTADO (EXEMPLAR) - 22 000									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) - 200									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		57 037			57 037				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		30 000			30 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		30 000			30 000				
19 078 0486 4086 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		30 000			30 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 25									
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) - 19 800									
19 078 0486 4086 0002 AUXÍLIO-CRECHE	FISCAL	5 000			5 000				
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) - 25									
19 078 0486 4086 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	25 000			25 000				
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) - 19 800									
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		27 037			27 037				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		27 037			27 037				
19 084 0492 2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		27 037			27 037				
FINANCIAR NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER, O PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO E O ABONO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 2 DO ARTIGO 229 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
19 084 0492 2012 0001 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	27 037			27 037				
TOTAL FISCAL		99 798			57 037	2 719			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28289 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		32 019				32 019			
ENSINO SUPERIOR		32 019				32 019			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		32 019				32 019			
06 044 0208 2088 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		32 019				32 019			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 5 499									
- PROP. ISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 450									
06 044 0208 2088 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	32 019				32 019			
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 5 499									
- PROP. ISSIONAL FORMADO (PESSOA) - 450									
TOTAL FISCAL		62 019				32 019			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26370 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE OUTRAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		441.189	279.706		159.004	2.479			
ENSINO SUPERIOR		441.189	279.706		159.004	2.479			
PESQUISA FUNDAMENTAL		7.820			7.820				
06.044.0004.2306		7.820			7.820				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSIGUAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRER PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE.									
PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 32									
06.044.0004.2306.0001	FISCAL	7.820			7.820				
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA									
PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 32									
PESQUISA APLICADA		9.502			9.502				
06.044.0006.2306		9.502			9.502				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSIGUAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRER PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE.									
PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 10									
06.044.0006.2306.0002	FISCAL	9.502			9.502				
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS									
PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 10									
ENSINO DE GRADUAÇÃO		419.336	279.706		179.632				
06.044.0206.2006		419.336	279.706		179.632				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSIGUAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO.									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 6.626									
PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 1.200									
06.044.0206.2006.0002	FISCAL	279.706	279.706						
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
06.044.0206.2006.0003	FISCAL	139.632			179.632				
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 6.626									
PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 1.200									
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		4.529			2.050	2.479			
06.044.0217.2007		4.529			2.050	2.479			
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
PROPORVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE.									
CURSO REALIZADO (EVENTO) = 31									
TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) = 930									
06.044.0217.2007.0002	FISCAL	4.529			2.050	2.479			
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL									
CURSO REALIZADO (EVENTO) = 31									
TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) = 930									
TOTAL FISCAL		441.189	279.706		159.004	2.479			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

Page 1 of 1

CREDIT SUPPLEMENT A

RECURSOS DE IDIOMAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		2 127 737	81 200		1 111 714	912 823			
ENSINO SUPERIOR		2 058 363	83 200		1 047 340	979 823			
ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS SOCIAIS		275	275						
00 044 0045 2305		275	275						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQ DESENVOLV EM CIENCIA SOCIAL APLICADA (IPES01) + 10									
00 044 0045 2305 0003	FISCAL	275	275						
PESQUISA NA AREA DE CIENCIAS SOCIAIS									
- PESQ DESENVOLV EM CIENCIA SOCIAL APLICADA (IPES01) + 10									
PESQUISA FUNDAMENTAL		561	561						
00 044 0054 2305		561	561						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQUISA DESENVOLV EM CIENCIA BIOLOGICA (IPES01) + 10									
00 044 0054 2305 0002	FISCAL	561	561						
PESQUISA NA AREA DE CIENCIAS BIOLOGICAS									
- PESQUISA DESENVOLV EM CIENCIA BIOLOGICA (IPES01) + 10									
PESQUISA APLICADA		447	447						
00 044 0055 2305		447	447						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQ DESENVOLV EM CIENCIA EXATA E DA TERRA (IPES01) + 10									
00 044 0055 2305 0001	FISCAL	447	447						
PESQUISA NA AREA DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA									
- PESQ DESENVOLV EM CIENCIA EXATA E DA TERRA (IPES01) + 10									
ENSINO DE GRADUAÇÃO		1 851 332	80 000		874 457	896 875			
00 044 0205 1085		445 000				445 000			
INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA									
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 10									
- MOBILIÁRIO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 30									
00 044 0205 1085 0001	FISCAL	445 000				445 000			
INSTRUMENTAL PARA ENSINO									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 10									
- MOBILIÁRIO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 30									
00 044 0205 2085		1 406 332	80 000		874 457	641 875			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 35 000									
- ALUNO FORMADO (ALUNO) + 1 181									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 8 511									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 200									
00 044 0205 2085 0002	FISCAL	35 809	20 000		15 809				
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
00 044 0205 2085 0003	FISCAL	784 665	60 000		634 223	49 442			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- ALUNO FORMADO (ALUNO) + 1 181									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 8 511									
00 044 0205 2085 0005	FISCAL	515 876			223 424	292 452			
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
00 044 0205 2085 0006	FISCAL	60 000				60 000			
MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO									
- ACERVO ADQUIRIDO (EXEMPLAR) + 35 000									
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 200									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		140 878			140 878	373			
00 044 0206 2085		50 852			50 878	373			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 1 990									
- MONITOR MANTIDO (PESSOA) + 61									
00 044 0206 2085 0003	FISCAL	46 846			46 273	373			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 1 990									
00 044 0206 2085 0004	FISCAL	4 006			4 006				
MANUTENÇÃO DA INVENTARIAÇÃO									
- MONITOR MANTIDO (PESSOA) + 61									

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
19 062 0495 2013 0001 ENCARGOS COM INATIVOS	SEMPRE LÍQUIDA	1 240 911	1 240 911						
19 062 0495 2013 0009 ENCARGOS COM PENSIONISTAS	SEMPRE LÍQUIDA	5 178	5 178						
TOTAL	FISCAL	3 513 919	1 329 286		1 251 810	937 823			
	SEMPRE LÍQUIDA	2 297 840	63 300		1 241 817	937 823			
		1 244 079	1 244 086		9 991				

AS QUANTIDADES DAS METAS PERCEBERAM VIA APLICAÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

CR\$ 1 000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		1 166 513	25 371	76	11 490	1 131 416			
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		76		76					
DÍVIDA INTERNA		76		76					
06 006 0033 2027 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		76		76					
- CUMPRIR CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO JUROS COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS									
06 006 0033 2027 0001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	FISCAL	76		76					
ENSINO SUPERIOR		1 166 431	25 371		9 644	1 131 416			
PESQUISA APLICADA		1 963			1 963				
06 044 0055 2305 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		1 963			1 963				
- ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQ DE SERVOLV EM CIENCIA EXATA E DA TERRA (PESQ) - 41									
- PESQUISA DE SERVOLV EM CIENCIA HUMANA (PESQ) - 76									
- PESQ DE SERVOLV EM CIENCIA SOCIAL APLICADA (PESQ) - 33									
- PESQUISA DE SERVOLV EM CIENCIA BIOLOGICA (PESQ) - 131									
06 044 0055 2305 0001 PESQUISA NA AREA DE CIENCIAS EXATAS E DA TERRA	FISCAL	104			104				
- PESQ DE SERVOLV EM CIENCIA EXATA E DA TERRA (PESQ) - 41									
06 044 0055 2305 0002 PESQUISA NA AREA DE CIENCIAS BIOLOGICAS	FISCAL	1 612			1 612				
- PESQUISA DE SERVOLV EM CIENCIA BIOLOGICA (PESQ) - 131									
06 044 0055 2305 0003 PESQUISA NA AREA DE CIENCIAS SOCIAIS	FISCAL	66			66				
- PESQ DE SERVOLV EM CIENCIA SOCIAL APLICADA (PESQ) - 73									
06 044 0055 2305 0004 PESQUISA NA AREA DE CIENCIAS HUMANAS	FISCAL	196			196				
- PESQUISA DE SERVOLV EM CIENCIA HUMANA (PESQ) - 36									
ENSINO DE GRADUAÇÃO		48 994	25 371		6 647	16 926			
06 044 0205 2045 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		48 994	25 371		6 647	16 926			
- ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) - 100 347									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) - 500									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 8 433									
- MONITOR MANTIDO (PESSOA) - 170									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) - 629									
06 044 0205 2045 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	16 856	11 722		3 674	102			
06 044 0205 2045 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	15 779	13 646		2 126				
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 8 433									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) - 629									
06 044 0205 2045 0004 MANUTENÇÃO DA MONITORIA	FISCAL	732			732				
- MONITOR MANTIDO (PESSOA) - 170									
06 044 0205 2045 0005 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	5			5				
06 044 0205 2045 0006 MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	FISCAL	16 824				16 824			

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
<ul style="list-style-type: none"> ACERVO MANTID (EXEMPLAR) = 100 282 ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 800 									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		981			959	22			
08.044.0206.2008		981			959	22			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
<ul style="list-style-type: none"> ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO PROF. PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOAS) = 400 PROF. PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOAS) = 40 									
08.044.0206.2008.0003	FISCAL	981			959	22			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
<ul style="list-style-type: none"> PROF. PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOAS) = 400 PROF. PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOAS) = 40 									
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA		1			1				
08.044.0207.2308		1			1				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
<ul style="list-style-type: none"> PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DISCENTE, DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE CURSO OFERECIDO (CURSO) = 88 									
08.044.0207.2308.0001	FISCAL	1			1				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
<ul style="list-style-type: none"> CURSO OFERECIDO (CURSO) = 88 									
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		1 114 486				1 114 486			
08.044.0208.1067		997 307				997 307			
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO									
<ul style="list-style-type: none"> DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS PREÇO CONSTRUIDO (PRE) = 28 PREÇO AMPLIADO (PRE) = 800 									
08.044.0208.1067.0001	FISCAL	995 998				794 995			
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO									
<ul style="list-style-type: none"> PREÇO CONSTRUIDO (PRE) = 28 									
08.044.0208.1067.0004	FISCAL	1 312				1 312			
AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO									
<ul style="list-style-type: none"> PREÇO AMPLIADO (PRE) = 800 									
08.044.0208.1068		117 181							
URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA									
<ul style="list-style-type: none"> DOTAR A INSTITUIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA NECESSÁRIA AO SEU MELHOR FUNCIONAMENTO SISTEMA VIÁRIO RECUPERADO (SISTEMA) = 1 									
08.044.0208.1068.0001	FISCAL	117 181				117 181			
URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA									
<ul style="list-style-type: none"> SISTEMA VIÁRIO RECUPERADO (SISTEMA) = 1 									
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		4			4				
08.044.0217.2007		4			4				
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
<ul style="list-style-type: none"> PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) = 1 175 									
08.044.0217.2007.0002	FISCAL	4			4				
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL									
<ul style="list-style-type: none"> TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) = 1 175 									
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		2 000			2 000				
BOLSAS DE ESTUDO		2 000			2 000				
08.047.0236.2198		2 000			2 000				
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO									
<ul style="list-style-type: none"> PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CAPENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO APRENDIZADO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 130 									
08.047.0236.2198.0002	FISCAL	2 000			2 000				
BOLSAS DE ESTUDO									
<ul style="list-style-type: none"> BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) = 130 									
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO		6			6				
08.047.0240.2308		6			6				
MANUTENÇÃO DE RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO									
<ul style="list-style-type: none"> PROPORCIONAR O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES SUBSIDIADAS À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA REFEIÇÃO FORNECIDA (UNIDADE) = 100 000 									
08.047.0240.2308.0001	FISCAL	6			6				
FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES SUBSIDIADAS									
<ul style="list-style-type: none"> REFEIÇÃO FORNECIDA (UNIDADE) = 100 000 									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		603	603						
PREVIDÊNCIA		603	603						

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
08 044 0205 2085 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	110 110			110 110				
08 044 0205 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 7 850 - PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 1 050	FISCAL	8 064	60		493	5 341			
08 044 0205 2085 0005 MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO - ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) + 138 438 - ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) + 8 000	FISCAL	73 332				13 332			
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		96 805			96 805				
08 044 0205 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		4 764			4 764				
ASSESSORAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 505 - PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) + 148	FISCAL	8 764			8 764				
08 044 0205 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 505 - PROFISSIONAL PÓS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) + 148	FISCAL	91 841			91 841				
08 044 0205 2275 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO - PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	FISCAL	91 841			91 841				
08 044 0205 2275 0010 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU CAMPUS UNIVERSITÁRIO		1 430 598				1 430 598			
08 044 0205 1087 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO - DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS - BIBLIOTECA CONSTRUÍDA (UNIDADE) + 2	FISCAL	1 430 598				1 430 598			
08 044 0205 1087 0001 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO - BIBLIOTECA CONSTRUÍDA (UNIDADE) + 2	FISCAL	805 097	805 097						
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		805 097	805 097						
PREVIDÊNCIA		805 097	805 097						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		805 097	805 097						
15 082 0495 2013 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - ASSESSORAR A SUBSISTÊNCIA PECUNIÁRIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES	SEGURIDADE	805 097	805 097						
15 082 0495 2013 0001 ENCARGOS COM INATIVOS	SEGURIDADE	805 097	805 097						
TOTAL	FISCAL	2 938 813	805 157		219 329	1 514 327			
	SEGURIDADE	1 733 716	60		219 329	1 514 327			
		805 097	805 097						

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		551 905	429 813		105 231	16 461			
ENSINO SUPERIOR		539 302	429 813		93 024	16 461			
PESQUISA FUNDAMENTAL		3 700			3 700				
08 044 0054 2305 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA - ASSESSORAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE - PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) + 8	FISCAL	3 700			3 700				
08 044 0054 2305 0001 PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) + 8	FISCAL	3 700			3 700				
ENSINO DE GRADUAÇÃO		518 762	429 813		20 468	16 461			

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
06 044 0205 1045 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 10		426				426			
06 044 0206 1049 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) + 10	FISCAL	426				426			
06 044 0205 2045 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) + 49 269 ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) + 8 000 ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 2 700 PROF. ISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 230		818 336	429 813		70 486	16 035			
06 044 0205 2045 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	429 813	429 813		6				
06 044 0205 2045 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA ALUNO MATRICULADO (ALUNO) + 2 700 PROF. ISSIONAL FORMADO (PESSOA) + 230	FISCAL	86 503			70 482	14 021			
06 044 0205 2045 0006 MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) + 49 269 ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) + 8 000	FISCAL	14				14			
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		18 585			18 585				
06 044 0206 2275 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO PROPONER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		18 585			18 585				
06 044 0206 2275 0010 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	FISCAL	18 585			18 585				
06 044 0207 2306 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO PROPONER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE, MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS COMPOS DISCENTE, DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) + 230 CURSO OFERECIDO (CURSO) + 12		255			255				
06 044 0207 2306 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) + 230 CURSO OFERECIDO (CURSO) + 12	FISCAL	255			255				
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		12 203			12 203				
BOLSAS DE ESTUDO		12 203			12 203				
06 047 0235 2156 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPONER AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO BEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) + 30 BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) + 36		12 203			12 203				
06 047 0235 2156 0002 BOLSAS DE ESTUDO BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) + 30 BOLSA DE TRABALHO CONCEDIDA (UNIDADE) + 36	FISCAL	12 203			12 203				
TOTAL FISCAL		551 405	429 813		104 271	14 481			

AS QUANTIDADES DAS REAIS REPRESENTAM A POSIÇÃO ATUAL

RM 1,000.00

CREDIT SUPPLEMENT

RECURSOS IX IDIAS A3 IDIES E TRANSFERENCIAS

[illegible]

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		998 000			998 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		998 000			998 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		998 000			998 000				
19.070 0400 4000		998 000			998 000				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRESENCIAL DO MENOR DE CRIANÇA PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 11									
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) = 183 800									
19.070 0400 4000 0002	FISCAL	150 000			150 000				
AUXÍLIO-CRÉCHE									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) = 11									
19.070 0400 4000 0003	FISCAL	448 000			448 000				
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE									
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) = 183 800									
TOTAL FISCAL		1.456 484	10 399		1.425 896	22 189			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
28277 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

CPB 1 000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		660 797			378 579	292 218			
ENSINO SUPERIOR		660 797			378 579	292 218			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		660 797			378 579	292 218			
08.044 0205 2005		660 797			378 579	292 218			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) = 24 800									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 300									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 2 231									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 253									
08.044 0205 2005 0002	FISCAL	220 579			220 579				
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
08.044 0205 2005 0003	FISCAL	250 218			154 000	92 218			
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 2 231									
- PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA) = 253									
08.044 0205 2005 0006	FISCAL	190 000			190 000				
MANUTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO									
- ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) = 24 800									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 300									
TOTAL FISCAL		660 797			378 579	292 218			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

\$25,000.00

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS LAS ZONAS E INTERDEPENDENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		209.674			117.283	94.351			
ENSINO SUPERIOR		209.334			117.963	96.351			
PESQUISA APLICADA		7.884			7.884				
06.044.0008.2309		7.884			7.884				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 40									
06.044.0008.2309.0002	FISCAL	7.884			7.884				
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS									
PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) = 40									
LEVANTAMENTO DO MEIO AMBIENTE		2.407			2.407				
06.044.0008.2305		2.407			2.407				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRERAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE									
- RECIB. PROCES. E DESSEMIN. DADOS DE SATELITE (UNID) = 1									
06.044.0008.2305.0001	FISCAL	2.407			2.407				
PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA									
RECIB. PROCES. E DESSEMIN. DADOS DE SATELITE (UNID) = 1									
ENSINO DE GRADUAÇÃO		6198.256			102.578	95.878			
06.044.0205.1003		214				214			
INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA									
PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS.									
06.044.0205.1003.0001	FISCAL	214				214			
INSTRUMENTAL PARA ENSINO									
06.044.0205.2008		196.042			102.578	95.464			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) = 141.863									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 719									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 6.975									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) = 797									
06.044.0205.2008.0002	FISCAL	34.234			34.234				
MANTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
06.044.0205.2008.0003	FISCAL	154.952			68.032	86.920			
MANTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- ALUNO MATRICULADO (ALUNO) = 6.975									
- PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) = 797									
06.044.0205.2008.0006	FISCAL	9.256			312	9.944			
MANTENÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO									
ACERVO MANTIDO (EXEMPLAR) = 141.863									
- ACERVO REPOSTO (EXEMPLAR) = 719									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		114			114				
06.044.0205.2008		114			114				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
- PROFESSORAL PÓS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) = 204									
- PROFESSORAL PÓS-GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOA) = 4									
- PROFESSORAL PÓS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) = 229									
06.044.0205.2008.0003	FISCAL	114			114				
MANTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA									
- PROFESSORAL PÓS-GRADUADO ESPECIALIZAÇÃO (PESSOA) = 204									
- PROFESSORAL PÓS-GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOA) = 4									
- PROFESSORAL PÓS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) = 229									
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		673				673			
06.044.0205.1090		673				673			
RECAPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
- PRECISO RECLUPERADO (UNID) = 34									
06.044.0205.1090.0001	FISCAL	673				673			
RECAPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO									
PRECISO RECLUPERADO (UNID) = 34									
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		300			300				
BOLSAS DE ESTUDO		300			300				
06.047.0278.2190		300			300				
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO									
IMPREVISTO PARA AOS ESTUDANTES CAPENTES SUA									

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26280 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CPS 1.000,00

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DISCENTE, DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETTIVIDADE - ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) - 3.032 - CURSO OFERECIDO (CURSO) - 10									
06 044 0207 2308 0001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO - ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) - 3.032 - CURSO OFERECIDO (CURSO) - 10	FISCAL	10.952			10.952				
CAMPUS UNIVERSITÁRIO									
06 044 0208 1007 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APÓSIO		463.120				463.120			
06 044 0208 1007 0004 DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES REQUISITADAS AO MELHOR DO SEU DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E CIENTÍFICO-CIENTÍFICAS - LABORATÓRIO AMPLIADO (LAB) - 100 - SALA DE AULA AMPLIADA (SALA) - 100	FISCAL	463.120				463.120			
06 044 0208 1007 0004 AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO - LABORATÓRIO AMPLIADO (LAB) - 100 - SALA DE AULA AMPLIADA (SALA) - 100	FISCAL	463.120				463.120			
ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS									
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO									
06 047 0240 2308 MANUTENÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO		51.761			51.761				
PROPORCIONAR O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES SUBSIDIÁRIAS A COMUNITARIEDADE UNIVERSITÁRIA - REFEIÇÃO FORNECIDA (UNIDADE) - 500.000	FISCAL	51.761			51.761				
06 047 0240 2308 0001 FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES SUBSIDIÁRIAS - REFEIÇÃO FORNECIDA (UNIDADE) - 500.000	FISCAL	51.761			51.761				
TOTAL FISCAL		905.852			96.944	856.908			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26282 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

CPS 1.000,00

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		1.877.762	327.545		592.717	957.100			
ENSINO MÉDIO		240			240				
FORMAÇÃO PARA O SECTOR PRIMARIO		240			240				
06 043 0198 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		240			240				
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 250 - PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) - 100	FISCAL	240			240				
06 043 0198 2085 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA - ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - 250 - PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) - 100	FISCAL	240			240				
ENSINO SUPERIOR		1.877.142	327.545		592.497	957.100			
PESQUISA FUNDAMENTAL		24.840			8.895	15.953			
06 044 0054 2308 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		24.840			8.895	15.953			
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS, QUE CONCORRAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA, NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETTIVIDADE - PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) - 380	FISCAL	24.840			8.895	15.953			
06 044 0054 2308 0001 PESQUISA NA ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA) - 380	FISCAL	24.840			8.895	15.953			
ENSINO DE GRADUAÇÃO		928.842	327.545		497.997	99.124			
06 044 0208 2085 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		928.842	327.545		497.997	99.124			

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
• ACERVO ACQUIRIDO (ESSENCIAL) - R\$ 800									
• ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - R\$ 500									
• PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) - R\$ 100									
08 044 0205 2005 0002 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	FISCAL	800 047	327 545		273 462				
08 044 0205 2005 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	200 520			181 574	18 946			
• ALUNO MATRICULADO (ALUNO) - R\$ 500									
• PROFESSORAL FORMADO (PESSOA) - R\$ 100									
08 044 0205 2005 0005 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	20 106			20 106				
08 044 0205 2005 0006 MANUTENÇÃO DO ARQUIVO BIB. DOURADO	FISCAL	84 930				84 930			
• ACERVO ACQUIRIDO (ESSENCIAL) - R\$ 800									
• ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO		85 482			85 482				
08 044 0206 2005 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		127							
• ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
• PROFESSORAL POS-GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOA) - 200									
• PROFESSORAL POS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) - 800									
08 044 0206 2005 0003 MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DIDÁTICA	FISCAL	127							
• PROFESSORAL POS-GRADUADO EM DOUTORADO (PESSOA) - 200									
• PROFESSORAL POS-GRADUADO EM MESTRADO (PESSOA) - 800									
08 044 0206 2275 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A NÍVEL DE POS-GRADUAÇÃO		85 482			85 482				
• PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO									
08 044 0206 2275 0010 POS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	FISCAL	85 482			85 482				
CAMPUS UNIVERSITÁRIO		842 073				842 073			
08 044 0208 1087 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO		748 451				748 451			
• PESQUISA E APOIO									
• DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E CIENTÍFICAS									
• PRECISO CONSTRUÍDO (R\$) - 265									
08 044 0208 1087 0001 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	748 451				748 451			
• PRECISO CONSTRUÍDO (R\$) - 265									
08 044 0208 1088 URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA		93 572				93 572			
• DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA NECESSÁRIA AO SEU MELHOR FUNCIONAMENTO									
• SISTEMA VIÁRIO RECUPERADO (SISTEMA) - 1									
• GALERIA CONSTRUÍDA (M) - 200									
• IMPLANTAR REDE DE TELEPROCESSAMENTO (REDE) - 1									
08 044 0208 1088 0001 URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA	FISCAL	93 572				93 572			
• SISTEMA VIÁRIO RECUPERADO (SISTEMA) - 1									
• GALERIA CONSTRUÍDA (M) - 200									
• IMPLANTAR REDE DE TELEPROCESSAMENTO (REDE) - 1									
TOTAL FISCAL		1 877 342	327 545		862 717	862 100			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM A SITUAÇÃO ATUAL

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
GARANTIR A PLENA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO INSTRUMENTAL TECNOLÓGICO									
- LABORATÓRIO RECUPERADO (UNIDADE) = 12									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) = 40									
08 044 0205 1090 0001	FISCAL	31 271			31 271				
RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE UNIDADES DE ENSINO									
- LABORATÓRIO RECUPERADO (UNIDADE) = 12									
- SALA DE AULA RECUPERADA (UNIDADE) = 40									
08 044 0205 2085		568			568				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
08 044 0205 2085 0002	FISCAL	568			568				
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO									
08 044 0205 2275		182			182				
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO									
08 044 0205 2275 0010	FISCAL	182			182				
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU									
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA									
08 044 0207 2308		533			533				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DISCENTE, DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM TRABALHOS VOLTADOS PARA A COLETIVIDADE									
- ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) = 2 785									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) = 30									
- FESTIVAL APOIADO (UNIDADE) = 1									
08 044 0207 2308 0001	FISCAL	533			533				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO									
- ALUNO ENVOLVIDO (ALUNO) = 2 785									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) = 30									
- FESTIVAL APOIADO (UNIDADE) = 1									
REINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS									
08 044 0217 2007		430			430				
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS DE MODO QUE SE OBTENHAM MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) = 15									
08 044 0217 2007 0002	FISCAL	430			430				
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL									
- CURSO OFERECIDO (CURSO) = 15									
TOTAL FISCAL		19 421			19 421				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM A POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		19 276			19 276				
ENSINO SUPERIOR		19 276			19 276				
ENSINO DE GRADUAÇÃO		19 276			19 276				
08 044 0205 2085		19 276			19 276				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO									
ASSEGURAR A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO ENSINO									
08 044 0205 2085 0002	FISCAL	19 276			19 276				
MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA									
TOTAL FISCAL		19 276			19 276				

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

CPB 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

DECLINAM. DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		178 798			178 798				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		95 848			95 848				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		95 848			95 848				
15 078 0488 4089		95 848			95 848				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRÉDITO PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
VALE-TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) = 9 000									
15 078 0488 4089 0003	FISCAL	95 848			95 848				
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE									
VALE-TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) = 9 000									
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		82 950			82 950				
PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGUROS		82 950			82 950				
15 084 0492 2012		82 950			82 950				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
FINANCIAR NOS TERMOS QUE A LEI DISPUSER O PROGRAMA DE SEGURO DE EMPREGO E O ABOGO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 239 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
FORMAR O PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PESSOAL) = 811									
15 084 0492 2012 0001	FISCAL	82 950			82 950				
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO									
FORMAR O PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PESSOAL) = 811									
TOTAL FISCAL		178 798			178 798				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM NIA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26293 - FUNDAÇÃO ROQUETTE PINTO

CPB 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

DECLINAM. DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		101 883	1 000		100 883				
ADMINISTRAÇÃO		101 883	1 000		100 883				
ADMINISTRAÇÃO		101 883	1 000		100 883				
06 001 0137 2008		101 883	1 000		100 883				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES-PM									
06 001 0137 2008 0031	FISCAL	101 883	1 000		100 883				
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
TOTAL FISCAL		101 883	1 000		100 883				

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26297 - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

CPM 1 000 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		2 182 924			1 410 094	772 830			
ADMINISTRAÇÃO		2 182 924			1 410 094	772 830			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		2 182 924			1 410 094	772 830			
08 007 0021 2008		2 182 924			1 410 094	772 830			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES FIM									
08 007 0021 2008 0039	FISCAL	2 182 924			1 410 094	772 830			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE									
SAÚDE E SANEAMENTO		854 143			854 143				
SAÚDE		854 143			854 143				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		854 143			854 143				
13 075 0428 2004		854 143			854 143				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES									
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13 075 0428 2004 0005	SEGURIDADE	854 143			854 143				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		127 865			127 865				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		127 865			127 865				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		127 865			127 865				
15 078 0486 4089		127 865			127 865				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) + 470									
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) + 596 000									
15 078 0486 4089 0002	FISCAL	70 257			70 257				
AUXÍLIO-CRECHE									
- CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA) + 470									
15 078 0486 4089 0003	FISCAL	57 428			57 428				
CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE									
- VALE TRANSPORTE CONCEDIDO (UNIDADE) + 586 000									
TOTAL		2 964 752			2 181 922	772 830			
FISCAL		2 310 808			1 537 778	772 830			
SEGURIDADE		854 143			854 143				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		45 374 071	195 598		46 734 821	24 443 686			
ADMINISTRAÇÃO		442 800	195 598		347 243				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		442 800	195 598		347 243				
08 007 0021 2008		442 800	195 598		347 243				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES FIM									
08 007 0021 2008 0039	FISCAL	567 800	195 598		347 243				
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE									
ENSINO FUNDAMENTAL		84 831 271			58 387 545	26 443 686			
ENSINO REGULAR		84 831 271			58 387 545	26 443 686			
08 042 0188 2289		84 831 271			58 387 545	26 443 686			
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL									
AMPLIAR O ACESSO E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL									
- DOCENTE TREINADO (DOCENTE) + 29 833									
- SALA DE AULA AMPLIADA (UNIDADE) + 5 233									
- ESCOLA REFORMADA (UNIDADE) + 558									
- ESCOLA AMPLIADA (UNIDADE) + 811									
- ESCOLA EQUIPADA (UNIDADE) + 1 270									
- SALA DE AULA EQUIPADA (UNIDADE) + 18 505									
- INSTITUIÇÃO PÚBLICA APOIADA (INSTITUIÇÃO) + 1 441									
- INSTITUIÇÃO PRIVADA APOIADA (INSTITUIÇÃO) + 22									
- TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) + 29 843									
08 042 0188 2289 0002	FISCAL	26 603 357			26 603 357				
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
- DOCENTE TREINADO (DOCENTE) + 29 833									
- TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA) + 29 843									
08 042 0188 2289 0003	FISCAL	13 426 844			13 426 844				
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS									
- SALA DE AULA AMPLIADA (UNIDADE) + 5 233									
- ESCOLA REFORMADA (UNIDADE) + 558									
- ESCOLA AMPLIADA (UNIDADE) + 811									
08 042 0188 2289 0004	FISCAL	4 000 000				4 000 000			
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA EQUIPAR ESCOLAS									
- ESCOLA EQUIPADA (UNIDADE) + 1 270									
- SALA DE AULA EQUIPADA (UNIDADE) + 18 505									
08 042 0188 2289 0008	FISCAL	40 801 070			18 357 144	22 443 686			
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MANUTENÇÃO DO ENSINO									
- INSTITUIÇÃO PÚBLICA APOIADA (INSTITUIÇÃO) + 1 441									
- INSTITUIÇÃO PRIVADA APOIADA (INSTITUIÇÃO) + 22									
TOTAL	FISCAL	85 374 071	195 598		58 734 821	24 443 686			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIM

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26203 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO AMAZONAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			50.349
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		50.349	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		50.349	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	50.349		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			3
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		8	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		8	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	8		
TOTAL FISCAL				50.357

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIM

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26204 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DA BAHIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			146.053
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		146.053	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		146.053	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	9.257		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	136.796		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			137.684
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		137.684	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		137.684	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	137.684		
TOTAL FISCAL				283.737

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26205 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE CAMPOS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			52.465 52.252 213
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		52.465 52.252 213	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		52.465 52.252 213	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	52.465 52.252 213		
TOTAL				52.465
TOTAL FISCAL				52.252
TOTAL SEGURIDADE				213

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26207 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			18.459
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		18.459	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		18.459	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	18.459		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			148.912
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		148.912	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		148.912	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	148.912		
TOTAL FISCAL				167.371

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26208 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE GOIAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			158.295 157.917 378
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		158.295 157.917 378	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		158.295 157.917 378	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	158.295 157.917 378		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			40.152
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		40.152	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		40.152	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	40.152		
TOTAL				198.447
TOTAL FISCAL				198.069
TOTAL SEGURIDADE				378

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26209 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			91.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		91.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		91.000	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	91.000		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			71.929
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		71.929	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		71.929	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	71.929		
TOTAL FISCAL				162.929

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE DURO PRETO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			74.360
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		74.360	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		74.360	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	74.360		
TOTAL FISCAL				74.360

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26213 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			581
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		581	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		581	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	581		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			241.038
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		241.038	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		241.038	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	234.997		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	6.041		
TOTAL FISCAL				241.619

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26214 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE PELOTAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			24.489
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		24.489	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		24.489	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	6.110		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	18.379		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			151.959
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		151.959	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		151.959	
2680.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	151.959		
TOTAL FISCAL				176.448

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26216 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO PIAUÍ

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			123.975
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		123.975	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		123.975	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	123.975		
TOTAL FISCAL				123.975

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26218 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			116.472
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		116.472	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		116.472	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	116.472		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			858.000
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		858.000	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		858.000	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	858.000		
TOTAL FISCAL				974.472

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26220 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			123.947
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		123.947	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		123.947	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	123.947		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			35.492
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		35.492	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		35.492	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	35.492		
TOTAL FISCAL				159.439

124T

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26221 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SERGIPE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			66.013
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		66.013	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		66.013	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	10.631		
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	55.482		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			5.923
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		5.923	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		5.923	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	940		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	4.983		
TOTAL FISCAL				71.936

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.275
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		3.275	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		3.275	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	3.275		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			195.631
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		195.631	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		195.631	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	33.440		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	162.191		
TOTAL FISCAL				198.906

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			875.763 858.263 17.500
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		875.763 858.263 17.500	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		875.763 858.263 17.500	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS SEG	148.716 131.216 17.500		
1990.06.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	727.047		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS SEG			1.145.236 1.138.736 6.500
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS SEG		1.145.236 1.138.736 6.500	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS SEG		1.145.236 1.138.736 6.500	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	37.064		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	1.108.182 1.101.882 6.500		
TOTAL				2.020.999
TOTAL FISCAL				1.996.999
TOTAL SEGURIDADE				24.000

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			354.967
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		354.967	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		354.967	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	63.990		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	290.977		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			121.028
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		121.028	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		121.028	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	76.364		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	44.664		
TOTAL FISCAL				475.995

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			143.023
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		143.023	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		143.023	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	1.913		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	141.110		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			374.203
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		374.203	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		374.203	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	124.631		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	249.672		
TOTAL FISCAL				517.226

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			210.534 205.845 4.689
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		210.534 205.845 4.689	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		210.534 205.845 4.689	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	84.380		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	126.154 121.455 4.689		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			105.642
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		105.642	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		105.642	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	105.642		
TOTAL				316.176
TOTAL FISCAL				311.487
TOTAL SEGURIDADE				4.689

ANEXO II

RECEITA SUPLEMENTAR

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			222.953 219.855 3.098
1900 00 00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		222.953 219.855 3.098	
1990 00 00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		222.953 219.855 3.098	
1990 05 01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	81.351		
1990 05 99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	141.602 138.504 3.098		
2000 00 00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			598.865
2500 00 00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		598.865	
2580 00 00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		598.865	
2580 01 00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	598.865		
TOTAL				821.816
TOTAL FISCAL				818.720
TOTAL SEGURIDADE				3.098

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			440
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		440	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		440	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	440		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			219.560
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		219.560	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		219.560	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	20.709		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	198.851		
TOTAL FISCAL				220.000

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.566.689
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.566.689	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.566.689	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	28.934		
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.537.755		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			204.619
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		204.619	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		204.619	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	113.460		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	91.159		
TOTAL FISCAL				1.771.308

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			743.205
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		743.205	
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS		743.205	
1990.05.01	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	4.812		
1990.05.99	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	738.393		
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			222.537
2600.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		222.537	
2580.00.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		222.537	
2580.01.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	222.537		
TOTAL FISCAL					965.742

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG	7		27.263 25.604 1.659
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		27.263 25.604 1.659	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		27.263 25.604 1.659	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS SEG	25.846 24.187 1.659		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.417		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			45.001
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		45.001	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		45.001	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	45.001		
TOTAL				72.264
TOTAL FISCAL				70.605
TOTAL SEGURIDADE				1.659

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			905.485 903.479 2.006
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		905.485 903.479 2.006	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		905.485 903.479 2.006	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS SEG	5.184 3.178 2.006		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	900.301		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS SEG			1.439.300 1.239.300 200.000
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS SEG		1.439.300 1.239.300 200.000	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS SEG		1.439.300 1.239.300 200.000	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS SEG	209.644 9.644 200.000		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.229.656		
TOTAL				2.344.785
TOTAL FISCAL				2.142.779
TOTAL SEGURIDADE				202.006

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			100
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		100	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		100	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	100		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			654.140
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		654.140	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		654.140	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	2.211		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	651.929		
TOTAL FISCAL				654.240

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			916.558
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		916.558	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		916.558	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	916.558		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			127.198
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		127.198	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		127.198	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	127.198		
TOTAL FISCAL				1.043.756

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO II	ACRESCIMO
	ANEXO	

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

RECEITA					RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)	
ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			2.198.912	
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		2.198.912		
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS		2.198.912		
1990.05.99	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	2.198.912			
TOTAL FISCAL					2.198.912	

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO II	ACRESCIMO
	ANEXO	

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RECEITA					RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)	
ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			500.000	
2600.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		500.000		
2680.00.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		500.000		
2680.99.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	500.000			
TOTAL FISCAL					500.000	

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		547.041 544.345 2.696	
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		547.041 544.345 2.696	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		547.041 544.345 2.696	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS SEG	66.467 63.771 2.696		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	480.574		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			254.855
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		254.855	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		254.855	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	10		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	254.845		
TOTAL				801.896
TOTAL FISCAL				799.200
TOTAL SEGURIDADE				2.696

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			574.917 552.180 22.737
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		574.917 552.180 22.737	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		574.917 552.180 22.737	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	46.791		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	528.126 505.389 22.737		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			107.569
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		107.569	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		107.569	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	20.535		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	87.034		
TOTAL				682.486
TOTAL FISCAL				659.749
TOTAL SEGURIDADE				22.737

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			50.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		50.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		50.000	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	50.000		
TOTAL FISCAL				50.000

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26253 - FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			112.064
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		112.064	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		112.064	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	29.361		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	82.693		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			17.214
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		17.214	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		17.214	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	17.214		
TOTAL FISCAL				129.288

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26254 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			4.853
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		4.853	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		4.853	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	4.853		
TOTAL FISCAL				4.853

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26255 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			14.250
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		14.250	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		14.250	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	14.250		
TOTAL FISCAL				14.250

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			58.842
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		58.842	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		58.842	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	16.290		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	42.552		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			21.224
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		21.224	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		21.224	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	21.224		
TOTAL FISCAL				80.066

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26257 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			64.766
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		64.766	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		64.766	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	31.526		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	33.239		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			114.783
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		114.783	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		114.783	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	100.000		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	14.783		
TOTAL FISCAL				179.648

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26258 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			55.516
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		55.516	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		55.516	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	960		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	54.556		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			5
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		5	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		5	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	5		
TOTAL FISCAL				55.521

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26259 - CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			14.794
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		14.794	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		14.794	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	4.794		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			23.700
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		23.700	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		23.700	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	23.700		
TOTAL FISCAL				38.494

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26260 - ESCOLA DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE ALFENAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			4.054
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		4.054	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		4.054	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	.054		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			50.284
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		50.284	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		50.284	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	50.284		
TOTAL FISCAL				54.338

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26261 - ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			2.000
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		2.000	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		2.000	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	2.000		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			4.704
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		4.704	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		4.704	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	4.704		
TOTAL FISCAL				6.704

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26263 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			25
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		25	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		25	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	25		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			98.941
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		98.941	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		98.941	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	98.941		
TOTAL FISCAL				98.966

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26268 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			57.037
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		57.037	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		57.037	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	57.037		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.719
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		2.719	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		2.719	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	2.719		
TOTAL FISCAL				59.756

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26269 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			32.019
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		32.019	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		32.019	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	32.019		
TOTAL FISCAL				32.019

ANEXO II				
ACRESCIM.				
26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO				
26270 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS				
RECEITA				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)				
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			438.710
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		438.710	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		438.710	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	479		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	438.231		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.479
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		2.479	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		2.479	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	668		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.811		
TOTAL FISCAL				441.189

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO		ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			2.581.096 1.325.017 1.256.079
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		2.581.096 1.325.017 1.256.079	
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		2.581.096 1.325.017 1.256.079	
1990.05.01	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS SEG	199.093 189.100 9.993		
1990.05.99	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	2.382.003 1.135.917 1.246.086		
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS			932.823
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		932.823	
2580.00.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		932.823	
2580.01.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	140.948		
2580.99.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	791.875		
TOTAL					3.513.919
TOTAL FISCAL					2.257.840
TOTAL SEGURIDADE					1.256.079

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			37.700 37.097 603
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		37.700 37.097 603	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		37.700 37.097 603	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	3.103		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	34.597 33.994 603		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			1.131.416
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		1.131.416	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		1.131.416	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	879.776		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	251.640		
TOTAL				1.189.116
TOTAL FISCAL				1.188.513
TOTAL SEGURIDADE				603

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26273 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FORTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			309.281 265.985 43.296
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		309.281 265.985 43.296	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		309.281 265.985 43.296	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	62.837		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS D VEPSOS	FIS SEG	246.444 203.148 43.296		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			326.790
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		326.790	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		326.790	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	211.401		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	115.389		
TOTAL				636.071
TOTAL FISCAL				592.775
TOTAL SEGURIDADE				43.296

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO II
ANEXO	ACRESCIMTO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26274 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RECEITA RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS SEG			1.024.486 219.389 805.097
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS SEG		1.024.486 219.389 805.097	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS SEG		1.024.486 219.389 805.097	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	109.279		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS SEG	915.207 110.110 805.097		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			1.514.327
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		1.514.327	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		1.514.327	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	19.397		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.494.930		
TOTAL				2.538.813
TOTAL FISCAL				1.733.716
TOTAL SEGURIDADE				805.097

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			535.044
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		535.044	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		535.044	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	37.541		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	497.503		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			16.461
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		16.461	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		16.461	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	1.200		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	15.261		
TOTAL FISCAL				551.505

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26276 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.458.463
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		1.458.463	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		1.458.463	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	336		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.458.127		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			21
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		21	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		21	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	21		
TOTAL FISCAL				1.458.484

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26277 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			378.579
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		378.579	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		378.579	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	378.579		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			282.218
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		282.218	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		282.218	
2680.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	282.218		
TOTAL FISCAL				660.797

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26278 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			113.283
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		113.283	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		113.283	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	566		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	112.717		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			96.351
2600.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		96.351	
2680.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		96.351	
2680.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	34.300		
2680.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	62.051		
TOTAL FISCAL				209.634

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26280 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			98.944
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		98.944	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		98.944	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	28.651		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	70.293		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			856.909
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		856.909	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		856.909	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	211.736		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	645.173		
TOTAL FISCAL				955.853

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

26282 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			920.282
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		920.282	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		920.282	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	94.744		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	825.538		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			957.100
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		957.100	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		957.100	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	155.568		
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	801.532		
TOTAL FISCAL				1.877.382

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRÉSCIMO

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

26284 - FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			15.455
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		15.455	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		15.455	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	15.455		
TOTAL FISCAL				15.455

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRÉSCIMO

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

26285 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			33.153
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		33.153	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		33.153	
1990.05.01 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	1.189		
1990.05.99 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	31.964		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			2.424
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		2.424	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	FIS		2.424	
2580.01.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	2.424		
TOTAL FISCAL				35.577

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			19.276
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		19.276	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		19.276	
1990.06.01 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - CONVENIOS	FIS	19.203		
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	73		
TOTAL FISCAL				19.276

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			178.798
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		178.798	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		178.798	
1990.06.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	178.798		
TOTAL FISCAL				178.798

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

26000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
26297 - FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA AO ESTUDANTE

RECEITA

RECURSOS DE ORIGEM DIVERSA

ESPECIFICAÇÃO		ESF	RECURSOS DE ORIGEM DIVERSA	RECEITA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	110		
		SEG		
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	110		
		111		
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	115		
		116		
1990.05.99	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	115		
		116		
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	110		
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	110		
2580.00.00	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	115		
2580.99.00	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	115		

LEGISLAÇÃO CERRADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a União para o exercício de 1992

200 000 000 000

**MENSAGEM Nº 77, DE 1992-CN
(Nº 513/92, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 19 de agosto de 1992. — **Fernando Collor.**
EM Nº 279/MEFP

Brasília, 14 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Senado Federal solicita crédito suplementar no valor de Cr\$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de cruzeiros) visando atender despesas com a concessão, a seus servidores de benefícios previstos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-reclusão etc).

2. Do montante solicitado, a parcela de Cr\$ 8.705.000,00 (oito milhões, setecentos e cinco mil cruzeiros) situa-se dentro do limite de 20% (vinte por cento) para suplementação em cada subprojeto/subatividade, estabelecido na Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e será viabilizada através de decreto.

3. O diferencial no valor de Cr\$83.295.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros) será viabilizado através de projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional atendendo a ditames constitucionais.

4. Os recursos necessários ao atendimento do crédito correrão à conta da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio órgão.

5. Este Ministério manifesta-se favoravelmente à concessão de crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros), que se enquadra às disposições do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 279 de 14-8-92.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Dotação orçamentária insuficiente para concessão dos benefícios aos servidores públicos, assegurados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar para reforço das dotações atuais da Unidade para que possa fazer face às referidas despesas.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: A alternativa proposta é a única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Os recursos necessários são oriundos do remanejamento de dotações consignadas no orçamento vigente da própria Unidade, não havendo aumento de despesa.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 29, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$ 83.295.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação indicada no Anexo II desta lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

02000 - SENADO FEDERAL
02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		83.299	83.299						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		83.299	83.299						
I ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		83.299	83.299						
18.070.0106.0000		83.299	83.299						
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROMOÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO, A SAÚDE, O ALUGUEL, O IMPOSTO DE RENDIMENTO E OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA.									
18.070.0106.0001									
AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	27.003	27.003						
18.070.0106.0002									
AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	SEGURIDADE	56.292	56.292						
TOTAL	FISCAL	83.299	83.299						
	SEGURIDADE	27.003	27.003						
		56.292	56.292						

02000 - SENADO FEDERAL
02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	Juros e ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
LEGISLATIVA		83.299	83.299						
PROCESSO LEGISLATIVO		83.299	83.299						
AÇÃO LEGISLATIVA		83.299	83.299						
01.001.0001.2001		83.299	83.299						
ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS									
ENFIMOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS.									
01.001.0001.2002.0002									
FUNIONAMENTO DO SENADO FEDERAL	FISCAL	83.299	83.299						
TOTAL FISCAL		83.299	83.299						

MENSAGEM Nº 78, DE 1992-CN
(Nº 514/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00, para os fins que especifica."

Brasília, 19 de agosto de 1992. — **F. Collor.**

E.M. Nº 272/MEFP

Brasília, 13 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Estado-Maior Forças Armadas — EMFA da Presidência da República solicita a abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$2.630.948.000,00 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, novecentos e quarenta e oito mil cruzeiros), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.

2. A presente solicitação decorre da necessidade de atender despesas com a concessão de auxílio refeição, vale-transporte, diárias de pessoal civil e militar e passagens do pessoal do EMFA, da Escola Superior de Guerra e do Hospital das Forças Armadas.

3. Considerando que o seu valor excede ao limite de 20% (vinte por cento) estabelecido pelo art. 6º, inciso I, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, necessita, portanto, de aprovação preliminar do Congresso Nacional.

4. Este Ministério é favorável à concessão do crédito solicitado, informando que as despesas resultantes serão cobertas sob a forma de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que autoriza a abertura do crédito.

Respeitosamente. — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 272 DE 13-8-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Atender despesas com a concessão de auxílio-refeição, vale-transporte, diárias de pessoal civil e militar e passagens do pessoal do EMFA, ESG e HFA.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar para atender aquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00. Fl. 2 do Anexo da E.M. Nº 272/MEFP de 13-8-1992.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta passa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 30 DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Estado-Maior das Forças Armadas, crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, novecentos e quarenta e oito mil cruzeiros) para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante especificado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

30000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
20105 - ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

CBS 1 000 00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		1 380 000	900 000		480 000				
ADMINISTRAÇÃO		1 380 000	900 000		480 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1 380 000	900 000		480 000				
06 007 0001 2257 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS		1 380 000	900 000		480 000				
PROVEDOR O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES E TÍT.									
06 007 0001 2257 0001 MANUTENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	FISCAL	480 000			480 000				
06 007 0001 2257 0003 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	FISCAL	900 000	900 000						
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		1 250 948			1 250 948				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		1 250 948			1 250 948				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		1 250 948			1 250 948				
10 078 0086 4090 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O REFORMAÇÃO DOS AUSENTES DE FÉRIAS, A SITUAÇÃO DE VÁLID. TRANSPORTE E VÁLID. RESERVAÇÃO, A SITUAÇÃO DE VÁLID. ESCOLAR EM REGIME DE CRIANÇA PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
10 078 0086 4090 0003 CONCESSÃO DE VÁLID. TRANSPORTE	FISCAL	830 948			830 948				
10 078 0086 4090 0004 AUSENTO/REPOSIÇÃO	FISCAL	420 000			420 000				
TOTAL FISCAL		2 830 948	900 000		1 730 948				

CBS 1 000 00

CREDITO SUPLEMENTAR

30000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
20105 - ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2 800 000				2 800 000			
ADMINISTRAÇÃO		2 800 000				2 800 000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		2 800 000				2 800 000			
03 007 0001 2425 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL									
CONSERVAR ADEQUADAMENTE A MALHA RODoviÁRIA DE MODO A EVITAR A DETERIORAÇÃO PREVENTIVA DO PAGAMENTO E O CONSEQUENTE AUMENTO DO CUSTO DE OPERAÇÃO DOS VEÍCULOS									
03 007 0001 2425 0001 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL	FISCAL	2 800 000				2 800 000			
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		30 948			30 948				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		30 948			30 948				
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		30 948			30 948				
06 009 0206 4079 ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA									
FORMAÇÃO A NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PESSOAL CIVIL E MILITAR	FISCAL	30 948			30 948				
06 009 0206 4079 0001 APOIO AO ENSINO									
TOTAL FISCAL		2 830 948			30 948	2 800 000			

189

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 79, DE 1992-CN
(Nº 515/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 19 de agosto de 1992. — F. Collor.

E.M. Nº 270/MEFP

Brasília, 13 de julho de 1992

Excelentíssimo senhor Presidente da República,

O Ministério da Aeronáutica solicita abertura de créditos adicionais no montante de Cr\$4.695.759.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões, setecentos e cinquenta e nove mil cruzeiros), objetivando incorporar, à programação orçamentária do Fundo Aeronáutico, recursos provenientes de convênios firmados com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO.

2. Tais convênios têm como objeto a prestação de serviços, aquisição de equipamentos especializados em salvamento e combate a incêndio em aeronaves e edificações nos aeroportos de Brasília, Campo Grande, Dois de Julho, Val-de-Cães, Hercílio Luz, Júlio César, Pampulha, Guarulhos, Augusto Severo, Pinto Martins, Galeão, Bacacheri e Marte.

3. Por envolver a incorporação de receita adicional, o pleito somente poderá ser atendido mediante o encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional. Do montante solicitado, a parcela de Cr\$3.130.506.000,00 (três bilhões, cento e trinta milhões, quinhentos e seis mil cruzeiros) será objeto de crédito suplementar, e o restante, no valor de Cr\$1.565.253.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e três mil cruzeiros) deverá ser viabilizada por intermédio de crédito especial, vez que o orçamento não consignou recursos ao Fundo Aeronáutico, para aquisição de equipamentos na atividade "Manutenção e Suprimento de material Contra-Incêndio".

4. Este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento do pleito, esclarecendo que o mesmo obedece as prescrições do artigo 167, incisos V e VI, da Constituição.

5. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União os referidos créditos adicionais.

Respeitosamente. — **Marcello Marques Moreira**, Ministros de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO
DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº
270 DE 13-8-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Incorporação ao orçamento do Fundo Aeronáutico de receitas provenientes de convênios firmados com a Infraero, objetivando a prestação de serviços técnicos, aquisição de equipamentos especializados em salvamento e combate a incêndios em aeronaves e edificações em diversos aeroportos.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional visando a aprovação dos créditos adicionais para fins de viabilização do remanejamento proposto.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: A alternativa proposta é a única para a solução do problema.

4. Custos:

Crédito Suplementar no valor de Cr\$3.130.506.000,00

Crédito Especial de até Cr\$1.565.253.000,00

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 31 DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Aeronáutica, crédito especial até o limite de Cr\$1.565.253.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e três mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Aeronáutica, crédito suplementar no valor de Cr\$3.130.506.000,00 (três bilhões, cento e trinta milhões, quinhentos e seis mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo II desta lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei serão provenientes da incorporação de recursos de convênio, na forma dos Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA
21901 - FUNDO AERONAUTICO

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		1.949.293				1.949.293			
TRANSPORTE AEREO		1.949.293				1.949.293			
CONTROLE E SEGURANÇA DO TRAFEGO AEREO		1.949.293				1.949.293			
18 087 0524 2058 MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL CONTRA-INCENDIO		1.949.293				1.949.293			
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS ESPECIFICOS CONTRA-INCENDIO, EXCETO VIATURAS CONTRA-INCENDIO	FISCAL	1.949.293				1.949.293			
18 087 0524 2058 0001 EQUIPAMENTO									
TOTAL FISCAL		1.949.293				1.949.293			

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA
21901 - FUNDO AERONAUTICO

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		3.130.906			3.130.906				
TRANSPORTE AEREO		3.130.906			3.130.906				
CONTROLE E SEGURANÇA DO TRAFEGO AEREO		3.130.906			3.130.906				
18 087 0524 2058 MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL CONTRA-INCENDIO		3.130.906			3.130.906				
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS ESPECIFICOS CONTRA-INCENDIO, EXCETO VIATURAS CONTRA-INCENDIO	FISCAL	3.130.906			3.130.906				
18 087 0524 2058 0008 MANUTENÇÃO									
TOTAL FISCAL		3.130.906			3.130.906				

CREDITO ESPECIAL

ANEXO

ANEXO III

ADRESCIMO

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA
21901 - FUNDO AERONAUTICO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESBORAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			1.865.253
1100 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		1.865.253	
1100 00 00 TRANSFERÊNCIAS DE CORRENTES	FIS		1.865.253	
TOTAL FISCAL				1.865.253

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO

ANEXO IV

ADRESCIMO

21000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA
21901 - FUNDO AERONAUTICO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESBORAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00 00 RECEITAS CORRENTES	FIS			3.130.806
1100 00 00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		3.130.806	
1100 00 00 TRANSFERÊNCIAS DE CORRENTES	FIS		3.130.806	
TOTAL FISCAL				3.130.806

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 80, DE 1992 — CN
(nº 516/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor Cr\$25.000.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 19 de agosto de 1992. — F. Collor.

E.M. Nº 273/MEFP

Brasília, 13 de agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Presidência da República — Estado Maior das Forças Armadas solicita a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 25.000.000.000,00 (vinte cinco bilhões de cruzeiros), para atender necessidades prementes do Hospital das Forças Armadas com o reinício das cirurgias cardíacas, a ativação do Centro de Traumatologia, o estabelecimento de novos contratos para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, bem como a aquisição de medicamentos.

2. Os recursos para atendimento do referido pleito são oriundos da incorporação de excesso de arrecadação do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas — FAHFA em conformidade com o que dispõe o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

3. Este Ministério manifesta-se favorável ao atendimento do pleito, que, todavia, necessita de autorização legislativa para que o Executivo possa abrir o crédito no valor solicitado.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração a Vossa Excelência o anexo projeto de lei que autoriza a abertura do referido crédito.

Respeitosamente,

Marcello Marques Moreira, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 273 DE 13-8-92.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Incorporação de Excesso de Arrecadação

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar para atender aquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada

4. Custos:

Crédito suplementar no valor de Cr\$ 25.000.000.000,00

Fl. 2 do Anexo da E.M. nº 273/MEFP de 13-8-1992

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta passa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 25.000.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Estado-Maior das Forças Armadas, crédito suplementar no valor de Cr\$ 25.000.000.000,00 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros) para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto artigo anterior decorrerão do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, no montante especificado, no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20902 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

CR\$ 1.000,0

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SALVOS E SANEAMENTO		25 000 000			20 000 000	5 000 000			
SALVOS		25 000 000			20 000 000	5 000 000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		25 000 000			20 000 000	5 000 000			
13 078 0020 2201 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES		25 000 000			20 000 000	5 000 000			
PROJETOS E COMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS RELACIONADOS À MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR									
13 078 0020 2201 0001 MANUTENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	FISCAL	25 000 000			20 000 000	5 000 000			
TOTAL FISCAL		25 000 000			20 000 000	5 000 000			

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20106 - ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

CR\$ 1.000,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSTOS FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
Saúde e Saneamento		20 000 000			20 000 000	0 000 000			
Saúde		20 000 000			20 000 000	0 000 000			
Assistência Médica e Sanitária		20 000 000			20 000 000	0 000 000			
13.070.0428.2900 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		20 000 000			20 000 000	0 000 000			
PROMOVER A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO ORÇÃO									
13.070.0428.2900.0022 FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	FISCAL	20 000 000			20 000 000	0 000 000			
TOTAL FISCAL		20 000 000			20 000 000	0 000 000			

Crédito Suplementar

ANEXO II

ANEXO

ACRÉSCIMO

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20106 - FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			20.000.000
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	FIS		20.000.000	
1710.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		20.000.000	
1711.01.00 TRANSFERÊNCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	20.000.000		
TOTAL FISCAL				20.000.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 de FEVEREIRO DE 1992

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 81, DE 1992-CN (nº 517/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$ 13.513.150.000,00 para os fins que especifica".

Brasília, 19 de agosto de 1992. — F. Collor
EM nº 257/MEFP

Brasília, 10 de agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
O Ministério da Agricultura Reforma Agrária solicita a abertura de crédito adicional no valor de Cr\$

13.513.160.000,00 (treze bilhões, quinhentos e treze milhões, cento e sessenta mil cruzeiros), sendo Cr\$ 415.080.000,00 (quatrocentos e quinze milhões e oitenta mil cruzeiros) mediante crédito suplementar a Cr\$ 13.098.080.000,00 (treze bilhões, noventa e oito milhões e oitenta mil cruzeiros), através de crédito especial.

2. O crédito suplementar tem por objetivo modificar a classificação da Despesa, quanto à sua natureza, dos subprojetos orçamentários "Eletrificação Rural em Itapetim-PE" e "Eletrificação Rural em Maranguape-CE", de forma a possibilitar a execução dos correspondentes projetos executivos.

3. O crédito especial objetiva, igualmente, modificar a natureza da despesa do subprojeto orçamentário "Eletrificação Rural no Estado da Bahia, a cargo do Governo Estadual" mediante a criação de uma nova classificação, não existente no respectivo subprojeto. Esta alteração, portanto, possibilitará a execução de projetos técnicos de eletrificação rural do Estado da Bahia.

4. Este Ministério manifesta-se favoravelmente à solicitação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e pro-

põe seja submetido a deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite do valor mencionado.

5. Os recursos necessários para a efetivação do presente crédito decorrerão da anulação de dotações orçamentárias autorizadas na Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito adicional.

Respeitosamente, — **Marcelio Marques Moreira**, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, Nº 257, DE 10-8-92.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Consta da vigente lei orçamentária "Natureza de Despesa" não corretamente classificada. É o caso das dotações dos subprojetos "Eletrificação Rural em Itapetim-PE", "Eletrificação Rural em Maranguape-CE" e "Eletrificação Rural no Estado da Bahia, a cargo do Governo do Estado", que foram classificadas como "Despesas Correntes" quando o correto seria "Despesas de Capital".

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

O problema, nos termos da legislação em vigor, só pode ser resolvido mediante lei, nos termos da proposição apresentada.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: Não há outra possibilidade de solução do problema que não seja mediante projeto de lei na forma proposta.

4. Custos:

Trata-se de abertura de crédito adicional no valor de Cr\$ 13.513.160.000,00, mediante cancelamento de dotações do próprio Órgão.

5. Razões que justificam a urgência.

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico.

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$ 13.512.160.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito especial até o limite de Cr\$ 13.098.080.000,00 (treze bilhões, noventa e oito milhões e oitenta mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito suplementar no valor Cr\$ 415.080.000,00 (quatrocentos e quinze milhões e oitenta mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto nos artigos anteriores decorrerão de anulação de dotações orçamentárias indicadas nos Anexos III e IV desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

21000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
21101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO ESPECIAL

RESUMO DE FONTES DE FINANCIAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		13 098 080							13 098 080
PROGRAMAS INTERMEDIÁRIOS		13 098 080							13 098 080
ASSISTÊNCIA TÉCNICA		13 098 080							13 098 080
04 100 0031 1225 ELETRIFICAÇÃO RURAL		13 098 080							13 098 080
PROPOSTA MANUTENÇÃO DE REALIZAÇÃO RURAL MEDIANTE A EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL, COMO INSTRUMENTO BÁSICO PARA O AUMENTO DA PRODUÇÃO E FIXAÇÃO DA POPULAÇÃO NO MEIO RURAL, ALÉM DE CONTRIBUIÇÃO PARA A FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA									
04 000 0031 1225 0316 ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DA BAHIA, A CARGO DO GOVERNO ESTADUAL	FISCAL	13 098 080							13 098 080
TOTAL FISCAL		13 098 080							13 098 080

22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CNP 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		418 000							
PROGRAMAS INTEGRADOS		418 000							418 000
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		418 000							418 000
04.040.0031.1222		418 000							418 000
ELETRIFICAÇÃO RURAL									
PROMOVER MUDANÇAS ORGANIZADORAS RURAIS, MEDIANTE A EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL, COMO INÍCIO BÁSICO PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO E ELEVÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO SETOR AGRICOLA, ALÉM DE PROPORCIONAR A FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO E FORTALECER O SISTEMA COOPERATIVISTA.									418 000
04.040.0031.1222.0370	FISCAL	368 000							368 000
ELETRIFICAÇÃO RURAL EM ITAPETINGA - PE									
04.040.0031.1222.0423	FISCAL	48 120							48 120
ELETRIFICAÇÃO RURAL EM MARACANGAPÉ - CE									
TOTAL FISCAL		418 000							418 000

22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CNP 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		13 098 000			13 098 000				
PROGRAMAS INTEGRADOS		13 098 000			13 098 000				
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		13 098 000			13 098 000				
04.040.0031.1222		13 098 000			13 098 000				
ELETRIFICAÇÃO RURAL									
PROMOVER MUDANÇAS ORGANIZADORAS RURAIS, MEDIANTE A EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL, COMO INÍCIO BÁSICO PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO E ELEVÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO SETOR AGRICOLA, ALÉM DE PROPORCIONAR A FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO E FORTALECER O SISTEMA COOPERATIVISTA.									
04.040.0031.1222.0214	FISCAL	13 098 000			13 098 000				
ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DA BAHIA, A CAPAS DO GOVERNO ESTADUAL									
TOTAL FISCAL		13 098 000			13 098 000				

22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
22101 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

ANEXO IV

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CNP 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		418 000			418 000				
PROGRAMAS INTEGRADOS		418 000			418 000				
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		418 000			418 000				
04.040.0031.1222		418 000			418 000				
ELETRIFICAÇÃO RURAL									
PROMOVER MUDANÇAS ORGANIZADORAS RURAIS, MEDIANTE A EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL, COMO INÍCIO BÁSICO PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO E ELEVÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO SETOR AGRICOLA, ALÉM DE PROPORCIONAR A FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO E FORTALECER O SISTEMA COOPERATIVISTA.									
04.040.0031.1222.0370	FISCAL	368 000			368 000				
ELETRIFICAÇÃO RURAL EM ITAPETINGA - PE									
04.040.0031.1222.0423	FISCAL	48 120			48 120				
ELETRIFICAÇÃO RURAL EM MARACANGAPÉ - CE									
TOTAL FISCAL		418 000			418 000				

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992****Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.****MENSAGEM Nº 82, DE 1992 — CN
(nº 519/92, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$2.550.000.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica".

Brasília, 21 de agosto de 1992. — **Fernando Collor.**

E. M. Nº 255/MEFP

Brasília, 10 de agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Entre as medidas adotadas em fevereiro de 1992, com vistas a implementar uma política ativa de comércio exterior, merecem destaque aquelas destinadas a fortalecer os mecanismos que permitem expandir e diversificar as exportações de produtos com maior valor agregado e conteúdo tecnológico.

2. Entretanto, para atingir esse objetivo, mostrou-se imperativo complementar, de forma consistente e perene, o programa de incentivo às exportações desses manufaturados com maior valor adicionado.

3. Nesse sentido, tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial, ao Orçamento Fiscal da União, até o limite de Cr\$ 2.550.000.000.000,00 (dois trilhões e quinhentos e cinquenta bilhões de cruzeiros), em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

4. O crédito especial ora proposto destina-se a atender dispêndios com pagamento integral e antecipado da equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações, conduzidos nos termos de juros dos financiamentos às Exportações — PROEX, previsto no art. 2º da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991.

5. O pagamento desses dispêndios será atendido com emissão de títulos do Tesouro Nacional, de modo a eliminar riscos do Tesouro contra flutuações das taxas de juros internacionais, garantir às instituições financeiras envolvidas no programa o pagamento tempestivo das equalizações futuras, bem como reduzir, de forma significativa, as restrições do sistema financeiro para realização de financiamento de exportações de médio e longo prazos à taxas fixas.

6. Para tanto, esse título terão características, tais como: nominativos com cláusulas de inalienabilidade até o vencimento, remuneração de acordo com a correção cambial, vencimentos coincidentes com as respectivas obrigações de pagamento das equalizações e valor de face correspondente à diferença entre a taxa de juros fixada para importador e a taxa

referencial de captação do agente financiador, definida pelo Conselho Monetário Nacional.

7. Com essa medida, estima-se que o volume global das exportações, em 1992, aumente 10%, atingindo o montante de Cr\$34.760 milhões, e que os bens de capital representem 16,6% desse valor, equivalente a US\$5.770 milhões, recuperando, em ambos os casos, os patamares atingidos em 1989. Mantida, ainda, a proporção média anual de 55,0% do último quinquênio, os produtos manufaturados responderão, neste ano, por US\$19.170 milhões da pauta de exportações.

Por oportuno, esclareço que o crédito especial em apreço está de acordo com o disposto na Lei nº 8.440, de 1º de julho de 1992, bem como com o contido no inciso IV do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Respeitosamente. — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA; FAZENDA PLANEJAMENTO Nº 255 DE 10-8-92

1 — Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Pagamento de dispêndios com equalização de taxas de juros no âmbito do PROEX.

2 — Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito especial para atender aquela demanda.

3 — Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: Não há.

4 — Custos:

Despesa prevista na Lei Orçamentária. Porém, a necessidade de recursos adicionais exigiu atendimento através da emissão de títulos do Tesouro Nacional, até o montante de Cr\$2.550 bilhões.

5 — Razões que justificam a urgência:

6 — Impacto sobre o meio ambiente:

Prejudicado.

7 — Síntese do parecer do órgão jurídico

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 1992-CN

Autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$2.550.000.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para fins os que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir títulos do Tesouro Nacional, até o limite de Cr\$2.250.000.000.000,00 (dois trilhões e quinhentos e cinquenta bilhões de cruzeiros), destinados ao pagamento de equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações — PROEX.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$2.550.000.000.000,00 (dois trilhões e quinhentos e cinquenta bilhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários ao atendimento do disposto no artigo anterior decorrerão de emissão de títulos do Tesouro Nacional, nos termos da Lei nº 8.211, de 22 de

julho de 1991, alterada pela Lei nº 8.840, de 10 de julho de 1992, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ANEXO I AO PROJETO DE LEI Nº DE 1992									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	ATOS E ENC. CA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		8.970.000.000			2.550.000.000				
ADMINISTRAÇÃO		2.570.000.000			2.550.000.000				
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		2.300.000.000			2.550.000.000				
11.007.0031.2172		2.300.000.000			2.550.000.000				
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AS EXPORTAÇÕES - PROSE		2.300.000.000			2.550.000.000				
ESTIMULAR O SETOR EXPORTADOR, VISANDO A QUALIFICAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS E A CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE PARA OS BENS E SERVIÇOS - BRASILEIROS NO MERCADO INTERNACIONAL (LEI Nº 107/91).									
11.007.0031.2172.0001		2.300.000.000			2.550.000.000				
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AS EXPORTAÇÕES - PROSE		2.300.000.000			2.550.000.000				
TOTAL FEDERAL		2.920.000.000			2.550.000.000				

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 83, DE 1992-CN
(nº 520/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 21 de agosto de 1992. — F. Collor.
E.M. nº 284/MEFP

Brasília, 14 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Tribunal de Contas da União solicita a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$3.582.350.000,00 (três bilhões quinhentos e oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros), destinado a atender despesas com a manutenção do sistema de processamento de dados e assistência médico-hospitalar a servidores e seus dependentes.

2. Do montante solicitado, a parcela de Cr\$1.613.596.000,00 (um bilhão, seiscentos e treze milhões, quinhentos e noventa e seis mil cruzeiros), poderá ser viabilizada através de decreto, por situar-se dentro do limite de 20% (vinte por cento) estabelecido na vigente Lei Orçamentária para remanejamento entre subprojetos/subatividades.

3. A parcela restante, de Cr\$1.968.754.000,00 (um bilhão, novecentos e sessenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros), deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional, mediante projeto de lei, em cumprimento aos dispositivos constitucionais.

4. Os recursos necessários ao atendimento do pleito correrão à conta da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio Órgão.

5. Este Ministério manifesta-se favoravelmente ao crédito, no valor de Cr\$1.968.754.000,00 (um bilhão, novecentos e sessenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros), que se enquadra às disposições do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

6. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Marcilio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 284, DE 14-8-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Solicitação de crédito suplementar para o qual não existe amparo previsto na Lei Orçamentária.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, a fim de obter o necessário respaldo legal.

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos: A Alternativa proposta é a única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

O tesouro não será onerado por tratar-se de remanejamento de recursos diretamente arrecadados, constantes do orçamento do órgão.

5. Razões que justifica a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Nada a registrar

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 35, DE 1991 — CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00 para fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00 (hum bilhão, novecentos e sessenta e oito milhões, setecentos e cinquenta

e quatro mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial das dotações indicadas no Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SAÚDE E SANEAMENTO		1.968.754			1.968.754				
SAÚDE		1.968.754			1.968.754				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		1.968.754			1.968.754				
13.078.0478.2001		1.968.754			1.968.754				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES									
ASSISTÊNCIA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM EXERCÍCIO COMPLEMENTAR									
ASSISTÊNCIA MÉDICA PRESTADA (UNIDADE) = 0.000									
13.078.0478.2002.0002	SEGURIDADE	1.968.754			1.968.754				
ASSISTÊNCIA MÉDICA-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES									
ASSISTÊNCIA MÉDICA PRESTADA (UNIDADE) = 0.000									
TOTAL SEGURIDADE		1.968.754			1.968.754				

AS QUANTIDADES DAS UNIDADES REPRESENTAM A SITUAÇÃO ATUAL

03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSIÇÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
LEGISLATIVA		042.562				042.562			
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA		042.562				042.562			
CONTROLE EXTERNO		042.562				042.562			
01.042.0002.1000		042.562				042.562			
RECAPITALIZANDO DAS INSTALAÇÕES DA SADE E DOS INSPECTORES REGIONAIS									
ACILIZAM A FISCALIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO									
01.042.0002.1000.0001	FISCAL	042.562				042.562			
RECAPITALIZANDO DAS INSTALAÇÕES DA SADE E DOS INSPECTORES REGIONAIS									
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		040.102				040.102			
ADMINISTRAÇÃO		040.102				040.102			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		040.102				040.102			
08.040.0025.1003		040.102				040.102			
CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS									
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS									
08.040.0025.1003.0003	FISCAL	040.102				040.102			
CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO									
TOTAL FISCAL		1.968.754				1.968.754			

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 84, DE 1992-CN
(Nº 528/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da

Economia Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$40.539.671.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 24 de agosto de 1992. — F. Collor.

E.M. Nº 287/MEFP

Brasília, 20 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério das Relações Exteriores solicita abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$40.539.671.000,00 (quarenta bilhões, quinhentos e trinta e nove milhões, seiscentos setenta e um mil cruzeiros).

2. O referido crédito suplementar destina-se a incorporar recursos oriundos da reestimativa de arrecadação das taxas de emolumentos consulares, a serem aplicados em despesas de manutenção da rede de postos, no exterior.

3. Cumpre informar, ainda, que o referido crédito está de acordo com a autorização contida no artigo 43, parágrafos 1º, inciso II e 3º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas, assim, as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Marcelio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 287 DE 20-8-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Excesso de arrecadação da renda consular (recursos diretamente arrecadados).

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Solicitação de crédito suplementar de forma a proporcionar cobertura orçamentária para o referido excesso de arrecadação.

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

4. Custos:

Cr\$40.539.671.000,00

Fls. 02. do Anexo à E.M 287 no MEFP, de 20 de agosto de 1992.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 36, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$40.539.671.000,00 para fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de Cr\$40.539.671.000,00 (quarenta bilhões, quinhentos e trinta e nove milhões, seiscentos e setenta e um mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação do excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
35101 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANEXO À LEI Nº

DE

DE

DE 1992.

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RELAÇÕES EXTERIORES		40.539.671			40.539.671				
POLÍTICA EXTERIOR		40.539.671			40.539.671				
RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS		40.539.671			40.539.671				
12.072 0410 2000		40.539.671			40.539.671				
EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERIOR									
ASSICURAR O FUNCIONAMENTO E A OPERACIONALIDADE DA REDE DE POSTOS NO EXTERIOR, GARANTIR A PROTEÇÃO E SAUDE DE SEUS FUNCIONARIOS E SERVIDORES E DEFENDER OS INTERESSES DE PESSOAS FISICAS E JURIDICAS BRASILEIRAS									
• CONGRESSO E CONFERENCIA REALIZADO (UNIDADE) = 240									
• EMBAIXADA E REPART. CONSULAR MANTIDA (UNIDADE) = 187									
• SERVIDOR REMOVIDO (PESSOA) = 800									
12.072 0410 2000 0004	FISCAL	40.539.671			40.539.671				
MANTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE POLÍTICA EXTERIOR									
• CONGRESSO E CONFERENCIA REALIZADO (UNIDADE) = 240									
• EMBAIXADA E REPART. CONSULAR MANTIDA (UNIDADE) = 187									
• SERVIDOR REMOVIDO (PESSOA) = 800									
TOTAL FISCAL		40.539.671			40.539.671				

AS QUANTIDADES DAS UNIDADES REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 85, DE 1992-CN (Nº 529/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito

suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 24 de agosto de 1992. — F. Collor.

E.M. Nº 288

Brasília, 20 de agosto de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O Ministério da Educação solicita abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), em favor da Escola Técnica Federal do Espírito Santo.

2. O pleito tem por objetivo incorporar ao orçamento da entidade, recursos de Convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Educação Genológica — SENETE, visando financiar a construção da Unidade Descentralizada de Ensino do Município de Serra/ES.

3. Cumpre informar que o crédito está de acordo com os termos do art. 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e art 167, inciso V da Constituição.

4. Nessas condições, submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, o referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 288 DE 20-8-92

(Fls. 2 da EM/MEFP Nº 288, de 20 de agosto de 1992).

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Torna-se necessária a incorporação, no orçamento próprio da Escola Técnica do Espírito Santo, dos recursos oriundos do convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica para a construção da Unidade de Ensino Descentralizada UED, no Município de Serra/ES.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Solicitação de crédito adicional objetivando proporcionar a Escola Técnica Federal do Espírito Santo condições para o andamento da programação do presente exercício. Nesta fase, estão previstas realizações de obras de terraplenagem.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4. Custos:

Crédito Suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00 cuja dotação orçamentária consta do Orçamento Geral da União/92, no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico — PROTEC, a cargo da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica.

Fl. 02 do Anexo à EM Nº 288 do MEFP de 20-8-92.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico.

PROJETO DE LEI Nº 37, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de incorporação de recursos de convênio, na forma do Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26207 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		20 000				20 000			
ENSINO MÉDIO		20 000				20 000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO		20 000				20 000			
DE 043 0107 1007 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO		20 000				20 000			
OUTRA A INSTALAÇÃO DE INSTALAÇÕES ADJUNTO AO PÊLOM DESENVOLVIMENTO DE DUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA.		20 000				20 000			
DE 043 0107 1007 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	FISCAL	20 000				20 000			
TOTAL FISCAL		20 000				20 000			

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

SCIMO

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26207 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			20.000
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		20.000	
2460.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	FIS		20.000	
TOTAL FISCAL				20.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 86, DE 1992 — CN
(Nº 530/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 24 de agosto de 1992. — Fernando Collor.

E. M. Nº 289

Brasília, 20 de agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Educação solicita abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00 (quinhentos e setenta e nove milhões de cruzeiros), em favor da Escola Técnica Federal de Alagoas.

2. O pleito tem por objetivo incorporar ao orçamento da entidade, recursos oriundos de Convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica — SENETE, visando financiar a conclusão da construção da Unidade Descentralizada de Ensino de Palmeira dos Índios — Alagoas.

3. Cumpre informar que o crédito está de acordo com os termos do art. 43, parágrafo, 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e art. 167, inciso V da Constituição.

4. Nessas condições, submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, o referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVO DO MINISTÉRIO
DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº
289 DE 20-8-92

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26202 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ALAGOAS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO		ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA			979.000				979.000			
ENSINO MÉDIO			979.000				979.000			
FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO			979.000				979.000			
00 043 0197 1085 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA			84.000				84.000			
- PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES FINS:										
• EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 120										
• MOBILIÁRIO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 960										
00 043 0197 1085 0001 INSTRUMENTAL PARA ENSINO		FISCAL	84.000				84.000			
- EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 120										
- MOBILIÁRIO ADQUIRIDO (UNIDADE) = 960										
00 043 0197 1087 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO, PESQUISA E APOIO			495.000				495.000			
- DOTAÇÃO A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIDÁTICO-CIENTÍFICAS										
• SALA DE AULA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 36										
• LABORATÓRIO CONSTRUÍDO (M2) = 1.260										
00 043 0197 1087 0001 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO		FISCAL	495.000				495.000			
• SALA DE AULA CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 36										
• LABORATÓRIO CONSTRUÍDO (M2) = 1.260										
TOTAL FISCAL			979.000				979.000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

1 — Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Torna-se necessária a incorporação no orçamento próprio da Escola Técnica Federal de Alagoas dos recursos oriundos do convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica para o término da construção da Unidade Descentralizada de Ensino de Palmeira dos Índios/AL.

2 — Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Solicitação de crédito adicional objetivando proporcionar a Escola Técnica Federal de Alagoas condições para o andamento da programação, com conclusão das obras no corrente exercício.

3 — Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4 — Custos:

Crédito Suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00 cuja dotação orçamentária consta do Orçamento Geral da União/92, no programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico — PROTEC, a cargo da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica.

5 — Razões que justificam a urgência:

6 — Impacto sobre o meio ambiente:

7 — Síntese do parecer do órgão jurídic

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00 (quinhentos e setenta e nove milhões de cruzeiros), para atender à programação indicada no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de incorporação de recursos de convênio, na forma do Anexo II desta Lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CR\$ 1.000,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS EM TÍTULOS DE RENDIMENTO E FINANCIAMENTO

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

ANEXO

ACRESCIMO

26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
26202 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE ALAGOAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			579.000
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		579.000	
2460.00.00 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	FIS		579.000	
TOTAL FISCAL				579.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 87, DE 1992 — CN
(Nº 531/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$3.298.419.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 24 de agosto de 1992. — **Fernando Collor.**

EM Nº 290

Brasília, 20 de Agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária solicita abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$3.298.419.000,00 (três bilhões duzentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e dezenove mil cruzeiros), em favor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

2. O citado crédito visa incorporar aos Orçamentos Fiscal e de Investimento saldos de exercícios anteriores apurados no Balanço Patrimonial da Empresa ao final de 1991, reforçando dotações consignadas em diversos subprojetos e subatividades, que não aqueles que deram origem aos referidos saldos, constantes dos vigentes orçamentos.

3. Este Ministério manifestar-se favoravelmente à solicitação do órgão, esclarecendo que as despesas serão atendidas conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e art. 167, inciso V da Constituição.

Fl. 2 da EM Nº 290/MEFP, de 20/08/1992

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA; FAZENDA PLANEJAMENTO Nº 290 DE 20-8-92

1 — Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Incorporação de saldos de exercício anteriores da EMBRAPA, para reforço de dotações consignadas no orçamento da empresa.

2 — Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar, mediante Projeto de Lei, para atendimento do pleito.

3 — Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4 — Custos:

A despesa será atendida com a incorporação dos saldos de exercícios anteriores da EMBRAPA ao orçamento da própria empresa, justificando, dessa forma, a abertura do crédito suplementar no valor de Cr\$3.298.419.000,00.

Fl. 2 do Anexo à EM Nº 290/MEFP, de 20/08/1992.

5 — Razões que justificam a urgência:

6 — Impacto sobre o meio ambiente:

7 — Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$3.298.419.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei Nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito suplementar no valor de Cr\$3.298.419.000,00 (três bilhões, duzentos e noventa e oito milhões quatrocentos e dezenove mil cruzeiros), para atender à programação constante no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de saldos de

exercícios anteriores, de entidade da Administração Pública Federal Indireta, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o orçamento de

Investimento em conformidade com os Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.200.000			1.200.000				
ADMINISTRAÇÃO		1.200.000			1.200.000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.200.000			1.200.000				
02.001.0021.4006 DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS		1.200.000			1.200.000				
REALIZAR CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, COMUNITARIAS E DE DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, COMPREENDENDO VACINAÇÃO, HIGIENE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA, SEGURANÇA, TRÂNSITO, SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE PÚBLICA EM GERAL, SEM COMO PROPAGANDA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.									
02.001.0021.4095.0001 CAMPANHAS COMUNITARIAS EDUCATIVAS	FISCAL	1.200.000			1.200.000				
AGRICULTURA		2.090.410			1.017.040	770.390			304.410
Ciência e tecnologia		1.794.007			1.017.040	770.390			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.017.040			1.017.040				
04.010.0021.2457 COORDENAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA		1.017.040			1.017.040				
PROMOVER E IMPLEMENTAR O SISTEMA COOPERATIVO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, OBJETIVANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE PESQUISA									
04.010.0021.2457.0001 COORDENAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	FISCAL	1.017.040			1.017.040				
PESQUISA APLICADA		770.390				770.390			
04.010.0055.1230 INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA		770.390				770.390			
PROPORCIONAR A PESQUISA AGROPECUÁRIA CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO SEU DESENVOLVIMENTO									
- UNIDADE DE PESQUISA EQUIPADA E REEQUIPADA (UNID) = 02									
- UNIDADE DE PESQUISA REFORMADA (R2) = 17.900									
04.010.0055.1230.0001 INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	FISCAL	770.390				770.390			
- UNIDADE DE PESQUISA EQUIPADA E REEQUIPADA (UNID) = 02									
- UNIDADE DE PESQUISA REFORMADA (R2) = 17.900									
PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		304.410							304.410
EXTENSÃO RURAL		304.410							304.410
04.010.0111.1231 INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL		304.410							304.410
DOTAR AS UNIDADES DO SISTEMA EMPREENDEDOR DE MEIOS MATERIAIS PARA A SUA MODERNIZAÇÃO, ALIMENTANDO A SUA MANUTENÇÃO, A QUALIDADE DO ATENDIMENTO PRESTADO, COM VISÃO AO INCREMENTO DA PRODUÇÃO E RENDIMENTO E DA BOMBA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS									
- UNIDADE ESTADUAL REEQUIPADA (UNIDADE) = 20									
- UNIDADE DE EXTENSÃO RURAL CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 00									
04.010.0111.1231.0001 INFRA-ESTRUTURA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	FISCAL	304.410							304.410
- UNIDADE ESTADUAL REEQUIPADA (UNIDADE) = 20									
- UNIDADE DE EXTENSÃO RURAL CONSTRUÍDA (UNIDADE) = 00									
TOTAL FISCAL		3.290.410			2.217.040	770.390			304.410

AS QUANTIDADES DAS REAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO II.

ANEXO

ACRESCIMO

22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			2.217.648
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		2.217.648	
1990.00.00 RECEITAS DIVERSAS	FIS		2.217.648	
1990.05.99 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	2.217.648		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			1.080.771
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS		1.080.771	
2580.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	FIS		1.080.771	
2580.99.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES - RECURSOS DIVERSOS	FIS	1.080.771		
TOTAL FISCAL				3.298.419

22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

CR\$ 1.000,00

ANEXO III

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
AGRICULTURA		776.359				776.359			
CIENCIA E TECNOLOGIA		776.359				776.359			
PESQUISA APLICADA		776.359				776.359			
04.010 0055 1230		776.359				776.359			
INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA AGROPECUARIA									
PROPORCIONAR A PESQUISA AGROPECUARIA CONDIÇÕES FAVORAVEIS AO SEU DESENVOLVIMENTO.									
- EQUIPAR E REEQUIPAR UNIDADES DE PESQUISA (UNID) = 68									
- REFORMAR UNIDADES DE PESQUISA (HE) = 17.800									
04.010 0056 1230 0001	INVESTIM.	776.359				776.359			
INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA AGROPECUARIA									
- EQUIPAR E REEQUIPAR UNIDADES DE PESQUISA (UNID) = 68									
- REFORMAR UNIDADES DE PESQUISA (HE) = 17.800									
TOTAL INVESTIMENTOS		776.359				776.359			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

ANEXO IV

ANEXO

ACRESCIMO

22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

(CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA ECONOMICA
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO DO TESOURO	776.359
TOTAL	776.359

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 88, DE 1992-CN

(Nº 533/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$326.630.684.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 24 de agosto de 1992. — **Fernando Collor.**

E.M. nº 298/MEFP

Brasília, de de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais, no âmbito do Orçamento Fiscal da União, até o limite de Cr\$326.630.684.000,00 (trezentos e vinte e seis bilhões, seiscentos e trinta milhões e seiscentos e oitenta e quatro mil cruzeiros), a seguir discriminados:

Cr\$ Mil

I — Crédito Especial (Projeto de Lei)	
— MEFP — Administração Direta	152.501.014
Despesas Correntes	152.501.014
II — Crédito Suplementar (Projeto de Lei)	
— SERPRO	174.129.670
Despesas Correntes	151.245.903
Investimentos	22.883.767

2. O crédito especial a ser aberto à Administração Direta do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento — MEFP, no valor de Cr\$152.501.014 mil, destina-se a possibilitar a implantação e manutenção do Projeto SISCOMEX — Sistema Integrado de Comércio Exterior, que objetiva agilizar e modernizar as operações de importação e exportação, através da adoção de uma nova sistemática administrativa para o comércio exterior brasileiro, mediante a integração das atividades do Banco Central do Brasil, do Departamento da Receita Federal e do Departamento do Comércio Exterior.

3. Esses recursos deverão ser repassados, por contrato, para o Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, que será o responsável pela operacionalização do referido sistema.

4. Considerando, no entanto, que o custo total para implementação do SISCOMEX é da ordem de Cr\$174.129.670 mil, caberá ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização — FUNDAF a alocação de Cr\$21.628.656 mil adicionais, oriundos de já consignadas no seu orçamento.

5. Tendo em vista que tais recursos constituem-se em excesso de arrecadação para o Serpro e que a Lei Orçamentária para 1992 (Lei nº 8.409/92) não permite abertura de

créditos suplementares à conta desses recursos através de decreto, faz-se necessário o encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional.

6. Para a viabilização das referidas solicitações são oferecidos os seguintes recursos compensatórios:

I — anulação parcial de dotação no valor de Cr\$152.501.014 mil da atividade "Política Nacional de Equalização de Preços Agrícolas", constante dos Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; e

II — incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — outras fontes, relativos ao Serpro, no montante de Cr\$174.129.670 mil.

7. Cumpre informar, ainda, que a solicitação está de acordo com o arts. 41, incisos I e II e 43 § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as prescrições do art. 167, inciso V da Constituição Federal.

Respeitosamente, — **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 298, DE 24-8-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Atendimento de gastos com a implantação e a manutenção do Sistema de Comércio Exterior — SISCOMEX.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito especial para a Administração Direta do MEFP e de crédito suplementar para o Serpro.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos. Nenhuma.

4. Custos:

Cancelamento parcial de dotação no valor de Cr\$152.501.014 mil do órgão "Encargos Financeiros da União" e incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — outras fontes, relativos ao Serpro, no montante de Cr\$174.129.670 mil.

5. Razões que justificam a urgência:

Prazo para implantação estabelecido na Portaria MEFP nº 422, de 20-5-92.

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Nenhum.

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 40, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$326.630.684.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$152.501.014.000,00 (cento e cinquenta e dois bilhões, quinhentos e um milhões e quatorze mil cruzeiros) para atender à programação indicada no Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação, na forma do Anexo II desta lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$174.129.670.000,00 (cento e setenta e quatro bilhões, cento e vinte e nove milhões e seiscentos e setenta mil cruzeiros) para atender à programação indicada no Anexo III desta lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I À LEI Nº , DE DE 1992

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL	ANEXO	FISCAL
	ANEXO	SUPLEMENTAÇÃO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR
	MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO			152 501 014
	MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO			152 501 014
25101.030070024.3327	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX PROMOVER A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX, VISANDO O APERFEIÇOAMENTO E A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS AO COMERCIO EXTERIOR, FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E CAMBIAL.	3.4.90.39	100	101 014 540 101.014 540
25101.030070024.3327.0001	IMPLANTAÇÃO DO SISCOMEX	3.4.90.39	100	101 014 540 101 014 540
25101.030070024.4304	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX PROPORCIONAR A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMERCIO EXTERIOR.	3.4.90.39	100	51 486 474 51 486 474
25101.030070024.4308.0001	MANUTENÇÃO DO SISCOMEX	3.4.90.39	100	51 486 474 51 486 474
TOTAL				152 501 014

ANEXO II À LEI Nº , DE DE 1992

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL	ANEXO	FISCAL
	ANEXO	CANCELAMENTO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR
	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO			152 501 014
	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO			152 501 014
71101.040180042.1838	POLITICA NACIONAL DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS AGRICOLAS ATENDER AO DISPOSTO NA LEI Nº. 4.870, DE 01/12/63 E AO QUE DISPÕEM OS DECRETOS-LEI Nº. 308, DE 1967, 1188, DE 1971 E 1982, DE 1982.	3.4.90.45	100	152 501 014 152 501 014
71101.040180042.1838.0001	POLITICA NACIONAL DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	3.4.90.45	100	152 501 014 152 501 014
TOTAL				152 501 014

ANEXO III À LEI Nº , DE DE DE 1992

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR		ANEXO		FISCAL	
		ANEXO		SUPLEMENTAÇÃO	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR	
	MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO			174.129.670	
	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			174.129.670	
25207 030070024.2243	ATENDIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA			172.997.827	
		3 4 90.33	250	9.862.986	
		3 4 90.39	250	140.251.074	
		4 5 90.52	250	22.883.767	
25207.030070024.2243.0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL			172.997.827	
		3 4 90.33	250	9.862.986	
		3 4 90.39	250	140.251.074	
		4 5 90.52	250	22.883.767	
25207 150840492 2012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			1 131.843	
		3 4 90.41	250	1 131.843	
25207 150840492 2012.0001	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			1 131.843	
		3 4 90.41	250	1 131.843	
TOTAL				174.129.670	

ANEXO IV À LEI Nº , DE DE DE 1992.

ANEXO		ACRESCIMO	

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			174.129.670
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		174.129.670	
1800.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FIS	174.129.670		
TOTAL FISCAL				174.129.670

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 89, DE 1992-CN
(Nº 534/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial

no valor de Cr\$133.599.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 24 de agosto de 1992. — Fernando Collor.

E.M. nº 299/MEFP

Brasília, 24 de agosto de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
O Tribunal Superior Eleitoral solicita crédito especial no valor de Cr\$ 133.599.000.000,00 (cento e trinta e três bilhões, quinhentos e noventa e nove milhões de cruzeiros), destinado à realização das eleições municipais no próximo mês de outubro.

2. Esclareço que o crédito inicialmente proposto totalizava Cr\$ 138.759.000.000,00 (cento e trinta e oito bilhões,

setecentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros), sendo que deste montante Cr\$ 87.299.000.000,00 (oitenta e sete bilhões, duzentos e noventa e nove milhões de cruzeiros), corresponde à soma das previsões apresentadas pelos 27 (vinte e sete) Tribunais Regionais Eleitorais para fazer face às despesas com a Coordenação e Supervisão das Eleições e o restante Cr\$ 51.460.000.000,00 (cinquenta e um bilhões, quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), destina-se à manutenção dos serviços de processamento de dados que é administrado pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral.

3. Entretanto, em face à relevância do assunto e considerando as dificuldades do Tesouro Nacional, procedeu-se a uma reunião com representantes deste Ministério e da Diretoria do Tribunal Superior Eleitoral com o propósito de reduzir o valor do crédito a níveis mais restritos, sendo apresentado um reexame de todos os itens solicitados.

4. Essa análise implicou numa redução de Cr\$ 5.160.000.000,00 (cinco bilhões, cento e sessenta milhões de cruzeiros), resultando no crédito final de Cr\$ 133.599.000.000,00 (cento e trinta e três bilhões, quinhentos e noventa e nove milhões de cruzeiros), para o qual torna-se necessário o encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, por tratar-se de suplementação em grupo de despesa não constante da subatividade objeto da alteração.

5. Os recursos solicitados tem a seguinte destinação:

— Pessoal e Encargos Sociais, destinado ao pagamento de diárias em virtude do deslocamento de pessoal, particularmente, Juízes e Desembargadores e serviços extraordinários, incluindo todo o período de preparação e apuração das eleições. — Cr\$ 35.529.000.000,00

— Compra de material e de serviços incluindo os contratos de processamento de dados. — Cr\$ 96.070.000.000,00

— Aquisição de microcomputadores. — Cr\$ 2.000.000.000,00

6. Este Ministério é favorável ao atendimento do crédito no valor de Cr\$ 133.599.000.000,00 (cento e trinta e três bilhões, quinhentos e noventa e nove milhões de cruzeiros), e sua viabilização dar-se-á com recursos provenientes da Reserva de Contingência, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

7. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei,

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO		ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA			85.299.000	35.529.000		49.770.000				
PROCESSO JUDICIÁRIO			49.770.000	35.529.000		49.770.000				
AÇÃO JUDICIÁRIA			85.299.000	35.529.000		49.770.000				
02.004.0013.2031			85.299.000	35.529.000		49.770.000				
COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DE ELEIÇÕES										
REALIZAR AS ELEIÇÕES E PROMOVER O ALESTAMENTO ELEITORAL										
02.004.0013.2031.0001		FISCAL	85.299.000	35.529.000		49.770.000				
COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DE ELEIÇÕES										
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			46.300.000			46.300.000	2.000.000			
ADMINISTRAÇÃO			46.300.000			46.300.000	2.000.000			
INFORMATICA			46.300.000			46.300.000	2.000.000			
03.007.0024.2018			46.300.000			46.300.000	2.000.000			
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS										
PROPONER AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO, RECURSO COMPUTACIONAL, CAPAZ DE ANALISAR EFICIENTEMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DO SETOR										
03.007.0024.2018.0001		FISCAL	46.300.000			46.300.000	2.000.000			
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS										
TOTAL FISCAL			133.599.000	35.529.000		96.070.000	2.000.000			

que autoriza o Poder Executivo a abrir o referido crédito especial.

Respeitosamente. — **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Nº 299, DE 24-8-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Realizar as eleições municipais no próximo mês de outubro.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento do projeto de lei ao Congresso Nacional para autorização da abertura de crédito adicional.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: A alternativa proposta é a única para solução do problema apresentado.

4. Custos:

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Nada a registrar neste sentido

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 41, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial até o limite de Cr\$ 133.599.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial até o limite de Cr\$ 133.599.000.000,00 (cento e trinta e três bilhões, quinhentos e noventa e nove milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação indicada no Anexo II desta lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CR\$ 1.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE 1992 AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
RESERVA DE CONTINGENCIA		133.999.000							
RESERVA DE CONTINGENCIA		133.999.000							
RESERVA DE CONTINGENCIA		133.999.000							
99.999.9999.9999 RESERVA DE CONTINGENCIA		133.999.000							
SCRVIR DE FONTE COMPENSATORIA NA ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS PARA DOTACOES INSUFICIENTEMENTE PREVISTAS.									
99.999.9999.9999.0001 RESERVA DE CONTINGENCIA	FISCAL	133.999.000							
TOTAL FISCAL		133.999.000							

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As mensagens que acabam de ser lidas encaminham os Projetos de Leis nºs 25 a 41, de 1992-CN, que tratam de abertura de créditos.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, os referidos projetos serão remetidos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Públicos e Fiscalização, sendo o seguinte o calendário para sua tramitação:

Dia 31-8 — Distribuição de avulsos;

Dia 8-9 — Prazo para apresentação de emendas;

Dia 14-9 — Distribuição do avulso das emendas;

Até 23-9 — Prazo para encaminhamento dos pareceres à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Aluísio Vasconcelos. S. Exª, neste exato momento, não está no plenário. A oradora imediatamente inscrita é a nobre Deputada Socorro Gomes, a quem concedo a palavra.

A SRA. SOCORRO GOMES (PC do B — PA. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ontem foi um dia histórico para esta Casa e para toda a Nação brasileira. Afinal, após 70 dias de intenso trabalho, a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída para examinar as denúncias de Pedro Collor de Mello contra as atividades do empresário Paulo César Farias, encerrou oficialmente os seus trabalhos, com a aprovação do seu relatório final — elaborado pelo Senador Amir Lando — por dezesseis votos a cinco.

A aprovação do relatório final da CPI do PC, como ficou nacionalmente conhecida, sedimenta o caminho jurídico para a apresentação de denúncia contra o Presidente Fernando Collor, por crime de responsabilidade. Mais do que isso, serve de respaldo para que o Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, igualmente ingresse no Supremo Tribunal Federal com um processo contra o Presidente Collor, por crime comum. Denunciado pela sociedade brasileira e rejeitado pelo povo que o elegeu, o Presidente Fernando Collor não tem mais nenhuma condição política e moral de continuar governando o País. Se tivesse um mínimo de respeito para com o povo e a Nação, já teria renunciado. Como não tem, só nos resta aceitar a denúncia que será apresentada perante

esta Casa na próxima semana, autorizando que o Senado Federal o processe e condene por crime de responsabilidade, promovendo o seu impeachment, legal e constitucional.

O relatório final da CPI não deixa nenhuma dúvida, comprovando cabalmente o envolvimento direto do Presidente Collor com os crimes praticados por PC Farias, seu sócio, ex-caixa de campanha, parceiro e amigo de confiança, e seus comparsas. As conclusões finais do relatório do CPI são estarrecedoras, comprovando que PC Farias e seus "fantasmas" abasteciam as contas da secretária do Presidente Collor, Ana Aciolli, e que esse dinheiro era utilizado para as despesas pessoais do Presidente Collor e de seus familiares. Além disso, o relatório deixa claro que Collor recebeu vantagens econômicas indevidas, dinheiro sujo da vasta rede de corrupção montada no Governo por PC Farias, e "omitiu-se do seu dever de, como Chefe de Estado, zelar pela moralidade pública e de impedir a utilização do seu nome por terceiros para lograrem enriquecimento sem causa, ensejando que práticas à margem da moral e dos bons costumes pudessem ser perpetradas", segundo as palavras do Senador Amir Lando.

A quadrilha formada por PC Farias teve a cumplicidade direta do Presidente da República, que se beneficiou dos lucros da corrupção que corroeu seu Governo. As multidões que ocupam as ruas de todo o País estão certas dessa cumplicidade e, por isso mesmo, exigem, numa só voz, o impeachment do Presidente da República. A descoberta de que o esquema PC se beneficiou de informação privilegiada para se livrar do bloqueio dos cruzados que atingiu todo o povo brasileiro foi apenas mais uma gota nesse imenso oceano de lama e imoralidade em que Collor e seus amigos transformaram o País.

Felizmente o Congresso Nacional, através da CPI, cumpriu com seu dever e lavou a alma nacional, desnudando por completo essa macabra e sinistra rede de corrupção instalada e comandada diretamente do Palácio do Planalto. Por isso mesmo, nós, comunistas, que sempre lutamos pela liberdade, pela democracia e pela soberania nacional, juntamos nossas vozes às de todo o povo nesse dia histórico, para gritar bem alto um sonoro e límpido "Fora Collor!" O povo já o julgou e condenou. A partir de hoje, a sua presença na Presidência da República é imoral e ilegítima. Temos a confiança de que os Parlamentares brasileiros saberão ouvir a voz que vem das ruas e, muito em breve, decretarão o impeachment do Presidente Collor, inaugurando uma nova etapa da vida política brasileira, que esperamos seja marcada pelo respeito aos valores éticos e morais e pela defesa intransigente da democracia, da liberdade e da soberania nacional.

Caso isso não aconteça, não tenham dúvidas de que o povo continuará lutando e saberá encontrar outras formas para fazer valer os seus direitos e a sua vontade. Entre o Brasil e Collor, o povo já escolheu o Brasil.

Sr. Presidente, do ponto de vista desta Casa, este é um momento de gravidade. Eu diria que é uma mistura de decepção, frustração, seriedade, maturidade, indignação, revolta e principalmente de esperança. Há uma volta da crença na democracia, nas instituições e, em especial, no Congresso e no País.

O Presidente da República, eleito há pouco tempo, foi rejeitado pela maioria do povo brasileiro após ter sido acusado pela CPI de omissão, de enriquecimento ilícito e de tráfico de influência, apropriando-se de bilhões e bilhões de dólares assaltados do patrimônio público e apropriando de forma indevida e criminosa por um grupo de pessoas, que enriqueceram à custa da miséria da recessão e do desemprego.

Ao mesmo tempo em que esse grupo assaltava o Erário nacional e enriquecia, o povo brasileiro conheceu momentos da mais profunda miséria, submetido a uma política recessiva que gerou desemprego, fome, doenças, descrença e miséria absoluta em vastas camadas da nossa sociedade, em especial nas menos favorecidas. E o pior, Sr. Presidente: esse crime se torna ainda mais aviltante e mais hediondo porque foi praticado mediante a especulação, a fome do nosso povo. São crimes de ordem ética, política e econômica e também do ponto de vista político internacional, porque, do dinheiro suado e sofrido, arrecadado da Nação brasileira, uma grande parte foi remetida aos banqueiros, e a outra, ao bolso dessa quadrilha.

Ao lado disso — o que é mais grave — o Presidente da República implementou uma política de destruição da Nação brasileira, acabou com o Estado nacional do ponto de vista social, arruinando as políticas de educação, de saúde, de saneamento, retirando o dinheiro essencial para a nossa vida e para o desenvolvimento do País. Entregou de mão beijada indústrias estratégicas para o nosso desenvolvimento, pois foram compradas com moedas podres e que nada valem.

Então, o Sr. Presidente da República — penso eu — deve ser julgado pelo Senado Federal, com o respaldo de Câmara Federal, e condenado pelo crime de lesa-pátria, porque não é apenas por formação de bando e quadrilha que S. Ex^a será julgado, de acordo com o Código Penal. S. Ex^a deve ser julgado, de acordo com a Constituição, pelo assalto, pela quebra do Estado brasileiro, pela destruição da vida de jovens, mulheres, trabalhadores e principalmente pela destruição do nosso futuro, futuro este que está sendo resgatado pela Nação brasileira em todos os Estados e em todas as cidades do Brasil. Oxalá também o seja por esta Casa, que se tem levantado contra tudo isso.

Sr. Presidente, na minha não tão longa vida, já vi o Executivo brasileiro rasgar a Constituição, dismantelar até o Congresso Nacional, cassar todos os seus membros na época do arbítrio e da ditadura e assenhorar-se de todos os poderes da Nação. Este é um momento novo, em que o Brasil resgata seus poderes. O Congresso Nacional tem agora a oportunidade de, com autonomia, com dignidade, com soberania, ouvir o clamor do nosso povo de forma legal e constitucional, determinando o impedimento do Sr. Presidente da República, já que S. Ex^a não teve a dignidade de renunciar, e, de acordo com a Constituição, garantindo a posse do Vice-Presidente. Isso não como continuidade do atual Governo, mas como

uma nova forma democrática de governar, digna e voltada para os interesses da Nação e do nosso povo, tratando a coisa pública como patrimônio nacional e não como coisa própria.

Esta é a posição do meu partido, o PC do B.

Durante o discurso da Sr^a Socorro Gomes, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. *renuncia o seguinte discurso.*) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, em alguns países, principalmente da Europa, as autoridades tem adotado uma política mais tolerante em relação às drogas de abuso. São vários os motivos alegados. Um dos mais frequentes é o de retirar os dependentes das garras dos traficantes. Assim, o único culpado de tudo seria o traficante, enquanto que o usuário, uma vítima, um doente, digno de pena, em princípio não estaria cometendo nenhum ilícito penal.

Outro argumento é o de que a dependência grave, intensa, principalmente em relação às drogas pesadas como a heroína, é quase sempre irreversível, e, em assim sendo, é melhor deixar o dependente à sua própria sorte, sem levar a ele novos problemas, como a criminalização pelo uso.

Outro argumento — este o mais recente de todos — é relacionado com a AIDS e a contaminação através do uso grupal de drogas injetáveis como a cocaína, por exemplo. Assim, seria importante a distribuição de seringas e agulhas esterilizadas e descartáveis a fim de diminuir a possibilidade de transmissão do vírus da AIDS quando há o uso coletivo desses objetos sem a devida desinfecção ou esterilização.

Reconhecemos que tais argumentos são ponderáveis, mas todos eles extremamente polêmicos e com a possibilidade de contra-argumentos, também profundamente válidos.

Em primeiro lugar, a discriminação do uso de drogas, isto é, não criminalizar de algum modo o usuário de drogas, é uma faca de dois gumes. Ela representa, queiramos ou não, um estímulo ao uso. O comportamento do homem em qualquer sociedade depende muito daquilo que os ingleses chamam de **reinforcement**, isto é, as atitudes da comunidade dependem muito do reforço sobre os indivíduos, a fim de que eles sejam estimulados a obedecer a certos princípios que beneficiam a comunidade como um todo. Por exemplo, os acidentes provocados por motoristas que dirigem veículos estando alcoolizados diminuíram substancialmente naqueles países onde as leis foram reforçadas por penalidades mais pesadas aplicadas aos infratores.

Ao lado disso, nunca se deve esquecer que o maior difusor do uso de drogas não é o traficante, mas sim o usuário em seu próprio meio. E é óbvio, é meridianamente claro que, se este tem acesso fácil à droga, pode difundi-la com mais facilidade. Um exemplo clássico pode ser dado pela política tentada na Inglaterra em início da década de 70, quando o governo inglês passou a distribuir heroína aos heroínômanos considerados irreversíveis, dando-lhes inclusive uma "carteirinha de dependente". Aconteceu então que vários usuários se apresentavam como dependentes de doses diárias de mais grama da droga. Recebiam essa quantidade, usavam meia grama ou menos e vendiam o resto no mercado clandestino. Resultado: em dois anos dessa política, o número de usuários de heroína aumentou em 100% somente na área de Londres. Voltaram, então, à antiga política de controle.

Outro exemplo importante pode ser dado com a distribuição gratuita de seringas e agulhas esterilizadas e descartáveis aos usuários de drogas injetáveis, levada a efeito principalmente em Zurique, na Suíça.

Até pouco tempo atrás, a Suíça era considerada uma ilha de tranquilidade e segurança. Mas, a cada dia que passa, esta imagem fica mais distante da realidade. Nos últimos anos, a criminalidade aumentou assustadoramente no país, inclusive os assassinatos, assaltos e roubos. Há também aumento do percentual de estrangeiros entre os criminosos: 25% em 1982, 43% em 1991.

Outrossim, tem aumentado o número de delinquentes atrás de dinheiro para comprar drogas, com uma participação crescente dos viciados nas estatísticas criminais. A Suíça, que, durante vários anos, adotou uma filosofia liberal em relação às drogas, se tem deparado cada vez mais com resultados duvidosos dessa política. As autoridades estão partindo para uma ação repressiva mais forte contra os dependentes, como demonstra o fechamento da Platzsplitz, em Zurique. Era nessa praça que, a cada ano, pelo menos 20 mil pessoas, a maioria entre vinte e trinta anos de idade, encontravam a droga para consumo, inclusive com a distribuição gratuita de seringas e agulhas descartáveis esterilizadas. Permitir o anonimato, tolerar o uso e fornecer seringas gratuitamente é praticamente dar aos dependentes um passaporte para a morte. Em 1991, as drogas mataram 405 pessoas por overdose (105 a mais que em 1990) tanto da heroína pura, como de uma mistura de heroína e cocaína.

Costuma-se também fazer comparações das drogas controladas com as chamadas drogas sociais, como o álcool e o tabaco. Argumenta-se: se essas são livres, por que não as outras?

Este argumento é simplista, para não dizer simplório. Os graves problemas do tabagismo e do alcoolismo derivam exatamente do fato de serem drogas que apresentam dois grandes fatores do risco de abuso: disponibilidade e aceitação, ou seja, são drogas aceitas e disponíveis, ao alcance de praticamente qualquer um na esmagadora maioria das nações.

Quarenta por cento, ou mais, dos internamentos nos hospitais psiquiátricos são devido ao alcoolismo, enquanto todas as outras drogas reunidas não somam nem 4%. Outrossim, o tabagismo é a maior causa de morte evitável no mundo inteiro. Isso acontece exatamente porque são drogas livres, disponíveis, ao alcance de quase todas as pessoas. Sabendo de tudo isso, como é que alguém ainda tem condições de propor a liberação de outras drogas, muitas delas mais toxico-manógenas do que o álcool e o tabaco? Por exemplo, na população como um todo, a dependência ao álcool (alcoólatras) gira em torno de 4 a 10%, ou seja, de 100 pessoas que bebem praticamente à vontade, apenas de 4 a 10 se transformam em dependentes (alcoólatras). Com a heroína, isto seria em torno de 95% e, com a cocaína, 90%.

Como se vê por tudo que foi aqui exposto, a proposta de liberação das drogas de abuso seria muito mais problema do que solução. E, de problemas de saúde e outros, chegam aqueles provocados pelo álcool e pelo tabaco. Não queiramos que outros lhes sejam acrescentados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fortunati.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Parlamentares, o Deputado Elias Murad abordou muito bem o problema das drogas

no País e já falou sobre o Dia Mundial do Combate às Drogas. A partir do relatório da CPI aprovado ontem e das imensas mobilizações populares, acredito que devamos incluir, a lista das drogas citadas pelo Deputado Elias Murad, a droga chamada Fernando Collor de Mello.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a imprensa como um todo tem destacado o trabalho desta Instituição e a ampla mobilização popular que se está realizando no País.

Lerei o editorial do jornal *Zero hora*, do Rio Grande do Sul, sob o título “Renúncia pelo Bem do Brasil”, que traduz a opinião da maioria do povo brasileiro:

“Os aplausos com que parlamentares que lotaram o auditório do Congresso saudaram ontem os colegas da Comissão Parlamentar de Inquérito do caso PC, expressando o seu júbilo pela aprovação do relatório final dos trabalhos, e por número superior à expectativa da véspera, mesmo diante da manobra de governistas de substituírem um de seus membros que antecipara apoio às conclusões, acalentaram a alma brasileira. Ovacionaram eles, representantes mais do que legítimos dos sentimentos nacionais, a coragem e a pertinácia que marcaram as atividades da CPI que descortinou o aviltante véu da maior rede de corrupção e ilícitos de toda a história desta República. Como rebuscou a nacionalidade a nota dos ministros do atual governo que, sem fisiológica solidariedade ao presidente, disseram aos brasileiros que continuam atuando pela governabilidade do país.”

Tem sido esta uma longa e ainda inconclusa jornada em busca da verdade. Viver sem verdade é impossível, como escreveu Kafka, porque “a verdade é talvez a própria vida”.

Regozija-se de vida esta nação enfrentando uma verdade que é a sua própria catarse: a matilha dos corruptos liderada pelo empresário alagoano deixou claras marcas de suas garras na soleira da Casa da Dinda, óbvia caligrafia de seus fantasmas nos cheques depositados a favor de familiares do presidente da República e, pelo menos, um presente significativo ao próprio chefe de Estado, delicado ao ponto de mostrar preocupação em incluir suas iniciais e a data do seu aniversário na placa de identificação.

A alegria dos brasileiros é por terem sabido da verdade, num processo coletivo de superação do outro sentimento, dolorido e amargo, que foi a frustração da esperança.

Despoja-se a cidadania de seus medos, esquece o ressentimento e sai às ruas para expressar a convicção de que a vida continua e será melhor se a purificação indispensável oxigenar especialmente a presidência da República. Lambe o país as suas feridas, abertas com o látego da vergonha, e que serão curadas com o bálsamo da dignidade, da ética, do respeito.

Esse rasgar da carne de nossa gente, que haverá de mudar a cara desta pátria, começou há pouco mais de três meses com a denúncia do irmão caçula do presidente da República da rede de ilícitos montada por Paulo César Farias e que — o que foi comprovado pela CPI — inclui a obtenção de comissões para a liberação de verbas públicas, a extorsão de recursos privados, a remessa ilegal de dinheiro para o exterior, a fraude ao fisco, a obtenção de uma fortuna amealhada

rapidamente e pelas formas mais indecentes e escusas. Alguns generosos milhares de dólares acabaram favorecendo a vida pessoal do chefe da nação e, em algum subterrâneo do Planalto ou no bunker construído na sua residência particular com o mesmo dinheiro sujo, urdiu-se outra mentira à opinião pública — a de um inacreditável empréstimo obtido no submundo das finanças uruguaias com o auxílio de doleiros e contrabandistas.

História tão inverossímil, outra vez como desde o começo desse escabroso caso, foi elucidada com presteza pela imprensa brasileira, que, nestes revoltantes episódios que denegriram a dignidade nacional, soube, melhor do que nunca, cumprir o seu papel em uma democracia: com liberdade e responsabilidade, informou, noticiou, descobriu, revelou, opinou.

Os brasileiros estão exaustos de engodos e de mentiras.

E indignados com o presidente que escolheram e que, divorciado de seus concidadãos, refugia-se na mais absurda alienação, como comprova a entrevista que concedeu à emissora argentina: único habitante de uma realidade inexistente — excluindo-se seus áulicos de plantão — pretende nela fazer sucumbir, e de joelhos, uma nação que nas ruas e espontaneamente clama por moralidade e elege a ética como princípio e como fim.

Esse grito de amor ao Brasil foi ouvido na CPI e haverá de conduzir os procedimentos legais que se esperam do Ministério Público, para responsabilizar criminalmente a súcia criada à esteira do poder, e do Parlamento, no encaminhamento, dentro de todos os princípios legais, do pedido de **impeachment**. Sabe a cidadania, contudo, que esse será um processo lento e demorado. E, por isso, espera pelo menos um gesto de grandeza daquele que escolheu livremente para presidir a nação.

Senhor Fernando Affonso Collor de Mello: pelo bem do Brasil, renuncie."

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, temos certeza de que este editorial do jornal **Zero Hora** retrata com toda a fidelidade o que pensam hoje milhões de brasileiros, não somente os que votaram em Lula no segundo turno, mas também aqueles que votaram em Fernando Collor de Mello, ou não votaram no segundo turno das eleições presidenciais. Temos a convicção de que hoje todos clamam por um processo rápido de **impeachment**; clamam, sim, por aquilo que pede o jornal **Zero Hora**, a renúncia de Fernando Collor de Mello, pelo bem do Brasil, pois o País não aguenta mais, a economia está paralisada, e decisões as mais importantes não são tomadas. Mas, no sentido de resgatar a ética do País, não está paralisado o Congresso Nacional, não estão paralisados os milhões de brasileiros que estão indo às ruas.

Por isso, somamo-nos ao apelo feito pelo jornal **Zero Hora**, o apelo para que o Sr. Fernando Collor de Mello, talvez num único ato que o colocaria entre os cidadãos de bem, renuncie ao cargo de Presidente da República. É o que esperamos. Mas, se isso não acontecer, temos a absoluta certeza de que tanto a Câmara dos Deputados como o Senado Federal não faltarão ao cumprimento de seu dever histórico, o de aqui aprovar o que todos esperamos: o **impeachment** do Presidente Fernando Collor, para que seja afastada, de

uma vez por todas, essa quadrilha que assolou o Palácio do Planalto e tantos males tem causado ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edésio Frias.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, no limite noroeste da região metropolitana do Rio de Janeiro e a 70 quilômetros da Capital do Estado, pelo eixo rodoviário Rio-São Paulo, o Município de Paracambi, com uma superfície de 197 quilômetros quadrados, corresponde a 3% da área da aludida região metropolitana.

O povoamento de Paracambi teve sua origem nos séculos XVII e XVIII, com a pecuária e o cultivo de mandioca e de cana-de-açúcar, dada a proximidade da cidade do Rio de Janeiro e seu fácil acesso.

No século XIX, integrou-se à lavoura cafeeira e passou a ser um dos caminhos de passagem para o Vale do Paraíba.

Na época da decadência da cultura cafeeira, ao final do século XIX, já contava Paracambi, no entanto, com atividades industriais, tendo a Fábrica de Tecidos Brasil Industrial sido instalada por um grupo inglês em 1870.

Todo o antigo centro de Paracambi, entre o bairro da fábrica e o terminal ferroviário, formou-se de loteamentos criados através da Companhia Têxtil Brasil Industrial.

Hoje a indústria têxtil continua participando predominantemente da formação da receita municipal.

A emancipação política de Paracambi foi fruto do esforço do então Deputado Estadual Daso Coimbra, que depois, por longos anos, honrou com sua presença esta Casa.

A lei emancipatória, proposta pelo nobre Deputado Daso Coimbra, reuniu no território do novo Município as terras do antigo 3º Distrito de Itaguaí, denominado de Panacambi, com as do 7º Distrito de Vassouras, chamado de Taireté.

Criado em 8 de agosto de 1960, o Município de Paracambi tem crescido desde então. Parabenizo seu povo, por ocasião do aniversário municipal, pelo progresso alcançado e auguro-lhe um futuro de grande desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Junot Abi-Ramia.

O SR. JUNOT ABI-RAMIA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, a população de Niterói assistiu, na terça-feira próxima passada, 25 de agosto, a uma passeata muito triste. Não era uma passeata, tão comum hoje em dia, de protesto e pedido de punição para os culpados arrolados na CPI do Empresário Paulo César Farias. Era uma passeata na qual estudantes da Faculdade Fluminense de Medicina e funcionários do Hospital Universitário Antônio Pedro protestavam indignados diante do iminente fechamento daquele hospital-escola.

Localizado no coração de Niterói, o Hospital Universitário Antônio Pedro sempre foi um centro de atendimento regional e mesmo estadual, acolhendo não só doentes da grande Niterói, mas também de toda a região serrana, centro-norte, noroeste e norte do antigo Estado do Rio de Janeiro. Não era uma passeata pedindo melhores salários, apesar do arrocho salarial pelo qual passa todo trabalhador assalariado do País. Era uma passeata na qual os estudantes, que deveriam

estar em sua faculdade, ou aplicando já o seu saber para minimizar a dor de centenas de doentes, eram obrigados a protestar. Era uma passeata em que funcionários daquela casa, do mais humilde ao médico residente, protestavam contra o descaso e total abandono daquela entidade hospitalar, que deveria ser um modelo e exemplo. A população de Niterói assistiu estarrécida ao pedido de socorro urgente para o Hospital Antônio Pedro, que deve estar acima de qualquer crise financeira ou política que atravesse o País. Não adianta deixarmos deteriorarem todos os equipamentos e instalações e depois socorrer as pessoas com recursos insuficientes, principalmente em um centro de atendimento que representa a segurança e a esperança de milhões de pessoas. Esta observação vem em decorrência das notícias que chegam de que o Ministério da Saúde deverá antecipar a liberação de recursos nos próximos dias, no valor de 3,5 bilhões de cruzeiros. E depois? Ameniza-se o descaso, e o paciente volta ao estado terminal. Os recursos para a rede hospitalar, além de suficientes, precisam ser adequados e programados. Ao Ministro Adib Jatene, figura médica que toda a população brasileira respeita e nela credita, não apenas um apelo de socorro, mas também um pedido para que se proceda a uma nova reestruturação daquela unidade hospitalar, que, pela sua tradição, tem tudo para ser um exemplo. Pudessemos verificar *in loco* tudo o que foi dito, e ficaria, como todos nós, fluminenses, preso de forte indignação.

Sr. Presidente, antes de terminar, temos, mais uma vez, de render nossas homenagens ao jornal *O Fluminense*, na pessoa do seu Diretor Presidente, Dr. Alberto Torres, pela luta que vem travando em prol da recuperação do Hospital Universitário Antônio Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou, no dia 14 do corrente, o prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 2, de 1992-CN, destinada a examinar a situação do setor farmacêutico.

Nos termos do inciso II do Art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum, a Presidência declara extinta a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, antes convo-

cando sessão conjunta do Congresso Nacional, a se realizar no dia 1º de setembro, às 19h, neste plenário, destinada à apreciação da Medida Provisória nº 303 e à votação de vetos presidenciais por meio de cédula única.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 13 minutos.)

**ATA DA 28ª SESSÃO CONJUNTA,
REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 1992**
(Publicado no DCN, de 6 de agosto de 1992)

RETIFICAÇÕES

Na página nº 1.464, 1ª coluna, imediatamente após a fala da presidência, na leitura da Mensagem nº 58, de 1992-CN.

Onde se lê:

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 58, DE 1992-CN
(nº 357/92, na margem)

Leia-se:

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 58, DE 1992-CN
(nº 357/92, na origem)

Na página nº 1.557, 1ª coluna, na fala da presidência, de designação da Comissão Mista, relativa à Mensagem nº 63, de 1992-CN (PLC nº 118/90).

Onde se lê:

Deputados:

Nilson Gibson
José Falcão
Amaury Müller
Tuga Angerami

Leia-se:

Deputados:

Nilson Gibson
José Falcão
Amaury Müller

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 184 PAGINAS